

SUZANNE BRIET

**O QUE É
A
DOCUMENTAÇÃO?**



BRIQUET DE LEMOS
LIVROS

SUZANNE BRIET

**O QUE É
A
DOCUMENTAÇÃO?**

Tradução de

Maria de Nazareth Rocha Furtado



BRIQUET DE LEMOS
LIVROS

© 2016 Os autores.

Título original: *Qu'est-ce que la documentation?* Editado em 1951 por ÉDIT Éditions Documentaires Industrielles et Techniques, 17, rue de Grenelle, Paris (7^e). Volume 1 da Collection de Documentologie. Fac-símile disponível em <http://martinetl.free.fr/suzannebriet/questcequeladocumentation/briet.pdf>. Acesso em 12 nov. 2016.

Edição brasileira gentilmente autorizada por Pascal Etienne e Jean-Paul Etienne, herdeiros de Suzanne Briet.

Os textos de Sylvie Fayet-Scribe e Mary Niles Maack foram traduzidos e editados com autorização das autoras. Tradução de Antonio Agenor Briquet de Lemos. As fontes originais são citadas na p. 51.

Todos os direitos reservados. De acordo com a lei no 9 610, de 19/2/1998, nenhuma parte deste livro pode ser copiada, gravada, reproduzida ou armazenada num sistema de recuperação de informação ou transmitida sob qualquer forma ou por qualquer meio eletrônico ou mecânico sem o prévio consentimento do editor.

Este livro foi editado exclusivamente em formato eletrônico

Projeto gráfico: Briquet de Lemos / Livros

Revisão ortográfica: Maria Lucia Vilar de Lemos

Revisão e notas da tradução do texto de Suzanne Briet: Antonio Agenor Briquet de Lemos

Dados de Catalogação na Publicação (CIP)

Briet, Suzanne.

O que é a documentação? / Suzanne Briet ; tradução de Maria de Nazareth Rocha Furtado. — Brasília, DF: Briquet de Lemos / Livros, 2016.

Título original: *Qu'est-ce que la documentation?*

1. Documentação. I. Fayet-Scribe, Sylvie. II. Maack, Mary Niles. III. Furtado, Maria de Nazareth Rocha. IV. Lemos, Antonio Agenor Briquet de. II. Título.

ISBN 978-85-85637-64-4

CDD 025

2016

Briquet de Lemos / Livros
SRTS – Quadra 701 – Bloco O – Loja 7
Edifício Centro Multiempresarial
Brasília, DF 70340-000
Telefones (61) 3322 9806 / 3323 1725
www.briquetdelemos.com.br
editora@briquetdelemos.com.br

Sumário

Apresentação vii

O que é a documentação?

I. Uma técnica do trabalho intelectual 1

II. Uma profissão distinta 13

III. Uma necessidade do nosso tempo 33

Anexos

Vocês conhecem Suzanne Briet?

Sylvie Fayet-Scribe 52

A dama e o antílope: a contribuição de Suzanne Briet ao movimento pela documentação na França

Mary Niles Maack 65

Apresentação

Este livro dá continuidade a projeto iniciado por esta editora, em 2006, que visava a traduzir e publicar obras que, embora muito citadas — os clássicos da biblioteconomia — careciam de traduções autorizadas. Naquele ano publicamos *Missão do bibliotecário*, de José Ortega y Gasset. Em 2009, chegou a vez de *As cinco leis da biblioteconomia*, de S.R. Ranganathan. Em 2016, concluímos a tradução e edição, exclusivamente em formato digital, daquele que é considerado o primeiro tratado de biblioteconomia da era moderna: *Conselhos para formar uma biblioteca*, de Gabriel Naudé.

Hoje publicamos este livro, que muitos consideram como um verdadeiro manifesto da documentação, de autoria de Suzanne Briet, complementado por dois ensaios: de Sylvie Fayet-Scribe e Mary Niles Maack, uma francesa e a outra norte-americana, que ajudarão o leitor a conhecer melhor a autora e seu tempo.

O livro de Briet saiu na França no terceiro trimestre de 1951. Em 14 de outubro de 1953, Herbert Coblans, consultor da Unesco, que viera assessorar o então Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) na criação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), começou a ministrar um curso avulso de dez aulas sobre documentação nos cursos de biblioteconomia da Biblioteca Nacional. Em março de 1954 entregou ao Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), revistas e traduzidas sob sua supervisão (“translated into Portuguese under my supervision”) as súmulas de aula que foram reunidas em livro, embora editado com data de 1957, somente veio a lume em março de 1958.¹ Ali se vê que Herbert Coblans citou Suzanne Briet em suas aulas. Talvez tenha sido essa a ocasião em que bibliotecários brasileiros foram apresentados às ideias da documentalista francesa.^{2,3}

O IBBD, que teve sua regulamentação aprovada em abril de 1954, começou a funcionar em junho do mesmo ano. Na biblioteca do atual Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), sucessor do IBBD, encontra-se um exemplar de *Qu'est-ce que la documentation?* que ali deu entrada em 12 de janeiro de 1955 e que foi adquirido na Livraria Agir, no Rio de Janeiro. O exemplar apresenta-se em seu acabamento original, cartonado, impresso em papel cuchê, e com marcas de muito uso, inclusive com marcações feitas por leitores. Na edição original, encontram-se ainda o “Projet de présentation des articles de périodiques et des analyses documentaires” (p. 45-46), na realidade exemplos de fichas de referências de artigos de revistas (sinaléticas, isto é, sem resumos) e analíticas (com resumo) e a lista de “Normes françaises intéressant la documentation” (p. 47-48). Essa edição encontra-se em: <http://martinetl.free.fr/suzannebriet/questcequeladocumentation/>

É nesse mesmo ano, no mês de outubro, que encontramos a primeira citação do livro de Briet feita por um brasileiro. O responsável por isso foi José Reis, pesquisador e importante especialista em comunicação e divulgação científica, que então era diretor da Divisão de Ensino e Documentação Científica do Instituto Biológico de São Paulo. Em palestra no simpósio sobre informação científica, promovido pela Associação Paulista de Bibliotecários com a colaboração do IBBD, realizado em São Paulo, em 25/10/1955, ele discorreu sobre os conceitos da Federação Internacional de Documentação, de Otlet, de Bradford e de Briet, na palestra intitulada “Alguns problemas da documentação”.⁴

Em 25 de agosto de 1957, Edson Nery da Fonseca citou-a na apresentação da página semanal sobre documentação que começou a publicar no *Jornal do Brasil*. Voltou a citá-la em 6 de outubro do mesmo ano. Edson foi um dos grandes divulgadores do opúsculo de Briet, pois, numa amostra de 82 obras que ele publicou de 1942 a 1993, o nome de Briet aparece citado dez vezes, em 11% lugar, entre quase 500 autores.⁵

Em sondagem feita por Edson Nery da Fonseca, ainda no *Jor-*

nal do Brasil, em 27 de outubro de 1957, as bibliotecárias Cordélia Robalinho Cavalcanti e Emy Pamplona indicaram o livro de Briet como um dos que deveriam ser traduzidos para o português.

Mesmo depois de 15 anos de seu lançamento, em 1951, ainda aparecia na bibliografia dos programas de concursos públicos, conforme se constata, por exemplo, no edital do concurso para bibliotecário da Câmara dos Deputados, em 1966 (*Diário Oficial*, 17/8/1966). Desnecessário dizer que estava presente nos programas de ensino da disciplina documentação desde que ela foi introduzida nos cursos regulares de biblioteconomia com o currículo mínimo de 1962.

Isso não quer dizer que o livro de Briet fosse lido pela maioria dos estudantes. E seu público potencial diminuía à medida que o conhecimento da língua francesa ia minguando entre os estudantes e profissionais de nível superior. Em 1966, diante das dificuldades de seus colegas, Maria Nazareth Fendt, uma jovem estudante de biblioteconomia da Universidade Federal Fluminense tomou a decisão de vertê-lo para o vernáculo. Nas palavras dela:

Naquela época, além da Faculdade de Biblioteconomia, fazia o curso na Alliance Française. Um pouco para treinar o idioma e também para ajudar os colegas que não liam francês (o livro era texto básico na cadeira de documentação) resolvi usar o tempo em que ia para a faculdade (20 minutos de ida e 20 de volta — quando não vinha com Hagar [Espanha Gomes] ou Célia [Ribeiro Zaher], conversando no caminho; elas trabalhavam no IBBD e eu na Confederação Nacional da Agricultura, ambos na avenida General Justo). Nessa época não havia aerobarco nem a ponte Rio–Niterói, que só seria inaugurada na década de 70. Foi um trabalho solitário, não tendo contado com ajuda sequer de professores na A[lliance] F[rançaise]. Daí os erros que pude corrigir agora, durante a revisão. Como não havia interesse em publicá-lo não cogitei pedir autorização à autora. Com minha mudança para São Paulo perdi contato com o pessoal do Instituto de Arte e Comunicação Social. Também não sei de quem foi a iniciativa de divulgá-lo na internet. [...]

Graças às redes sociais conseguimos localizar a tradutora, agora Maria de Nazareth Rocha Furtado, a quem agradecemos por ter aceito o convite para rever a tradução que o Instituto de Arte e

Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense mimeografou para circulação interna, em 1970.

Os argentinos foram os primeiros a traduzir este livro. Em 1960, nove anos depois da edição original, saiu *¿Qué es la documentación?* sob a égide da Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales da Universidad Nacional del Litoral, em Santa Fe. Traduzida por Beatriz Favaro com prólogo de Juan Manuel Peralta Pino.

Somente decorrido mais de meio século da edição original saiu a tradução inglesa: *What is documentation?* English translation of the classic French text. Trans. and ed. by Ronald E. Day and Laurent Martinet with Hermina G.B. Anghelescu. Lanham, MD: Scarecrow, 2006.

Agradecemos a Ronald Day e a Laurent Martinet pelas informações que nos permitiram localizar os herdeiros de Suzanne Briet. E a estes, Pascal Etienne e Jean-Paul Etienne, também expressamos nossos mais sinceros agradecimentos pela maneira fidalga e imediata com que atenderam a nosso pedido de autorização para esta tradução e edição.

Muito obrigado às professoras Sylvie Fayet-Scribe e Mary Niles Maack pela autorização para reproduzirmos seus artigos.

Notas e referências

1. Sobre o atraso na publicação do livro de Coblans ver a reclamação feita por Edson Nery da Fonseca em “Aqui-del-rei pela publicação de um livro perdido no DASP” (*Jornal do Brasil, Suplemento Dominical*, 22/9/1957, p. 12) que, menos de um mês depois é respondida pelo DASP, com a promessa de que o livro sairia daí a dois meses, ou seja, dezembro de 1957 (*Jornal do Brasil*, 31/10/1957, p. 9). Na realidade, somente depois de decorridos cinco meses, em março de 1958, o livro foi publicado. Edson o comenta em seu “O DASP é mau editor.” (*Tribuna dos Livros*, suplemento da *Tribuna da Imprensa*, 12-13 de abril de 1958, p. 4). Nessa recensão, ao comparar o livro de Coblans com os de Otlet (*Traité de documentation*) e de Bradford (*Documentation*), Edson admite que “o opúsculo de Briet não é nem pretende ser mais do que um ensaio de conceituação”.
2. COBLANS, Herbert; SILVA, Luiz Antonio Gonçalves da (apresentação). National bibliographical centre in Brazil. *Ciência da Informação*, v. 19, n. 1, p. 91-101, jan./jun. 1990.

3. COBLANS, Herbert. *Introdução ao estudo de documentação*. Traduzido do original inglês por Maria Antonieta Requião Piedade. Rio de Janeiro: Departamento Administrativo do Serviço Público, Serviço de Documentação, 1957 [*sic*, no colofão; publicado em março de 1958]. 147 p.
4. Documentação. *O Estado de S. Paulo*, 26/10/1955, p. 12.
5. MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. Fontes da produção intelectual em biblioteconomia e documentação. In: MOTTA, Antônio; VERRI, Gilda Maria Whitaker. *Interpretação de Edson Nery da Fonseca*. Recife: Edições Baço, 2001, p. 116-151.

Estudos sobre a obra de Suzanne Briet, além dos citados por Sylvie Fayet-Scribe (p. 55) e Mary Niles Maack (p. 88)

- BISHOP, Mitchell Hearn. Briet's antelope: some thoughts on Suzanne Briet (1894–1989) and conservation documentation. *WAAC Newsletter*, v. 25, n. 1, p. 12-16, Jan. 2003. Disponível em: <http://cool.conservation-us.org/waac/wn/wn25/wn25-1/wn25-104.pdf>.
- BUCKLAND, Michael. Le centenaire de “Madame Documentation”: Suzanne Briet, 1894-1989. *Documentaliste: Sciences de l'Information*, v. 32, n. 3, p. 179-181, 1995. Versão francesa do artigo publicado no *Journal of the American Society for Information Science*, v. 46, n. 3, p. 235-237, Apr. 1995.
- BUCKLAND, Michael. A brief biography of Suzanne Renée Briet. In: BRIET, Suzanne. *What is documentation?* Transl. by Ronald E. Day; Laurent Martinet; Hermina G.B. Anghelescu. Lanham, MD: Scarecrow Press, 2006.
- BUCKLAND, Michael. The reception of Suzanne Briet in the United States. *Bulletin of the American Society for Information Science and Technology*, v. 39, n. 4, p. 40-41, 2013.
- DAY, Ronald E. Suzanne Briet: an appreciation. *Bulletin of the Association for Information Science and Technology*, v. 33, n. 2, p. 21–22, Dec./Jan. 2007.
- DAY, Ronald E. 'A necessity of our time': documents and culture in Suzanne Briet's *Qu'est-ce que la documentation?* In: RAYWARD, W. Boyd. *European modernism and the information society: informing the present, understanding the past*. Aldershot: Ashgate, 2008, p. 155-164.
- FAYET-SCRIBE, Sylvie. *Histoire de la documentation en France: culture, science et technologie de l'information 1895–1937*. Paris: CNRS Éditions, 2000.
- LE COADIC, Yves-François. What is documentation? *Library Quarterly*, v. 77, n. 4, p. 484–487, Oct. 2007. Disponível em: http://archivesic.ccsd.cnrs.fr/sic_00203384/document
- POULAIN, Martine. Connaissez-vous [vraiment] Suzanne Briet? *Bulletin des Bibliothèques de France*, 2012, v. 57, n. 3, p. 81-82, 2012. Disponível em: <http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-2012-03-0081-001>>

MEYRIAT, Jean. Souvenir de Suzanne Briet. *AIDA informazioni*, a. 21, n. 1, p. 47-52, gen./mar. 2003.

SALDANHA, Gustavo Silva. O “fabuloso” antílope de Suzanne Briet: a análise e a crítica da análise neodocumentalista. XIII Encontro Nacional de Pesquisa em ciência da informação. 2012. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xiiienancib/paper/viewFile/3643/2767>.

TOURNEY, Michele. Caging virtual antelopes: Suzanne Briet’s definition of documents in the context of the digital age. *Archival Science*, v. 3, n. 3, p. 291-311, 2003.

Michael Buckland compilou a bibliografia dos trabalhos de Briet e sobre ela em: <http://people.ischool.berkeley.edu/~buckland/briet.html>

UMA TÉCNICA DO TRABALHO INTELECTUAL

Para Julien Cain¹

A latinidade e sua herança sempre deram à palavra ‘documento’ o sentido de lição e prova. O dicionário Richalet e o Littré trazem dois testemunhos franceses.² Uma bibliografia contemporânea, ciosa de clareza, lançou esta breve definição: “um documento é uma prova em apoio a um fato”.

Se aludirmos às definições ‘oficiais’ da Union Française des Organismes de Documentation (UFOD), verifica-se que ‘documento’ é assim explicado: “toda base de conhecimento fixada materialmente e suscetível de ser utilizada para consulta, estudo ou prova”.

Esta definição tem sido discutida por linguistas e filósofos, ciosos que são de minúcia e lógica. Graças à análise do seu conteúdo, pode-se propor uma definição, a mais adequada atualmente, mas também a mais abstrata e, portanto, a menos acessível: “todo indício, concreto ou simbólico, conservado ou registrado, com a finalidade de representar, reconstituir ou provar um fenômeno físico ou intelectual”.

Uma estrela é um documento? Um seixo rolado pela correnteza é um documento? Um animal vivo é um documento? Não, mas são documentos as fotografias e os catálogos de estrelas, as pedras de um museu de mineralogia, os animais catalogados e expostos num zoológico.

Em nossa época de múltiplas e aceleradas comunicações,

o menor acontecimento científico ou político, quando levado ao conhecimento público, imediatamente assume a solenidade da “roupagem documentária” (Raymond Bayer).³ Admiramos a fertilidade documentária a partir de um simples fato. Por exemplo: um antílope de uma nova espécie foi encontrado por um explorador na África, que conseguiu capturar um exemplar e enviá-lo para a Europa, para nosso Jardin des Plantes. Um comunicado para a imprensa faz com que esse fato seja divulgado em notícias de jornais, rádios e atualidades cinematográficas. A descoberta é objeto de uma comunicação perante a Académie des Sciences. Um professor do Muséum [National d’Histoire Naturelle] considera-o para suas aulas. O animal vivo é enjaulado e colocado no zoológico. Morto, será emalhado e conservado (no museu). Emprestado para uma exposição. Mostrado em filme sonoro. Seu berro é gravado em disco. A primeira monografia sobre esse animal fará parte de um tratado ilustrado com pranchas, depois, de uma enciclopédia especializada de zoologia geral e, posteriormente, de uma enciclopédia geral. As obras são catalogadas numa biblioteca, após terem sido anunciadas em catálogos de livrarias e de editoras, e na *Bibliographie de la France*. Os documentos são reproduzidos (desenhos, aquarelas, pinturas, estátuas, fotos, filmes e microfimes), depois selecionados, resumidos, descritos, traduzidos (produtos documentários). Os documentos relativos a esse fato são objeto de uma ordenação científica (fauna) e ideológica (classificação). Enfim, sua conservação e utilização são determinadas por técnicas gerais e métodos válidos para o conjunto dos documentos, métodos esses estudados em associações nacionais e congressos internacionais.

O antílope catalogado é um documento primário e os demais são documentos secundários ou derivados.

A invenção de Gutenberg desencadeou uma produção tipográfica tão volumosa e intensa, sobretudo nos cem últimos anos, que o problema da utilização dos documentos gráficos e sua conservação tornou-se grave. A abundância desses documentos, a partir do século XVII, tornou necessária a criação de um método científico de pesquisa [*prospection*] e classificação

de livros e manuscritos, a *bibliografia*, que Louise-Noëlle Malclès define como “o conhecimento de todos os textos publicados ou multigrafados. Baseia-se na pesquisa, identificação, descrição e classificação desses documentos, a fim de organizar serviços ou construir instrumentos destinados a facilitar o trabalho intelectual. Uma técnica específica permite a transposição dessas diferentes etapas. [...] Essas quatro operações sucessivas constituem a técnica ou ciência bibliográfica, e culminam nos repertórios propriamente denominados bibliografias. [...] Parece, pois, não somente útil, mas indispensável separar os dois aspectos da palavra e distinguir uma bibliografia teórica, que estabelece regras de pesquisa, de catalogação, de descrição e de classificação, de uma bibliografia prática, que aplica essas regras na construção dos instrumentos de pesquisa que são as bibliografias.”⁴

Os repositórios centrais que constituem as grandes bibliotecas nacionais (Paris, sete milhões de impressos, Washington, 8 700 000) só puderam dominar, diríamos de bom grado domar, suas riquezas e colocá-las à disposição de um público cada vez maior graças a instrumentos que permitem o acesso aos documentos ali armazenados. Os catálogos *correntes*, os catálogos retrospectivos e os catálogos coletivos constituem o instrumental documentário obrigatório e os intermediários práticos entre os documentos gráficos e seus usuários. Esses catálogos de documentos são, eles próprios, documentos de segundo grau.

Com a especialização dos estudos e a multiplicação das atividades de toda espécie, que vemos proliferar em nossa sociedade, as relações e os pontos de vista ganharam mais mobilidade e maior variedade (Bliss). “O conhecimento e o estudo, a ciência e a prática não podem dispensar uma pesquisa eficaz dos documentos e uma organização rigorosa do trabalho documentário” (Bliss).⁵

Dessa necessidade surgiram os *centros e os serviços de documentação*, que são as formas mais dinâmicas dos órgãos de documentação. Os repertórios de órgãos de documentação apareceram em mais de um país (França, 1935, 1942, 1948,

1951; Grã-Bretanha, 1928; Países Baixos, 1937; Bélgica, 1947; Suíça, 1946).

Nasceu uma nova profissão — a de *documentalista* — que corresponde às funções da pessoa que documenta uma outra. O documentalista faz o trabalho de documentação. Ele deve ter o domínio das técnicas, dos métodos e das ferramentas. Já lhe é possível tornar-se um técnico devidamente licenciado. A França outorga um diploma oficial desde a criação do Institut National des Techniques de la Documentation, ligado ao Conservatoire National des Arts et Métiers (portaria de 1º de dezembro de 1950).

A teoria da documentação foi sendo construída pouco a pouco a partir do grande período da explosão tipográfica, que começa aproximadamente no terceiro quartel do século XIX e corresponde ao avanço das ciências históricas e ao progresso da técnica. Otlet foi o mago, o líder internacional, com seu instituto de bibliografia em Bruxelas, sua classificação decimal universal, seu Conseil des Unions Scientifiques, seu Mundaneum.⁶ Outros, menos ambiciosos do que ele, ou mais prudentes, abriram os sulcos de uma cultura que, entre seus discípulos, não causou surpresa. A *documentologia* nada perdeu ao se desfazer de um Repertório Bibliográfico Universal, que todo mundo considerava uma quimera e não despertava interesse comparável aos catálogos coletivos de acesso mais local.

Enquanto o livro, que surgiu de uma folha impressa, tende atualmente a se manifestar em seus elementos constitutivos, por necessidade de mobilidade, outras formas documentárias surgiram das invenções modernas e enriqueceram o instrumental humano graças às documentografias. Ninguém não mais se satisfaz apenas com o livro, com o fragmento impresso, com o artigo de periódico, com o recorte de jornal, com a cópia do arquivo; transfere-se uma obra inteira, com suas ilustrações, para o microfilme, a microficha e as *microcards*. * Uma gorda pasta de arquivo desaparece, microfilmada, no bolso do casaco. Uma biblioteca inteira cabe numa bolsa. A pesquisa

científica se estende às unidades documentárias de toda espécie: documentos iconográficos, metálicos, monumentais, metalíticos, fotográficos e transmitidos por rádio ou televisão. A seleção de documentos incorpora as técnicas mais avançadas. As profissões ‘pré-documentalistas’ também participam dessa corrida aos documentos. As novas gerações de arquivistas e conservadores de museus decifram os textos antigos na ‘leitora’ de microfilme e elaboram fichas fotográficas em que a imagem da peça de museu vem junto com sua descrição científica, como acontece no Centre de Documentation Egyptologique e no Musée Carnavalet. As bibliotecas mais tradicionais passam a contar com unidades de documentação e laboratórios fotográficos, como a Bibliothèque Nationale de Paris, que mostra sua eficiência em matéria de microfilmagem e fotografias coloridas. Enormes coleções de filmes e fotografias são organizadas em Washington, na Library of Congress e no arquivo nacional norte-americano.

A *unidade documentária* tende a se aproximar da ideia elementar, da unidade de pensamento, à medida que as formas de documentos se multiplicam, que a massa documentária cresce e a técnica da profissão de documentalista se aperfeiçoa.

A documentação para si mesmo ou para outrem aparece aos olhos de muitos como ‘uma *técnica cultural*’ de novo tipo.

Essa técnica prosperou inicialmente no meio da pesquisa científica propriamente dita, ou seja, a das ciências e suas aplicações. As ciências humanas adotaram-na mais tardiamente. As razões são facilmente compreensíveis. Com efeito, no campo da ciência e da técnica, a documentação se renova quase inteiramente, num lapso de tempo muito curto; uma invenção, uma descoberta, se tornam fatos ultrapassados num breve período de tempo. Acontece, então, que logo se tornam muito conhecidos para serem objeto de novos estudos. Já no campo das ciências humanas, a documentação ocorre por acumulação: a literatura, a história, a filosofia, o direito, a economia e a própria história das ciências são tributárias do passado. A erudição é conservadora. A ciência é revolucionária. *A evolução dos conhecimentos humanos é um compromisso permanente*

entre duas atitudes do espírito. A invenção e a explicação, a reflexão e a hipótese partilham o campo do pensamento. A documentação é sua serva, despojada como uma camponesa ou vestida suntuosamente segundo o desejo de seus senhores, os pesquisadores.

A *evolução do trabalho intelectual* manifesta-se na mesa do homem de gabinete. As condições e o instrumental do trabalho mental são hoje muito diferentes dos de outrora. Montaigne recolhia-se à sua torre circular, Bossuet, ao recesso do jardim do palácio episcopal, Descartes à sua morada secreta. Edison trancava-se à chave, Spinoza possuía apenas 60 livros. Na França de Luís XIV publicavam-se 70 obras por ano. Publica-se atualmente uma média de 12 000, sem falar nas reimpressões. Em 1947, foram editados quinhentos milhões de exemplares nos Estados Unidos, dos quais 40% de caráter didático. Sete milhões de diferentes documentos entram por ano na Library of Congress, em Washington. Importantes centros de documentação recebem e analisam regularmente de 100 a 2 000 periódicos. As referências do *Bulletin de Documentation Bibliographique*, a bibliografia francesa corrente de bibliografias, somam aproximadamente 2 000 a 2 500 por ano.

Antes da última guerra mundial haviam sido publicados 800 000 artigos de periódicos. O Département des Periodiques [da Bibliothèque Nationale] processa anualmente mais de um milhão de fascículos, franceses e estrangeiros, que inclui exemplares recebidos por força do depósito legal francês.

<i>Depósito legal francês</i>	1939	1948	1950
Obras originais	9 908	14 143	9 943
Traduções	851	1 088	1 009
Publicações em outras línguas	1 767	789	797
	12 526	16 020	11 849

Bradford observou que resumos de artigos científicos apareciam em muitos periódicos de resumos, frequentemente duas ou três vezes, enquanto que significativa proporção dos artigos, equivalente à metade, permanecia desconhecida. O próprio Bradford teve

o mérito de determinar a percentagem (33%) de artigos que interessam a determinado assunto e que se publicam fora das revistas da especialidade, graças a pesquisas estatísticas que lhe permitiram formular a chamada 'lei de Bradford'.⁷ Além disso, estudando detalhadamente o trabalho das revistas de resumos, chegou à conclusão de que, em princípio, dois terços das coleções dos serviços de documentação especializada não se referiam diretamente ao assunto de interesse da instituição, e que, todavia, toda a documentação relevante para a especialidade não se encontrava em parte alguma.

A documentação cumulativa à disposição das ciências humanas esmaga em importância e número as cifras, ainda que impressionantes, da produção científica propriamente dita. Parece que um fio de Ariadne ainda é mais necessário ao humanista do que ao cientista. As grandes bibliotecas de que se cerca o erudito e as que ele consulta fora de seu domicílio são para si um campo de pesquisa parcialmente inexplorado. Não há sistematização possível na utilização dos testemunhos do passado. Aqui a investigação é mais autônoma do que nos campos científicos. Nesse caso, "a margem de opção pessoal" é mais ampla (Pagès).⁸

Entretanto, os instrumentos do trabalho intelectual transformaram profundamente o comportamento do estudioso, qualquer que seja sua especialidade. Os fatores espaço e tempo intervêm muito mais do que no passado. A agenda de compromissos, o telefone, o aparelho de leitura de microfilme, a máquina de escrever, o ditafone e o telex impõem ao esforço intelectual um *ritmo diferente*.

"O conhecimento começa com o exame dos fatos", dizia Bacon.⁹ Carnegie aconselhava não iniciar nada "sem antes ter examinado a fundo todos os trabalhos" que já houvessem sido feitos sobre o assunto em questão.¹⁰ O problema seria mais o de selecionar os melhores trabalhos. É aí que se impõe uma competência. É aí que um método rigoroso ocorre em auxílio do pesquisador. "Ordem é o que há de mais raro nas operações do espírito" dizia Fénelon.¹¹ Ordem, marcação, seleção, três etapas essenciais às ocupações do intelecto.

Na tarefa de ‘coletivização’ dos conhecimentos, que é bem do nosso tempo, o *resumo documentário*, ou *abstract*,* aparece como um dos meios mais rápidos e mais seguros para anunciar e comunicar ideias. É papel das bibliotecas especializadas, dos centros de documentação e dos periódicos técnicos levar ao especialista, à sua mesa de trabalho, um resumo analítico e às vezes crítico das novidades que lhe interessam, e que lhe permitirá identificar as fontes que, se quiser, poderá examinar, seja pela leitura direta do original, seja por reprodução fotográfica. A mecanografia¹² vem ao encontro das exigências das pesquisas em grandes volumes de documentos, com índices estatísticos fáceis de codificar.

Devido à pesquisa científica e técnica, a documentação moderna tornou-se um dos fatores mais eficazes da *produtividade* em qualquer meio. Bastariam dois exemplos: o do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS) e o da empresa NEYRPIC. O CNRS, com suas equipes de resumidores e tradutores especializados, suas coleções de periódicos e seu serviço de microfilmagem, se firmou no espírito dos cientistas franceses como uma instituição da qual não podem prescindir. Os Établissements Neyret-Pictet, com seu serviço de documentação solidamente articulado às atividades dos laboratórios, oficinas e unidades de pesquisa da empresa, contribuiram para um enorme progresso nas aplicações da hidráulica no mundo inteiro.

Guias de orientação permitiram conhecer as possibilidades oferecidas pelos serviços de preservação e disseminação de documentos ou informação. Eles foram criados nacionalmente para o conjunto de interesses e atividades científicas, ou para um grupo mais ou menos extenso. Manuais de pesquisa documentária foram criados na França para orientar os pesquisadores sobre as melhores obras, artigos de periódicos, centros e associações, bibliotecas e museus e editoras especializadas.

A pesquisa científica tomou consciência de si mesma em quase todos os campos. Para melhor sair do ‘caos’ e do engar-

rafamento documentários, organizaram-se os trabalhos coletivos de pesquisa e documentação. O documentalista transformou-se num “homem de equipe” (Verne).¹³ Passou a desempenhar seu papel na solução do problema que consiste em dar rédeas à “faculdade de investigação pessoal e subconsciente de cada um, colocando à disposição de todos a documentação que interessa a um grupo de trabalhadores” (Wigner).¹⁴ O trabalho pessoal ficou livre de encargos penosos graças ao documentalista, que deve, de qualquer modo, conhecer a especialidade que auxilia profissionalmente, e recolher a bibliografia, ou melhor, a documentografia acumulada pelos próprios pesquisadores. Fichas de competências, interesses e lacunas dos pesquisadores seriam da maior conveniência (documentação sobre as pessoas e as possibilidades de pesquisa coletiva).

A documentação, quando intimamente ligada à vida de uma equipe de pesquisadores, cientistas ou estudiosos — ou quando participa de uma atividade industrial, comercial, administrativa, docente, etc. — pode, em certos casos, atingir uma verdadeira *criação*, por justaposição, seleção e comparação de documentos e produção de documentos auxiliares. O conteúdo da documentação é então interdocumentário.

Há outros problemas da documentação que os cientistas têm ressaltado com certa insistência nos últimos tempos. O da rapidez do serviço e o da integralidade da informação documentária. O professor norte-americano Burchard, embora reconhecendo o dinamismo e a eficiência dos bibliotecários de seu país, acha que a ciência encontrou seu Waterloo nas bibliotecas.¹⁵ O empréstimo entre bibliotecas, diz ele, é um fator que atrasa o atendimento. O catálogo coletivo acarreta delongas. Se, de alguns anos para cá, estamos mais bem equipados para obter rapidamente uma fotografia ou um microfilme, o *fator tempo* não é menos temível para o cientista que tem pressa. O caráter efêmero da informação científica impõe ao trabalhador desse ramo um comportamento intelectual e instrumentos adequados. O cientista ainda se informa como outrora por meio de suas relações pessoais, suas leituras e a bibliografia que encontra na biblioteca, mas agora, cada vez mais pelos resu-

<i>docere*</i> A DOCUMENTAÇÃO faz conhecer			
OBJETO	ATIVIDADES	FORMAS	INSTITUIÇÕES
1º grau a) Fatos ou ideias	por meio de:		A, B, M.
	<i>Informação</i> oral:	Orientações (<i>renseignements</i>).	Empresas de documentação
	escrita:	Notícias, jornais e revistas.	Correio – Imprensa.
	cinematográfica e radiofônica:	Filmes	Cinemas – Rádio.
b) Objetos ou a criação artística	<i>Ensino</i> oral:	Cátedras. Conferências.	Igrejas.
	escrito:	Laboratórios. Catálogos – guias.	Escolas e universidades.
	<i>Exposição</i> direta ou reproduzida	Objetos. Amostras. Animais. Fotografias.	Associações.
	<i>Audição</i> direta ou gravada	Catálogos-programas. Discos.	Pesquisa.
c) Pessoas ou atividades	<i>Orientações</i> (<i>renseignements</i>):	Fichas. Pastas. Registros.	Congressos – Feiras.
	<i>Orientações</i> (<i>renseignements</i>):	Anúncios. Anuários e diretórios. Dicionários e gramáticas. Cronologias. Atlas e guias. Tratados e manuais. Textos jurídicos, legislativos, históricos, literários. Enciclopédias. Patentes. Catálogos.	Comissões de exposição.
	a <i>Consulta</i> ou a <i>Comunicação</i> e a leitura organizada		A, B, M.
	a <i>orientação bibliográfica</i> :	Fichários. Registros. Catálogos. Bibliografias e documentografias. Guias de pesquisa. Cadastros de fontes. Cadastros de instituições.	Autores e editoras.
d) Fontes de fatos	<i>produtos documentários</i> (seleção, resumo, tradução, reprodução, ordenação, distribuição)	Seleções. Extratos. Resumos. Recensões. Traduções. Revisões da literatura. Fotografias. Edições documentárias.	Academias.
	<i>cooperação, normalização e orientação documentária</i>	Conferências. Boletins. Manuais. Comissões. Cursos.	Associações científicas
			ESTADO
			DEPARTAMENTOS DE PATENTES
2º grau Pesquisa { Fontes de documentos			(Arquivos. Bibliotecas. Museus).
			(Arquivos. Bibliotecas. Museus).
3º grau Disseminação { Documentos analisados coletivamente e adaptados individualmente			CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO
			(Arquivos. Bibliotecas. Museus).
4º grau Organização { A documentologia			CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO
			(A Congressos. B Associações. M Comitês. AFNOR/ISO. UFOD/FID/UNESCO. Escolas de documentação. Centros de documentologia.

mos e resenções. O microfilme leva ao pesquisador científico em seu laboratório, à sua mesa de trabalho, o próprio documento, na íntegra e em um pequeno volume.

Estaria o cientista bem seguro de poder afiançar a *integridade da documentação* que o interessa? Os centros e serviços de documentação leem para ele. O trabalho documentário está organizado coletivamente. Todavia, acontece que uma parte importante da documentação científica conserva-se em sigilo pelo menos em determinados campos. Jean Thibaud¹⁶ revelou recentemente a inquietação dos cientistas diante do fato de que “a ciência” surge agora “como a mais essencial das atividades bélicas em tempos de paz”. O grande Einstein deu um grito de alarme: “o domínio da informação diminui cada vez mais sob a pressão das necessidades militares”. A documentação secreta é uma afronta à documentação.

É chegado o momento de provar que o exercício da documentação, com todas as suas possibilidades e com o aperfeiçoamento de todos seus meios constitui efetivamente uma *técnica cultural nova*. A documentação torna-se cada vez mais técnica, como trabalho especializado. Le Rolland nos diz que aquilo que a mão leva à mente, como um trabalho em parte manual, serve à cultura, isto é, enriquece o homem.¹⁷ E cita Julian Huxley: “as mãos recebem uma imagem tátil, exata, daquilo que manuseiam, os olhos, um complexo padrão visual do que veem. [...] A mais perfeita definição dos objetos através do pensamento conceitual foi sucedida pelo domínio ainda maior sobre eles por meio das ferramentas e das máquinas.”¹⁸ A mão serviu ao espírito; a ferramenta desenvolveu o cérebro. O cérebro, em troca, guiou a mão. Tal é a onipresença da inteligência. “A documentação está para a cultura assim como a máquina está para a indústria” (Pagès).

Não há exagero em se falar de um novo *humanismo* a esse respeito. Uma outra raça de pesquisadores *is in the making*.^{*} Ela é resultante da reconciliação da máquina com o espírito. O homem moderno não repudia nada de sua herança. Apoiado

* Está em desenvolvimento. (Em inglês no original.)

na riqueza da experiência legada pelo passado, ele se volta resolutamente para o mundo do amanhã. O devir constante da humanidade requer que a adaptação seja massificada e ao mesmo tempo individual. A técnica é aqui o sintoma da necessidade social. “Uma característica da documentação moderna é a de coordenar setores” diversos “em uma mesma organização.”

A documentação aparece enfim como o *corretivo da especialização* sempre crescente. Fechado nos limites mais ou menos amplos de sua especialidade, o pesquisador precisa ser guiado através dos territórios que circundam seu domínio particular. Orientação sobre as fronteiras de um assunto, prospecção das fontes de pesquisa, definição de atribuições são algumas das necessidades que requerem a coordenação de diversas atividades.

II

UMA PROFISSÃO DISTINTA

Para Louis Ragey¹⁹

O *homo documentator* nasceu das novas condições da pesquisa e da técnica.

Enquanto em certos países, como na Grã-Bretanha, a profissão de arquivista é corretamente tratada como ‘profissão nova’, os arquivos modernos cada vez mais se aproximam dos centros de documentação propriamente ditos, como Ranganathan nunca deixou de ressaltar. A maior parte dos atos administrativos é produzida em formato datilografado ou impresso. A maioria das publicações oficiais adquire uma forma periódica. O processo, a circular e o relatório são tratados como elementos documentários e não como os livros de uma biblioteca. As bibliotecas, privadas das formas mais móveis da documentação impressa, datilografada ou fotografada, etc., continuam sendo distribuidoras da documentação do passado, e veem lhes escapar a pesquisa em todos os níveis, ficando apenas com os relatos dos fatos adquiridos. Instrumentos máximos de fixação e preservação da cultura, as bibliotecas gerais acompanham com atraso inevitável o progresso dos conhecimentos e os avanços da técnica de acesso aos documentos. As bibliotecas especializadas estão mais próximas dos centros de pesquisa, e a maioria delas tende a se transformar em centros de documentação, com ou sem essa denominação. Os *information* ou *intelligence officers* que vimos se multiplicar nos centros industriais da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos

são os primos de segundo grau dos ‘documentalistas’ franceses. Formados ou não em escolas de biblioteconomia, são oriundos do mesmo ambiente cultural especializado dos estabelecimentos dos quais fazem parte. Satisfazem a todas as exigências do credo segundo o qual o *documentalista* é, primeiro, um especialista no acervo, isto é, possui uma especialização cultural semelhante à da instituição que o emprega; segundo, conhece as técnicas relacionadas à forma dos documentos e seu tratamento (escolha, conservação, seleção, reprodução); terceiro, respeita o documento na sua integridade física e intelectual; quarto, é capaz de proceder a uma interpretação e uma seleção quanto à importância dos documentos sob sua responsabilidade, visando à sua disseminação ou a uma revisão da literatura.

Robert Pagès teve o ensejo de dizer que as profissões de bibliotecário, arquivista e conservador de museu eram profissões ‘pré-documentalistas’ e que o bibliotecário se tornara, em nossa época, “um caso particular de documentalista”. Não se trata absolutamente de precedência. Sendo a documentação gráfica muito mais volumosa no presente do que no passado, as técnicas tradicionais de conservação e a história das coleções de livros e documentos afins ainda manterão por muito tempo uma preeminência indiscutível. Mas, mesmo para as grandes coleções do passado, a palavra ‘bibliografia’ não mais convém, pois seria preciso dar-lhe uma acepção mais ampla de modo a englobar os catálogos de todas as espécies. Porque a presença, numa biblioteca, de bustos, medalhas, cartas geográficas e objetos pessoais exigiria que se usasse doravante a palavra ‘documentografia’.

Não é raro o documentalista encontrar-se à frente de uma instituição com uma biblioteca especializada, uma seção de pesquisas, um boletim analítico e/ou bibliográfico, um serviço de microfilmagem, uma sala de exposições, recortes de jornais e traduções. Arquivista, bibliotecário e conservador de museu, nosso documentalista é tudo ao mesmo tempo. É necessário portanto — ao lado da especialização cultural inicial — que conheça as técnicas das profissões com as quais de fato se relaciona. Além disso, ele produz documentos secundários, a

partir de documentos originais que se convencionou chamar documentos primários. Ele os traduz, resume, copia, fotografa, publica, seleciona, compara, coordena. É um ‘homem de equipe’ na organização da pesquisa e na execução das atividades de base de um país. Sua profissão, meio intelectual, meio manual, é a de um auxiliar da pesquisa prática, de um “servo dos servos da ciência”.²⁰

Simons comparava as bibliotecas a um depósito de fertilizantes que os especialistas estariam incumbidos de espalhar nos campos para torná-los férteis. Diríamos que os documentalistas são técnicos de uma fertilização melhorada das áreas próximas ou distantes da cultura científica. Enquanto a leitura pública interessa às massas, a disseminação da documentação visa a especialistas escolhidos.

O trabalho documentário — baseado na especialização cultural — corresponde a uma atividade cuja *especificidade* não precisa ser demonstrada. O que chamamos de ‘técnica documentária’ é um conjunto de técnicas de combinação original e múltiplas aplicações. É claro que não se poderiam impor ao estudante de documentação os programas da École des Chartes e do Diplôme Supérieur de Bibliothécaire.²¹ Se é necessário ensinar 50 horas de catalogação numa escola de biblioteconomia, bastariam cinco horas, por exemplo, num curso destinado a documentalistas.

A conservação, a exposição e a manutenção de documentos ocuparão menos espaço no calendário de aulas. Ao contrário, a normalização, a classificação, a organização do trabalho documentário dentro de uma instituição e a disseminação de documentos para os usuários ocuparão muito mais horas do que em programas análogos.

É preciso ressaltar aqui que as competências e as atribuições não são as mesmas para as categorias de auxiliares e de profissionais. Esta distinção, muito útil, orienta a formação profissional e o estatuto dos documentalistas assistentes e dos documentalistas.

Procedamos, pela análise de programas de ensino, à análise do *conteúdo da profissão*. A educação tratará dos métodos e

dos instrumentos da documentação. Os métodos são normalização, pesquisa, bibliografia, catalogação, ordenação, classificação, disseminação e exposição. Os instrumentos, ou meios da documentação, são representados pelas fichas e fichários, pastas de arquivos, recortes de jornais, máquinas de escrever, de calcular, classificadoras de cartões perfurados, fotografias, microfimes, aparelhos de telecomunicações.

Acontece que os métodos do trabalho documentário foram emprestados de técnicas antigas ou afins. Todas as que podem ser agrupadas sob a categoria comum de coleta e conservação e, mais particularmente, de catalogação, vêm das profissões pré-documentalistas. Da normalização, ou racionalização generalizada, guardaram-se somente as especificações recomendáveis no campo da documentação. A ordenação [*classement*] e a classificação [*classification*] têm uma importância de primeira grandeza no trabalho dinâmico do documentalista. Mas é sobretudo na disseminação da documentação e no que se convencionou chamar de produção documentária que se encontra a verdadeira criação profissional. A orientação sobre as fontes, as instituições e os especialistas confere ao conjunto das atividades documentárias um impulso de roda giratória e de irradiação circular pelos quatro pontos cardeais.

O instrumental, assim como os métodos, é aplicado à documentação a partir de invenções independentes que encontraram pleno emprego na nova profissão.

Falemos um pouco sobre cada método e cada meio de que a documentação dispõe.

A *normalização* se interessou pelos métodos e recursos da documentação às vésperas da última guerra. A International Standardization Association (ISA)²² colocou para estudo, em alguns números (22 e 23) de seu *Bulletin*, o formato das referências bibliográficas, a apresentação de periódicos, a ficha analítica das revistas e o formato das fichas e do papel. A Association Française de Normalisation (AFNOR) estudava, por seu lado, a repercussão das diretrizes da ISA no plano nacional. Desse esforço nasceu a Commission Française de Documentation, criada em 1940,²³ que, restabelecida depois da guerra, se

subdividiu em seções, dedicando-se à terminologia, referências bibliográficas, apresentação de periódicos, mobiliário e equipamentos dos serviços de documentação e apresentação de artigos.

Uma subcomissão do código de catalogação, cuja sede é a Bibliothèque Nationale, conduziu, com a assídua contribuição de bibliotecários, bibliógrafos e documentalistas, um vasto e minucioso trabalho referente à catalogação de impressos comuns, estampas, música e cartas geográficas. Textos originais foram atualizados por esta subcomissão. Citemos entre outros: congressos, exposições, publicações oficiais, cartazes, obras litúrgicas. A AFNOR submeteu à consulta pública os primeiros resultados desses trabalhos, sob a forma de uma edição provisória do *Code*, em 1945, e de trechos importantes da apresentação de entradas de autor, de entradas de artigos de revistas, de entradas analíticas, etc. A AFNOR homologou ainda um texto de madame Chauvin sobre as regras de ordenação alfabética de repertórios comerciais,²⁴ cujas necessidades são diferentes das dos catálogos de bibliotecas, e cujas aplicações a bancos e estabelecimentos industriais e comerciais estariam agora garantidas. Em 1930 o Institut International de Coopération Intellectuelle²⁵ publicava um código de abreviação de títulos de periódicos que a AFNOR adotou para a França com algumas mudanças, em 1944. As diferentes decisões foram examinadas no decorrer de uma reunião internacional da ISO (instituição que substituiu a ISA) em maio de 1950. Graças a um acordo internacional, foram designados secretariados nacionais para os diferentes assuntos.

A normalização do formato do papel e da ficha simplificou consideravelmente o trabalho documentário. Assim é que a ficha dita internacional (75 × 125 mm), de invenção norte-americana (NF Q 31-003), é atualmente adotada com a denominação de ficha de biblioteca em todos os países, inclusive os que adotaram normas próprias de formato de papel. Ora, o formato da ficha de biblioteca é um formato isolado que não guarda relação com nenhuma norma original de formato do papel. Esse inconveniente, em comparação com o formato mé-

trico (ou DIN), de criação francesa, do tempo da Convenção,²⁶ não impediu que os Estados Unidos pusessem em prática um catálogo coletivo em escala continental. A fotografia e o microfilme têm igual necessidade de normalização. A Europa central e a Europa setentrional compreenderam todo o proveito e toda a economia que o formato métrico lhes propiciaria. Os formatos de papel franceses NF Q 02-001 se aproximam dos formatos anglo-saxões, sem serem idênticos.

A *pesquisa* documentária é feita, basicamente, por meio de livrarias e bibliografias. O livro ainda é a principal fonte para a pesquisa de documentos que tratem do projeto de estudo, e os catálogos de editoras ou de livrarias são o meio mais seguro para identificar as obras de interesse. Lançamentos e livros de segunda mão aparecem com seu preço nos catálogos. As bibliografias nacionais correntes (*Biblio, Bibliographie de la France*) divulgam as publicações recentes recebidas como depósito legal na instituição expressamente designada para conservá-las. Os periódicos, assim como os livros, aí estão incluídos. As bibliografias retrospectivas, nacionais ou especializadas, por autor ou por assunto, trazem sua contribuição ao conhecimento de títulos e detalhes das edições. Os próprios periódicos representam importante papel de divulgadores de novidades, por meio de seus artigos críticos, de suas colunas sobre a produção bibliográfica corrente. Os índices e publicações de resumos, que resultam da reunião e acumulação de sumários e resumos de artigos de periódicos, permitem localizar facilmente os trabalhos de determinado autor ou vários estudos sobre um assunto específico. Infelizmente, não existem para todos os países, nem para todas as disciplinas, índices exaustivos de periódicos. A Conferência Internacional de Bibliografia, realizada pela Unesco em Paris, em novembro de 1950, constatou, entre outras falhas, a insuficiência dos índices de periódicos para o conjunto dos países representados em sua assembleia.

Se os contatos entre pesquisadores constituem a maneira mais animada de tomarem conhecimento dos trabalhos que estão em andamento e que lhes interessam — manuscritos iné-

ditos, obras no prelo, etc. — a *bibliografia* é a fonte mais importante de informação sobre as fontes documentárias. É preciso distinguir três categorias de instrumentos: os repertórios ou monografias de caráter bibliográfico; as revistas de bibliografia corrente; e os grandes catálogos de bibliotecas. Estes tendem a se constituir, em último caso, em bibliografias universais. Pela justaposição dos maiores catálogos, da Bibliothèque Nationale de Paris, do British Museum,²⁷ da Library of Congress e o Gesamtkatalog,²⁷ se chegaria a uma bibliografia universal aproximada. Enquanto certos países, ainda pouco desenvolvidos, não puderam se permitir a realização de uma bibliografia nacional de suas recentes publicações, ou de seu patrimônio nacional, outros, entre os maiores, possuem catálogos que são monumentos bibliográficos, tanto pela riqueza de seu conteúdo como pelo porte científico de seu aparato descritivo.

O *registro* da aquisição do documento numa unidade de documentação é uma coisa; o catálogo é outra coisa. A boa ordem exige que todo documento contenha seu número de registro que lhe é atribuído como uma identificação imutável, *ne varietur*. E que, ademais, contenha uma notação ou cota, em função de uma *ordenação material* que permita encontrá-lo. O catálogo topográfico segue passo a passo a ordem nas estantes, nos armários, nos arquivos. Os catálogos de autor e de título e os de assunto permitem responder às diversas questões dos usuários: Existe essa obra? De qual autor? Com esse título? Quais obras poderia ler sobre tal assunto? Aos catálogos alfabéticos se superpõem catálogos sistemáticos, onde os documentos se agrupam por afinidade cultural. Os *catálogos*, como as bibliografias, podem reunir numa mesma lista alfabética, num mesmo conjunto sistemático, diversas espécies de documentos: livros, manuscritos, medalhas, cartas geográficas, estampas, fotografias, objetos. Existem catálogos de monumentos megalíticos, de espectros de estrelas, de documentos epigráficos. A documentografia constitui a enumeração e a descrição de documentos de diferentes tipos.

A *ordenação* permite a arrumação imediata e o armazenamento permanente. Não se classificam do mesmo modo livros

para venda numa livraria, para a exposição em um museu de arte ou para consulta numa biblioteca especializada. O uso que se pretende dar aos documentos, em circunstâncias específicas, determina a forma de sua ordenação. As soluções práticas são preferidas em todos os casos. Entretanto, é preciso distinguir entre ordenação e classificação. Em um museu, a ordenação se faz e se desfaz segundo as necessidades da exposição. Em uma biblioteca, os volumes ocupam teoricamente um lugar imutável, aonde voltam após sua utilização.

É preciso distinguir entre *classificação concreta* e classificação dos conhecimentos. Os novos sistemas de classificação enciclopédica deixam perplexos os documentalistas que, na maioria das vezes, preferem uma classificação própria que tenha em conta todas suas necessidades. Uma unidade de documentação apresenta-se sob um aspecto particular, com suas preocupações principais direcionadas para sua especialização, e com suas atividades marginais que interessam eventualmente a várias especialidades afins. Nesse caso, é necessário construir inteiramente uma classificação própria que leve em conta interesses principais e secundários, que os inventariem completamente e que os coloquem numa ordem racional.

As *classificações enciclopédicas* que têm aplicação direta nas bibliotecas gerais — a de Brunet²⁹ inspirou na França um grande número de classificações; a de Dewey é amplamente difundida nas Américas — podem ajudar na construção de classificações concretas. Mas o especialista não estará dispensado de reconsiderar todas as categorias de sua própria atividade em função dos esquemas já prontos. A evolução das ciências leva, de um lado, os filósofos, e de outro os profissionais da documentação a atualizar as classificações enciclopédicas. Dentre os sistemas que provocaram interesses diversos na primeira metade do século — Bliss, Brown,³⁰ Ranganathan³¹ — é preciso destacar uma aplicação do sistema decimal de Dewey, a célebre Classificação Decimal Univesal (CDU). O Instituto de Bibliografia de Bruxelas lançou-a há pouco mais de cinquenta anos. Uma comissão internacional é encarregada de estendê-la aos novos assuntos, assim como de reformulá-la. Ela é di-

fundida sobretudo na Europa central e na Europa setentrional. Entretanto, a França registrou, nos últimos anos, um número crescente de usuários da CDU, e a UFOD, que tomou essa bandeira das mãos do Bureau Bibliographique de France, criou recentemente uma comissão francesa da Classificação Decimal Universal, que virá desempenhar seu papel na tarefa assumida pela Federação Internacional de Documentação.

A principal função dos serviços de documentação é produzir documentos secundários, derivados dos documentos primários, os quais, via de regra, não criam, mas que, algumas vezes, conservam. Quer esses serviços constituam centrais de conservação, quer intervenham como simples usuários ou intermediários em proveito de uma categoria de usuários, a *produção documentária* ocupa entre eles um lugar característico. Estamos no cerne da profissão de documentalista. Os documentos secundários são: traduções, resumos, boletins de documentação, fichários, catálogos, bibliografias, pastas de arquivos, fotografias, microfilmes, seleções, revisões da literatura, enciclopédias, guias de orientação. É preciso passar em revista a cadeia de trabalhos documentários, assim como os problemas de sua mutação, num mundo em acelerada evolução técnica.

A importância do conhecimento de línguas estrangeiras, para fornecer qualquer das formas documentárias, dispensa demonstração. Para compreender os documentos é preciso poder lê-los e, hoje em dia, somente muito poucos assuntos ficam restritos a limites linguísticos. Será papel do documentalista colocar os documentos em diversas línguas ao alcance dos seus usuários, mediante *traduções* fidedignas, onde se manifeste seu perfeito conhecimento do assunto tratado. Nada é mais importante, nem mais raro, que o encontro da especialização cultural com a aptidão poliglota. Também foi concebido para a França um centro referencial (*clearing*)* de traduções, que informe sobre especialistas — cientistas — aptos a traduzir determinados idiomas. Há mais de um ano a Direction de

* Leia-se *clearing house*. (Em inglês no original.)

la Documentation publica uma lista de artigos traduzidos sob sua responsabilidade. Por outro lado, deve ser feito um esforço para atualizar a terminologia da documentação e de seus produtos mais comuns, as terminologias específicas das mais diversas atividades devendo ser elaboradas pelos próprios especialistas (químicos, médicos, filósofos, profissionais do setor bancário, etc.). Em breve aparecerá o vocabulário do bibliotecário, sob os auspícios da Unesco.³²

A obra original ou traduzida precisa ser difundida. Não basta traduzir o título ou dele extrair o assunto ou os assuntos principais para inclusão no catálogo. É preciso mostrar sua relevância por meio de um resumo ou uma sinopse mais ou menos extensa. A referência sinalética, ou seja, puramente descritiva, é acompanhada então de um resumo, que tanto pode ser breve como extenso. O problema dos *resumos de documentos* foi suscitado em 1949 e 1950 em reuniões internacionais promovidas pela Unesco, primeiro para medicina, depois para ciências e tecnologia, e, por fim, para as ciências econômicas e sociais. Dos avanços nessa questão resultou a divulgação de recomendações relativas à preparação cooperativa e à apresentação normalizada dos resumos. A coordenação dos trabalhos de elaboração de resumos, mencionados no *Index Bibliographicus*, 3ª ed. (v. 1, no prelo; v. 2, em elaboração), está para ser concretizada, graças à colaboração da Unesco, do Conseil International des Unions Scientifiques e da FID.

Às vezes se diz que bastaria um único resumo para representar o conteúdo de uma obra, e Bradford não ficou indiferente a essa tendência à unificação, ou seja, para a não duplicação de esforços. Mas, é preciso ver as coisas mais de perto. Sem falar das necessidades linguísticas — uma língua, qualquer que seja, não pode satisfazer às necessidades mundiais — não esqueçamos que os pontos de vista variam de acordo com o meio e que uma mesma obra será utilizada num centro de mecânica ou numa empresa de hidráulica. Longe de se desejar um resumo único, universal, talvez seja possível imaginar um resumo abreviado ou sinopse por grandes assuntos, e um resumo funcional estritamente especializado. O primeiro se destina a

publicações do tipo *Bulletin Analytique* do CNRS; e o segundo caracteriza os boletins de documentação muito especializados (*house organs*).^{*} Será solicitado aos pesquisadores e especialistas um resumo adaptado especificamente às suas necessidades. Longe de ser impessoal e polivalente, esta última forma de documentação analítica constitui o que se poderia chamar de reserva de matéria cinzenta do órgão de documentação.

Registros sinaléticos e analíticos aparecem periodicamente em boletins de documentação onde, ao lado de diversas informações, às vezes até artigos de fundo, matérias úteis a uma atividade científica são difundidas entre os usuários. Os boletins são habitualmente tributários da classificação do órgão editor. Os registros podem ou não ser numerados. Os elementos documentários podem ou não ser recuperados em um índice, especial por número ou cumulativo por volume. Os registros podem ser recortáveis para inserção num fichário. Os boletins levam aos usuários, próximos ou distantes, uma documentação por assim dizer pré-digerida.

Voltemos à descrição ou elaboração das referências dos documentos. Convém que esses registros sejam móveis, para serem ordenados segundo as necessidades e intercalados sem demora nas sequências que podem crescer a todo instante. Essas necessidades estão na própria origem da invenção da *ficha*, da qual existem vários formatos, adotados para uso ou normalizados em certos países. A ficha mais conhecida é a chamada internacional. Muitas vezes ela tem dimensões muito exíguas para certos usos. Pode-se, então, desdobrar a ficha principal em tantas quantas forem necessárias. Os repertórios apresentam outro interesse em relação aos fichários, pois, se não permitem a intercalação, oferecem a vantagem de poderem ser consultados a distância. Os *catálogos* referem-se a períodos ou séries limitadas; são obtidos por acumulação ou reunião de fichários. Incluem índices quando se apresentam na forma sistemática. Todavia, os mais divulgados adotam o arranjo alfabético de autor, título ou assunto. A *catalogação — ars catalogandi —*

* Revistas internas de empresas. (Em inglês no original.)

está no coração da profissão de bibliotecário, que muitas vezes é guiado em seu trabalho por regras de catalogação próprias de uma instituição, de uma categoria de biblioteca, de um país, ou de um conjunto de países. Sabemos que um código de catalogação francês, para uso de bibliotecários, bibliógrafos e documentalistas, estava em preparação na AFNOR, com a colaboração da Bibliothèque Nationale. O Código Anglo-Americano e as Normas da Biblioteca Vaticana codificam as práticas de inspiração anglo-saxônica. A codificação se estende a formas de documentos cada vez mais numerosas: livros, estampas, cartas geográficas, fotografias, discos, objetos de arte, encadernações, ex-libris, coleções museológicas, patentes, etc. A elaboração de *sumários e índices* deveria figurar entre as matérias da formação profissional.

Os catálogos informam a localização dos documentos para compra, consulta ou empréstimo. As bibliografias orientam sobre a escolha a ser feita de alguma obra relativa a algum assunto. As *documentografias* ampliam o campo dessa seleção. A bibliografia é, diferentemente do catálogo, classificada segundo uma ordem lógica, cronológica ou sistemática. Para ser aceitável, a bibliografia, como a documentografia, deve ser feita, no que tange às normas de apresentação ou ao formato dos registros, por especialistas na coleção. A bibliografia opera por seleção e eliminação, segundo uma ordem hierárquica. Ela pode ou não incluir juízos de valor.

A *localização* dos documentos é feita através dos catálogos coletivos. A orientação ou informação sobre a utilidade dos documentos se faz pelos boletins de documentação e as bibliografias de interesse dos especialistas de um assunto e que pode ser, segundo o critério da publicação, muito extensa ou reduzida. A orientação sobre as instituições e suas atribuições é assegurada por guias que, quando incluem informação sobre os próprios documentos e sobre a bibliografia, resultam em publicações modelares como os *Manuels de la recherche documentaire* publicados pela UFOD: geografia, sob a direção de Emmanuel de Martone; filosofia, sob a direção de R. Bayer; ciências econômicas (em preparação), sob a direção de Char-

les Morazé. Seria desejável que, a exemplo da França, outros países revelassem aos pesquisadores os recursos documentários de que dispõem. Essa foi uma recomendação aprovada na Conferência Internacional de Documentação, em Oxford, em 1938.

A orientação documentária corrige as limitações da mais profunda especialização. O documentalista, mais que o cientista, precisa abrir as janelas de sua especialização para os horizontes sem limites das especializações. Esse dinamismo proposital, de uma constante especialização, corresponde ao que um autor chamou, muito justamente, de *'atitude'* documentalista, ou ainda o que se poderia chamar de comportamento profissional do documentalista. Sabe-se que somente 30% da documentação útil, reunida num serviço de documentação, se referem à especialidade da instituição a que pertence.

Atualmente notam-se duas tendências: de um lado, entre os bibliotecários, o cuidado de organizar catálogos e, como corolário, catálogos coletivos cada vez mais extensos, até universais, e capazes de responder a perguntas como: Onde posso encontrar determinada obra? E aquela edição raríssima? E isso sem indicação de assunto. De outro lado, os documentalistas, num esforço para pesquisar e divulgar os mais diversos meios de acesso a documentos multiformes, classificados por assuntos. Essas duas tendências correspondem à especificidade das profissões, a primeira essencialmente ligada à forma dos documentos, a segunda centrada na especialização cultural ou funcional. Os pesquisadores e os cientistas valem-se dessas duas iniciativas de identificação e orientação.

As atividades precedentes são mais tradicionais do que as que se seguem. Somente a orientação assegura a transição entre elas.

O livro permaneceu como *unidade bibliográfica* durante muitos séculos. Os manuscritos eram reunidos em formato de livro. As gravuras eram conservadas em álbuns. O periódico era encadernado em volumes. Atualmente o livro tende a se apresentar em folhas soltas. Ele vai ao encontro da ficha de trabalho. A indústria editorial reexamina seus métodos para melhor responder às exigências do século.

Há algumas décadas, o fato, a informação, o texto de jornais, a ilustração têm sido isolados de seu contexto, retirados do livro, do jornal, da revista, do Diário Oficial, para assumir seu lugar nas *pastas dos arquivos*. Por uma evolução inversa à do fichário, que esquematiza e torna acessíveis as descrições dos documentos, o sistema de pastas tende a mostrar os próprios documentos, reunindo-os para comodidade de consulta. Na maioria dos casos, trata-se apenas de documentos gráficos. Todavia, não é raro encontrar numa pasta uma amostra, um espécime de determinada coisa.

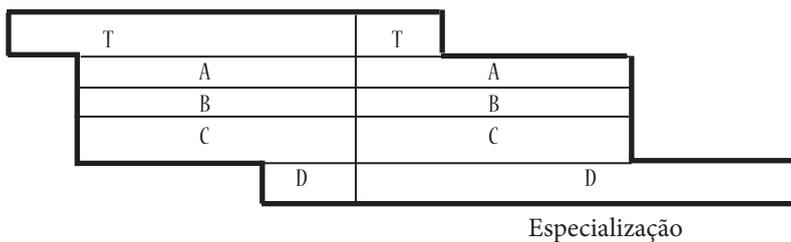
Ao lado dos fichários e dos catálogos, que mostram a representação esquemática dos documentos, pela descrição abstrata de seu aspecto formal, acompanhada ou não de fotografia, observa-se, há algum tempo, o surgimento de fichários paralelos obtidos pela codificação de elementos que podem ensejar dados estatísticos ou a seleção. Aqui, a palavra desaparece, às vezes a própria letra está ausente, quando se lida com máquinas de cartões perfurados. A *mecanografia* estatística nos habitua a substituir os fichários legíveis diretamente por arquivos onde cada uma das notações traduz, por convenção, os sinais inteligíveis por leitura direta. Os progressos da cibernética, especialmente no Massachusetts Institute of Technology, associam a precisão complicada de um automatismo já antigo à rapidez fulgurante das aplicações da eletrônica mais eficaz. O documentalista estará, cada vez mais, dependente de equipamentos cuja tecnologia se aperfeiçoa a uma velocidade estonteante. O *homo documentator* deve se preparar para comandar, com todas as faculdades despertas, os robôs de amanhã. A máquina valerá o que vale seu operador. “Nossa capacidade de superar a máquina baseia-se na nossa capacidade de assimilar a máquina” (Mumford).³³

A cópia manuscrita, a moldagem, o croqui, a pintura de um objeto, seja paisagem ou construção, continuam sendo *meios de reprodução de documentos*. A esses processos mais antigos se juntaram, mais recentemente, as prensas de copiar cartas, o decalque, a datilografia, a mimeografia, a serigrafia, a fotocomposição, a xerografia. Os equipamentos de escritório do tipo

PRIORIDADE DAS QUALIFICAÇÕES

Técnicos	I	II	III
T (operadores)	Instrução básica ou secundária	Técnica básica relativa à forma dos documentos	Técnica básica relativa à utilização e à produção
A, B, C,	Cultura geral superior	Técnica relativa à forma (história, conservação, comunicação).	Especialização cultural
D.	Especialização cultural ou profissional superior	Técnica de utilização e da produção dos documentos	Técnica da forma dos documentos
T= Assistentes técnicos A= Arquivistas B= Bibliotecários C= Conservadores de museus D= Documentalistas			

Polivalência



ormo, everest, etc. e, nos últimos anos, associados à fotografia, os processos ozalid, entocé, etc.,³⁴ onde a transparência tem novo papel. Cada um desses processos deve ser estudado em função do preço de custo e da utilização que se quiser dar-lhe em determinada situação.

A *fotocópia* com chapas, películas ou rolos tornou-se o principal auxiliar na produção documentária. Fotos em preto e branco, positivos diretos em papel, fac-símiles em preto e branco ou em cores, reproduções em diferentes tamanhos, ampliações, macrofotografias, negativos e positivos multiplicam as possibilidades de consulta a distância e de consulta permanente de documentos primários e derivados.

A utilização do *microfilme* de 35 mm, com ou sem perfurações, imprimiu à técnica documentária um passo de gigante. Nos serviços de documentação, os serviços de fotografia e microfilmagem têm atendido a pedidos dos usuários, o que modificou profundamente o estilo e a rapidez do serviço interno. Para comodidade de ordenação e consulta, o rolo de microfilme (em evolução análoga à que descrevemos para o livro), se fragmentou em tiras com algumas imagens, que podem ser guardadas em envelopes das mesmas dimensões e ordenados por títulos e por assuntos. Esses documentos símiles exigem, entretanto, aparelhos de leitura, lupas de bolso, projetores de parede ou de teto, leitoras, selecionadoras. Aparelhos excelentes levam os nomes de Thomson, De Brie, Cordonnier. No final de uma longa evolução, o microscópio eletrônico coexiste ao lado da primitiva lupa.

A televisão está presente no *teletexto* [*télescript*], que permite transmitir e transcrever a distância um documento em tamanho normal ou ampliado até quatro vezes. O aparelho transmissor tem as dimensões de um piano de armário; a recepção se faz em 120 linhas em papel sensibilizado quimicamente, desenrolando-se até a operação final de secagem. A televisão documentária, além disso, tornará flexível em grande escala a cinematografia documentária, propiciando aos usuários ou telespectadores possibilidades de estudo que não encontravam nas salas de cinema.

Assim, pois, as técnicas da documentação marcam duas tendências muito nítidas. Uma no sentido de uma esquematização sempre mais abstrata, mais algébrica, dos elementos documentários (catálogos, códigos, perfurações, classificações convencionadas para tal fim). A outra no sentido de uma extensão maciça de “substitutos de experiências vividas” (fotos, filmes, televisão, discos, audições pelo rádio). A aplicação dessas técnicas interessa não somente a uma profissão cada vez mais alerta, mas também a um público cada vez maior — multidões inumeráveis — que a educação, a imprensa e a publicidade pesquisam, envolvem e captam graças a suas manifestações recreativas ou demonstrativas. O que a palavra não consegue comunicar, a imagem e o som, por sua vez, tentam fazê-lo. A documentação assim compreendida é um meio poderoso de *coletivização de conhecimentos e ideias*.

Toda profissão conta com quadros e pessoal auxiliar. A *profissão de documentalista* não constitui exceção. Mal tendo se emancipado das profissões mais antigas de bibliotecário, arquivista e conservador de museus, ela é obrigada a buscar pontos de comparação junto ao ensino, comércio e indústria. Mais ou menos manual, segundo os graus da hierarquia, ela é em parte intelectual, em parte técnica, em todos os níveis. O documentalista é um técnico especializado, cujos conhecimentos profissionais serão cada vez mais técnicos no futuro. Entretanto, não seria exagerado insistir na importância da especialização cultural para os quadros da profissão. Enquanto os auxiliares são por definição polivalentes, e podem contribuir com seus conhecimentos técnicos para qualquer serviço de documentação, os documentalistas devem poder selecionar, compreender, traduzir, interpretar, utilizar, no sentido intelectual da palavra, os documentos que estejam a seu cargo, de acordo com a especialidade da instituição que os emprega. A especialização cultural tem, pois, para o documentalista, uma importância maior ainda do que para os profissionais da conservação de documentos.

É por isso que as *aptidões e qualificações* exigidas para os *chefes e seus assistentes* não são as mesmas. O assistente preci-

sa ser cuidadoso, minucioso, organizado, gostar de ordem, de lidar com máquinas e equipamentos, saber datilografia com velocidade acima da média, ter educação básica suficiente, saber ortografia, ter gosto pela ordenação e, por fim, ser obediente. Espera-se muito mais do documentalista. Para começar, ter conhecimento íntimo da especialidade que constitui o objeto da própria atividade da instituição a que serve (química, silvicultura, pedagogia, mecânica, medidores de gás, vidraria, têxteis, economia doméstica, etc.). Além disso uma formação teórica aplicada aos métodos e às técnicas da documentação. É preciso ainda dominar, no mínimo, duas línguas estrangeiras. Enfim, deve possuir a capacidade de organizar e dirigir coisas e pessoas, que se manifesta nas seguintes qualidades: ordem, clareza de espírito, psicologia, previdência, criatividade, imaginação, consistência, sentido social, autoridade.

O funcionamento de um centro de documentação comporta, em grande parte, métodos de gestão que tornam essa atividade semelhante à da organização do trabalho. Sem organização pessoal e coletiva não há bom funcionamento. Financiamento, equipamentos, instrumentos de trabalho, publicações, disseminação, publicidade, funcionários, seleção de pessoal e relações externas são os encargos principais do documentalista-chefe. Os múltiplos problemas que o funcionamento de um centro de documentação nos coloca foram apontados num manual feito em Paris, em 1946, pelos três institutos especializados em borracha, frutas e grãos, e óleos e oleaginosas.³⁵ Encontram-se nessa obra excelentes conselhos e procedimentos, alguns dos quais são específicos dessas instituições, mas que abrem caminho para uma sistematização de métodos e princípios em matéria de trabalho documentário profissional.

Nos centros e serviços especializados, a documentação é fornecida sem delongas ou então entregue posteriormente. Ela é produzida a pedido, ou distribuída espontaneamente. No primeiro caso, ela se adapta às necessidades individuais. No segundo, vai além das necessidades de um grupo de trabalhadores. Em ambos, a faculdade seletiva representa muito, e é aí que intervêm as aptidões do documentalista, sendo as mais

importantes: o pleno conhecimento do assunto, a imparcialidade e o senso das conexões interdocumentárias. A seleção para uso individual ou coletivo é tarefa própria do documentalista profissional.

Os elementos constitutivos da profissão parecem então ser os seguintes: coletivização, especialização, coordenação, reprodução documentária, disseminação, utilização integral, codificação, seleção, individualização, economia.

A aquisição da documentação e seu funcionamento são atividades dispendiosas. À primeira vista nada proporcionam. Mas, vistas de perto, as atividades de um serviço de documentação são benéficas às atividades administrativas, técnicas e científicas da instituição de que depende. Elas são de fato *rentáveis*, sob a condição, desnecessário dizer, de serem dirigidas por mãos de mestre, por profissionais da documentação.

Uma qualidade essencial sobre a qual não seria demais insistir é o dinamismo do documentalista. Um colega inglês tentou caracterizar a atividade do documentalista resumindo-a ao que chamou uma ‘atitude’. Se bem que esta simplificação seja um modo de dissimular a complexidade das tarefas documentárias — como um cavalo a galope que se interpusesse entre os espectadores e a récula da qual faz parte — é verdade que o documentalista não vê da mesma maneira os documentos, como se fosse simplesmente encarregado de recebê-los, registrá-los, classificá-los e disseminá-los, tarefas mais estáticas, às vezes ultrapassadas, no entanto, pelas operações não passivas de seleção, aquisição ou indexação dos assuntos. É necessário enfatizar o que o espírito documentário pode acrescentar aos conceitos mais antigos de conservação. As próprias bibliotecas só têm a se beneficiar das operações mais eficientes da documentologia atual. Enquanto que, por outro lado, os documentalistas terão muito a aprender dos ‘mais velhos’, das profissões vizinhas, cuja experiência, muitas vezes secular, foi consignada e comprovada pelo uso. Essas relações recíprocas serão muito benéficas tanto para a cultura pública quanto para o progresso profissional.

Raras são as *escolas de documentalistas*. Nesse setor, a Fran-

ça promoveu avanço considerável. O curso independente que a UFOD fundou em 1945 oferece programas originais, com grande dose de especificidade. Caracteriza-se essencialmente por matérias próprias à formação profissional em questão, e por uma combinação particular de matérias comuns a vários cursos afins. Entre as principais encontram-se classificação, resumos, patentes, organização internacional da documentação, tipos de usuários, repertórios de documentos administrativos, documentação especializada e seus vários recursos, a produção de documentos, enfim, a documentografia. As matérias compartilhadas ocupam um lugar mais modesto nos programas da UFOD: registro e conservação de documentos, bibliografia, catalogação, biblioteconomia, arquivística, museografia, edição, administração. Os cursos técnicos de documentação que correspondiam aos graus médio e superior do ensino profissional foram subordinados ao Conservatoire National des Arts e Métiers, por portaria do ministro do ensino técnico, em 1º de dezembro de 1950, sob o nome de Institut National de Techniques de la Documentation. O ensino oficial visa essencialmente à formação de documentalistas dos órgãos industriais e comerciais. Entretanto, mantém no primeiro ano, graças ao ensino de técnicas e métodos comuns, sem levar em conta especialização cultural, um valor de 'propedêutica', espécie de preâmbulo ao ensino especializado do segundo ano, o qual, por sua vez, é chamado a imergir num clima de pesquisa metodológica ou técnica que deverá elevar constantemente o nível, em relação à invenção, à organização e à psicologia aplicada.



UMA NECESSIDADE DO NOSSO TEMPO

*Para Charles Le Maistre*³⁶

Há certo número de *serviços de documentação, fechados* ao público, que funcionam de forma autônoma, voltados para a própria atividade a que servem. Primeiro, são os serviços industriais ou comerciais, que, com receio da concorrência externa, se protegem ciosamente contra plágios eventuais. Também os serviços militares ou técnicos relativos à defesa nacional, que são considerados sigilosos. Esses organismos são geralmente muito bem informados, pois, embora coloquem sua documentação à disposição de um círculo limitado de usuários, não a tornam menos acessível para pesquisas, tanto as mais remotas quanto as mais especializadas. Entre os primeiros citamos, a título de exemplo, os serviços de documentação química e técnica das Glaceries de Saint-Gobain, o Comité des Forges, o Service de Documentation do Institut Technique d'Études et de Recherches des Corps Gras. No segundo grupo encontram-se os serviços de documentação e informação técnica da aeronáutica e o Centre de Documentation de l'Énergie Atomique.

Entretanto, a maioria dos centros e serviços é *aberta* ao público. As formalidades para ingresso em suas dependências são muito flexíveis. A documentação é, por definição, generosa. Longa seria a lista de todas as realizações francesas que merecem elogios. Mencionaremos apenas o Institut Français du Pétrole, o Centre Technique de l'Aluminium, o Centre National des Télécommunications, o Office Technique de l'Impri-

merie, a Fondation Nationale des Sciences Politiques, o serviço da Régie Nationale des Usines Renault, a Direction des Études Financières du Crédit Lyonnais, a Compagnie pour la Fabrication des Compteurs. Outros órgãos de documentação são, de alguma forma, intermediários que utilizam a documentação de outros serviços e se especializam na disseminação de fatos ou elementos documentários em todas as suas formas. Esses organismos *utilizadores* são comparáveis a retransmissores (*relais*). Para estes, mais ainda que para os centros fechados, a organização do trabalho e a classificação representam um papel primordial na organização dos serviços que prestam. Quer se trate de uma instituição ou de uma revista científica, como a *Intermédiaire des Recherches Mathématiques*, ou de uma central enciclopédica de informações, do tipo pergunta-resposta, esses retransmissores assumem o papel de disseminadores da documentação.

Os *centros* de documentação propriamente ditos situam-se na própria fonte dos elementos documentários. Eles produzem documentos secundários a partir dos documentos primários. Organizados à semelhança das fábricas com sua cadeia documentária, fazem pesquisas no campo inteiro de uma especialidade, abrangendo publicações em qualquer língua e de qualquer país. Mantêm à disposição de seus usuários diretos, internos e externos, os documentos primários que coletaram, e os secundários ou ‘subprodutos’ que tenham elaborado. Esse tipo de organismo tende a se impor, com a evolução de uma organização nacional ou internacional, que será preciso levar em conta. Mencionamos a Maison de la Chimie, o Muséum d’Histoire Naturelle, o Centre de Documentation de la Mécanique e o Centre d’Information et de Documentation du Bâtiment.

Além dos centros, merecem citação à parte as *repartições* gerais, de caráter oficial, ou, se ainda forem instituições privadas, com tendência a serem nacionalizadas. As repartições elaboram ou editam documentos. Asseguram a reunião mais completa possível da documentação relativa ao setor de sua atividade. Também atuam na função de disseminação. Só rara-

mente mantêm contato direto com os usuários. São, frequentemente, o produto do esforço conjunto de sindicatos, associações, serviços de departamentos [*départements*] ou locais, que se reúnem para melhor controlar suas coleções e os processos de disseminação da documentação. Foi assim que a Direction de la Documentation criou documentos de grande valor informativo. A revista *Inter-Technique* divulga as traduções feitas por especialistas em vários campos de atividade. O Bureau Universitaire de Statistique et de Documentation Professionnelles distribui às sucursais de Paris e dos departamentos todas as informações escolares a serem levadas ao conhecimento dos estudantes. A Fédération Nationale des Organismes de Sécurité Sociale trabalha para seus membros. O Service de Documentation da Organisation Européenne de Coopération Économique (OECE) está à disposição somente das Nações Unidas e da organização econômica do plano Marshall.

Os centros e serviços de documentação, cujo acesso não é reservado, se distinguem pela atenção ao seu público, fazendo uma publicidade que se assemelha à das casas comerciais e figurando nos guias de orientação sobre organismos de documentação. Associam-se entre si como foi feito na França, Grã-Bretanha, Bélgica, etc. para estudo e ensino de métodos comuns. Constituem a rede nacional da documentação, rede de malha ainda muito pouco fechada, com fios às vezes rompidos, e muitas vezes inextrincavelmente entrelaçados. Sente-se por todos os lados a necessidade de organizar o caos documentário. Proliferam os centros e os serviços. Com razão Roselló³⁷ chamava de 'germinação' esta atividade-sintoma que anuncia uma situação de fato. Ainda é cedo para se falar de duplicação de atividades documentárias, pois é muito raro que uma determinada atividade não se distinga organicamente de outra, com a qual se gostaria de fundir. Se tomarmos como exemplo o cinema, veremos que há lugar para vários serviços de documentação: a técnica (produção), o profissional (sindicatos), o histórico (conservação e estudo). As formas que as atividades documentárias podem assumir são tão numerosas quanto as necessidades que as fazem nascer.

Já se questionou se os serviços de documentação não se transformariam, um dia, em *serviços públicos*, como as pontes e as estradas, os correios ou a educação pública. Esta previsão nos ajuda a vislumbrar no horizonte de nossa civilização uma espécie de nacionalização da informação cultural. A Direction de la Documentation, subordinada à presidência do conselho, conseguiu ocupar um espaço oficial no setor da informação. Outras áreas serão pouco a pouco conquistadas, à medida que os poderes públicos tomarem consciência de suas responsabilidades quanto à organização da documentação. Importantes reuniões estão em vias de realização. Imaginemos, por exemplo, os censos da população, os serviços de cartório, as estatísticas oficiais, os impressos de todo tipo recebidos pelos agentes da Société Nationale des Chemins de Fer Français (SNFC), as mobilizações militares e industriais, o abastecimento controlado, e todas as atividades de massa que exigem um aparato documentário em grande escala com regulamentação do Estado.

Há muito tempo foi sugerido que se organizasse o nível distrital [*cantonal*] da documentação administrativa (Pouteau, Congresso de 1937).³⁸ Essa ideia iria originar, anos mais tarde, um ensaio de regulamentação dos serviços administrativos das prefeituras e subprefeituras. Convém assinalar, dentro da mesma ideia, explorada em etapas, o projeto de Dayre, visando a realizar, através de um serviço central, a indexação exaustiva do *Journal Officiel de la République Française*. Há dois anos vêm sendo criados, sempre em âmbito nacional, em ritmo constante, centros de documentação nos arquivos dos departamentos [*départements*]. Sob a iniciativa do Diretor dos Archives de France, Charles Braibant,³⁹ foram criados 32 centros, os quais, relacionados à biblioteca universitária ou municipal, à sede da academia, às sociedades científicas, à câmara de comércio, ao gabinete do prefeito, são capazes de fornecer uma documentação atual, de caráter legislativo, administrativo, econômico, político e cultural. Assim, passo a passo, se constitui a rede francesa. Por outro lado, os documentos são encaminhados para os grandes repositórios que são as centrais de conservação, que vão recolhendo, inevitavelmente, tudo que

existe no patrimônio nacional, do banal ao mais raro, desde os jornais até os diamantes da coroa. Museus, bibliotecas e arquivos tomam proporções desmedidas que suscitam problemas de organização e de catalogação. As diversas formas documentárias apresentam, às vezes, certas superposições que tendem a se agravar com o passar do tempo: encontram-se em certos museus encadernações artísticas e iluminuras, as bibliotecas conservam arquivos de interesse histórico e objetos de coleção; publicações oficiais ou peças de arquivos modernos são na maioria impressas ou datilografadas; o microfilme está em toda parte. Entre os estabelecimentos do Estado, há uma espécie de concorrência para a delimitação das atividades. Compete aos poderes públicos proceder ao remanejamento de coleções, aos inventários de fundos especiais nos diversos campos e regulamentar o exercício da função de documentalista nas repartições públicas.

Já foram criadas na França *comissões* ministeriais ou interministeriais para analisar detidamente as atividades da administração central em matéria de documentação (1946), ou coordenar as atividades oficiais (Decreto de 30 de dezembro de 1950). O Comité Français de la Documentation, criado em 1938–1939 e reformado em 1951, sob a presidência de Julien Cain, administrador da Bibliothèque Nationale, visando principalmente a assegurar a presença da documentação francesa no exterior, constitui a seção francesa da Federação Internacional de Documentação. A Union Française des Organismes de Documentation (UFOD) reúne, desde 1932, em uma associação regida pela lei de 1901, as centrais, centros e serviços oficiais e privados, bem como os técnicos de documentação de todas as categorias. De outro modo, certas empresas de documentação se agruparam em uma *câmara sindical* de tipo bem característico. Vemos despontar os elementos de uma organização geral da documentação francesa na qual o Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS) terá que representar seu papel, com seu *Bulletin Analytique*⁴⁰ e seus quadros de trabalhadores científicos identificados por especialidades. Ele precisaria então de um orçamento bem mais dotado.

A estrutura da *organização nacional* da documentação, antes considerada como um serviço mais ou menos público, varia segundo cada país. Nos Estados Unidos, onde grandes instituições deram o exemplo, como a Army Medical Library⁴¹ ou o United States Department of Agriculture,⁴² concorda-se cada vez mais em que o Estado esteja à frente do movimento, como sua própria responsabilidade, em favor de uma melhor organização da documentação (Shera).⁴³ Nos países de tendências totalitárias, como a atual Hungria, a documentação tinha, até os últimos tempos, seus centros oficiais rigorosamente estatizados. Mas, no mundo anglo-saxão, parece que a terminologia em uso entrava a evolução das ideias e, desse modo, da ação organizadora. Os termos *special librarian*, *library*, *bibliography* têm ali acepções diferentes das que têm em nosso país, onde se dispõe de neologismos que se tornaram necessários por causa da presente situação, e onde *documentaliste*, *centre de documentation* e *documentographie* correspondem a um estágio, senão mais evoluído, pelo menos teoricamente mais elaborado.

Luther Evans fez uma crítica muito sutil à carência a que chegaram certos organismos, por não saberem se adaptar às necessidades dos usuários: “Tenho profunda convicção de que os serviços bibliográficos que conhecemos são geridos em função das necessidades dos bibliotecários especializados, quando deveriam fazê-lo ‘sob medida’ em proveito dos pesquisadores da indústria diretamente interessada.”⁴⁴ É bem verdade que a rigidez das classificações, a falta de flexibilidade dos métodos e o espírito acomodado do pessoal representam perigos permanentes em instituições como as bibliotecas. A solução deste problema se encontrará, em última análise, no modo de recrutamento do pessoal, isto é, numa formação profissional apropriada.

Nos países mais avançados, tomou-se consciência, de modo mais ou menos claro, das necessidades atuais da documentação organizada nacionalmente. Também não é difícil unificar a linguagem dos que, de modo pioneiro e zelosamente engajados, se reuniram em conferências internacionais. A Federação

Internacional de Documentação, sediada em Haia, realiza reuniões anuais para as quais convoca os delegados de 20 seções nacionais: Alemanha, Bélgica, China, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Grã-Bretanha, Hungria, Indonésia, Itália, Japão, Países Baixos, Portugal, Romênia, Suécia, Suíça, Tchecoslováquia, União Sul-Africana e os membros correspondentes de muitos outros países. Sucessor do IIB (1895), a célebre instituição de Bruxelas, que lançou a CDU e o Repertório Bibliográfico, a FID possui dois feudos que não lhe serão disputados. São eles a Classificação Decimal Universal e os meios técnicos da documentação. Sobre outros assuntos, como as referências bibliográficas, o ensino profissional, os resumos, os arquivos e a bibliografia, observa-se uma concorrência com as federações vizinhas, a Federação Internacional de Associações de Bibliotecários (FIAB ou IFLA), o Conselho das Uniãoes Científicas e o Conselho Internacional de Arquivos.

A partir da Segunda Guerra Mundial, a Unesco passou a representar o papel capital de unificadora e promotora dos especialistas e das federações ligadas à educação e à cultura. Sua Divisão de Bibliotecas, sob a direção de Edward Carter,⁴⁵ manteve sistematicamente, em relação com as outras seções da Unesco, uma política cultural cujo espírito de continuidade garantiu que os resultados atuais serão ultrapassados no futuro. “A República viva dos espíritos” (J. Torres-Bodet)⁴⁶ se constitui através de uma evolução subterrânea no quadro da ONU, talvez de modo temporário, mas seguramente útil. Postos avançados da cooperação científica (Manilha, Delhi, Cairo, Montevideu) são os pontos de partida de missionários de um novo tipo, encarregados de iniciar na cultura as massas mais ou menos incultas e multiplicar os contatos com os cientistas. Os assessores técnicos da Unesco, de fato, dispõem de uma hinterlândia, às vezes enorme, para ser prospectada e organizada. É através de ações e reações recíprocas que esses postos avançados se irradiam e se informam cientificamente. A luta contra o analfabetismo, a organização da leitura pública, da biblioteconomia e da documentação sob todas suas formas sulca a trilha desse barco explorador que leva o pavilhão das Nações

Unidas. Os bônus da Unesco,⁴⁷ esse novo papel-moeda, são utilizados em 21 países e, muito importante, através dos postos de cooperação científica, para adquirir não somente livros ou documentos similares, mas ainda microfilmes e material científico. A solidariedade interbibliotecária se manifestou na ajuda proporcionada à biblioteca sinistrada de Valognes pelos jovens e eficientes bibliotecários dinamarqueses.⁴⁸ Manuais da Unesco, traduzidos para dois ou três idiomas, põem à disposição de todos os métodos comprovados de serviços de bibliotecas (McColvin)⁴⁹ e da formação profissional (Danton).⁵⁰ Os Arquivos anunciam a segunda edição de seu repertório internacional de inventários. O ICOM [International Council of Museums] organizou na Unesco um centro de informação sobre coleções de qualquer espécie. L. Evans⁴⁴ teve a oportunidade de propor e estabelecer cinco dos 75 centros de direitos autorais que existem no mundo.

Essa unificação parcial, etapa de uma unificação total que até agora não foi possível realizar, é penosa num mundo dividido como o nosso. Entretanto, tornou-se lugar-comum dizer que a humanidade tende à *unidade*. A síntese histórica dessa evolução ao longo dos séculos, feita por Paul Perrier,⁵¹ é surpreendente. Ele ressalta a inevitabilidade da lei de unificação revelada em seu paciente trabalho de historiador. Explica o sucesso e o fracasso dos empreendimentos humanos, de regressão ou progresso. Põe em seu verdadeiro lugar o papel das relações internacionais em nosso tempo. “As relações e as influências internacionais figuram com propriedade entre os fatos mais importantes da história universal. Elas se multiplicaram na época moderna [...] Não se trata mais de simples trocas de relações, mas de uma íntima solidariedade [...] Nosso universo forma um todo [...] A semelhança entre as diversas sociedades humanas se tem acentuado nos últimos cinquenta anos em todos campos, a despeito de lutas ideológicas, guerras mundiais, interesses opostos [...] Essa semelhança não se explica somente, como na Antiguidade, pela ideia de necessidade, mas por uma imitação consciente e sistemática do estrangeiro. O sufrágio universal, a educação obrigatória, a luta contra as epidemias, os avanços do feminismo, as leis sociais, a organização do trabalho, as constituições e os partidos políticos, todos os fenômenos sociais

são o resultado da imitação bem como das necessidades econômicas. As influências internacionais não são mais acontecimentos, episódios, elas surgem de verdadeiras instituições oficiais, são ligadas a milhares de instituições. A maioria dos Estados não é representada no exterior apenas por embaixadores e cônsules, mas também por associações, escolas, institutos cuja missão é, ao mesmo tempo, conhecer as civilizações estrangeiras e divulgar no mundo a língua, as obras, e a civilização do seu país [...] As relações internacionais ocuparam um lugar tão essencial na civilização contemporânea que o termo 'influência' que servia no passado para designar o resultado tornou-se insuficiente. Elas estão em vias de realizar a aspiração milenar das sociedades humanas [...] 'essa unidade imensurável até então inacessível aos impérios, às religiões, às filosofias'."

O principal obstáculo à unificação está na multiplicidade de línguas, nesse babelismo que tanto se opõe à compreensão como à cooperação. Hoje quase não se procura substituir por uma língua artificial as línguas naturais. O esperanto não avançou. Ao contrário, as línguas majoritárias, isto é, o inglês, o francês e o espanhol, tendem a se difundir, tornando-se os intérpretes indispensáveis da pessoa civilizada. O alemão retrocedeu. O russo não chegou ainda ao primeiro plano. Os orientais falam sempre a sua língua, além de outro idioma. O mundo se reparte em áreas linguísticas. A organização do trabalho documentário deverá ter em conta esta realidade. Quer se trate de regras de catalogação, de seleção de livros, de traduções e de resumos, a disseminação dos documentos no planeta se adaptará a essa necessidade. O censo linguístico não é menos importante do que o censo do analfabetismo.

A própria *documentologia* traz soluções para a confusão das línguas. As classificações numéricas ou alfanuméricas são linguagens artificiais aplicadas aos conhecimentos ou aos documentos. As codificações aplicadas à mecanografia são válidas, também, internacionalmente. Línguas-padrão começam a se impor em matéria de sinopses de autores ou traduções de resumos documentários.

Precisamos acentuar duas tendências que começam a surgir. De um lado o conhecimento de línguas estrangeiras permite di-

fundir as obras literárias muito mais que outrora, e dá à leitura mundial uma audiência que só tende a crescer. Imaginemos as inúmeras traduções da Bíblia, de Shakespeare, de Victor Hugo, de Marx, de Duhamel. Por outro lado, o trabalho científico de documentação tende a se satisfazer com algumas línguas principais, por questões de economia. A tradução científica deverá ser organizada com a mesma atenção dada à tradução literária. Enquanto, individualmente, procura-se o contato direto ou múltiplas traduções de monumentos literários de todos os países e de todas as épocas, coletivamente, a técnica de difusão dos documentos se limitará ao uso de três ou quatro línguas, no máximo.

A descrição esquemática ou iconográfica dos documentos amplia cada vez mais seu campo de ação. Os catálogos coletivos começam a abranger *áreas geográficas* que às vezes reúnem áreas linguísticas. Alguns deles atingiram proporções continentais. Com ou sem normalização dos registros, pode-se prever que, em um tempo não muito distante, teremos a possibilidade de orientar internacionalmente os pesquisadores de documentos. Os anuários internacionais e os guias especializados já participam dessa tendência mundial.

A educação obrigatória e gratuita deverá incorporar os elementos da pesquisa documentária aplicada às tarefas do trabalho escolar. Porque não basta saber ler para compreender; é preciso ainda saber encontrar os documentos e saber utilizá-los. O dinamismo da documentação viva une-se ao dinamismo do espírito na sua busca da verdade. É onde se pode, com justeza, falar de 'avidez respiratória' para designar essa imperiosa necessidade mental. Em todos os graus de *ensino*, o método da documentação, individual ou em equipe, deverá ser universalmente difundido. O *ensino profissional* dos documentalistas impõe um outro problema de caráter internacional: os sistemas, os métodos e as realizações deverão ser comparados num instituto internacional de grau superior, aberto aos especialistas e aos docentes da técnica documentária.

Deixamos para o fim um fator essencial da eficiência documentalista. Queremos falar de *public relations*,* dessas rela-

ções humanas que começam a ser de grande importância nos dois lados do Atlântico, e que são estudadas em nosso país sob o nome de *problèmes humains*. É a todo instante que se encontram problemas humanos nas atividades documentárias. Altruísmo, espírito de equipe, aptidão para chefiar, psicologia dos usuários, faculdade de adaptação às necessidades de um grupo ou de um pesquisador individual, sentido social, afabilidade, prestimosidade e zelo na pesquisa são algumas de tantas outras manifestações do comportamento extrovertido do documentalista. Essas qualidades ideais conferem à profissão seu caráter de sociabilidade e progressividade que a salvam de uma excessiva mecanização e especialização. Um tipo humano particularmente dinâmico começa a se encontrar em toda parte, bem informado, metódico, eficiente, sociável. Poderíamos citar numerosos e interessantes exemplos entre os técnicos da documentação, bem como entre os trabalhadores científicos. Graças a eles, o egoísmo intelectual está em regressão, a amizade impregna o trabalho do espírito. A riqueza da experiência documentalista atrai simpatia.

Um esquema que se tornou clássico entre os documentalistas evidenciou ante os olhos e o espírito os três planos nos quais pouco a pouco se realiza a *rede internacional da documentação*. O plano horizontal é o das áreas geográficas, onde se veem instalar organismos locais, regionais, nacionais e internacionais. O plano vertical é o das especialidades, cuja agregação produz as formas enciclopédicas, com seus organismos de toda espécie, mais ampla ou mais estritamente realizados. O terceiro plano, ou plano diagonal, apresenta as associações e as federações dos técnicos da documentação. Pode-se ainda representar esses três aspectos da organização internacional da documentação por uma esfera armilar de três anéis giratórios que encerram nosso globo, a Terra. A despeito dos conflitos de atividades documentárias, de lacunas ainda muito numerosas, já se nota que o organismo internacional foi chamado a desempenhar o papel de motor e regulador das relações e das pesquisas. O dispositivo está instalado. Basta apenas fazê-lo funcionar. Esta será tarefa dos homens de boa vontade e dos incentivadores dos meios profissionais, ligando-se de perto ou

de longe às atividades documentárias. No plano horizontal, esperam-se criações em escala local e principalmente nacional. No plano vertical, realizam-se reuniões cada vez mais amiúde. No plano diagonal, estimulou-se entre as federações uma coordenação que não exclui a descentralização de certas responsabilidades.

“Na desordem do universo, hoje só se pode contar com os milagres da vontade oriundos de uma fé irredutível no futuro da cultura.” Assim fala Ventura García Calderón aos leitores da *Revue des Deux Mondes*, em fevereiro de 1951.⁵² Com efeito, quanto mais as massas inumeráveis e incultas vindas de todos os campos da liberdade são chamadas a assumir a linha de frente, mais é necessário instruí-las, esclarecê-las e assisti-las culturalmente.

Foi-se o tempo — era 1931 — em que um bibliotecário inglês disse, numa conferência internacional, que, quando falava de documentação em seu país, perguntavam-lhe o que era essa nova doença.

As palavras, as doutrinas, as técnicas, os instrumentos abriram caminho. Teoria e prática marcharam juntas. A nova profissão tornou-se cada vez mais técnica: científica, por um lado, manual por outro. “Que século de mãos!” dizia Rimbaud, falando de sua época, o século XIX.⁵³ Enquanto a cultura se democratizava, a técnica fazia enorme progresso. Os meios de expressão se multiplicavam ampliando-se no espaço e no tempo. Exposições e congressos contrariavam a tendência ao retraimento interno de todas as especializações bem como de todas as fronteiras. O sentido da unidade humana crescia em todos os planos culturais, políticos, sociais e religiosos.

A documentação-técnica, a documentação-profissão e a documentação-instituição não serão suficientes para atender a todas as necessidades da sociedade que estão sendo criadas. Não obstante, serão mecanismos essenciais com os quais será preciso contar de agora em diante.

28 de fevereiro de 1951.

Notas desta tradução

1. Julien Cain (1887–1974). Professor de história, administrador-geral da Bibliothèque Nationale (1930–1940). Sob a ocupação alemã é preso e deportado para o campo de concentração de Buchenwald (1944–1945). Libertado em abril de 1945 pelos guerrilheiros da resistência, é reintegrado no cargo de diretor das bibliotecas da França, que acumulou com o de administrador-geral da Bibliothèque Nationale, até se aposentar em 1964. Suzanne Briet trabalhou sob suas ordens nos dois períodos em que ele dirigiu a Bibliothèque Nationale. Mais informações no artigo de Mary Niles Maack (p. 56) deste volume.

2. A edição de 1732 do *Dictionnaire de la langue française ancienne et moderne*, de Pierre Richelet, registra que esse era um vocábulo de uso jurídico e significava: “les titres & les preuves qu’on alléue, & principalement des choses anciennes” (v. 1, p. 539). Passado mais de um século (1874), o *Dictionnaire de la langue française*, de Émile Littré, dará um verbete mais extenso: “Chose qui enseigne ou renseigne; titre, preuve. Un document précieux. Les documents font défaut pour établir ce point d’histoire. Documents relatifs à l’histoire de France. 2. Anciennement, leçon, enseignement” (t. 2, p. 1205).

Em português, o *Diccionario da lingua portugueza* (1789), de Rafael Bluteau, define: “Documento: máxima, princípio, preceito doutrinal, em física, ou moral. [...] Instrumento que serve de instruir o processo e provar o que neles se alega” (v. 1, p. 452). Praticamente na mesma época da edição acima citada do Littré é publicada, em 1890, a oitava edição do *Diccionario da lingua portugueza*, de Antônio de Moraes Silva, que diz: “Documento, [...] Máxima, princípio, preceito doutrinal, em física ou em moral. [...] Instrumento, que serve de instruir o processo, e provar o que nele se alega. [...] Declaração escrita, que serve de prova, ou de título. Documento autêntico; o que tem todas as formalidades da lei. Documento particular; o que é escrito por qualquer pessoa, sem intervenção de oficial público. Fato, ou objeto, que serve de prova. [...]” No final do verbete Moraes Silva faz este comentário “(Documento, e Monumento. *Sin.*) O documento ensina. O monumento avisa. O primeiro instrui, descreve, conta circunstanciadamente, e talvez prova. O segundo dá notícia, traz à lembrança, excita a ideia, aponta o fato. Para o documento é necessária a escritura, e essa com alguma extensão. Para o monumento basta um sinal, e se é acompanhado de escritura, esta deve ser concisa” (p. 706).

Para os significados atuais do vocábulo, consultar o *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* (2001), p. 1069.

3. Raymond Bayer (1898–1959). Professor de filosofia na Sorbonne (1942–1959). Estudioso de estética, autor de obras fundamentais nesse domínio. Na bibliografia de Suzanne Briet organizada por Michael Buckland consta este registro, que indica que ele colaborou nos cursos ministrados pela UFOD: “1947. Bayer, Raymond. *Documentation générale [...] Chapitre*

1. *Documentation et documentologie. Documentation et philosophie*, par Raymond Bayer [...] Leçon inaugurale, suivie des allocutions de Mme [Suzanne] Briet et de M. [Louis] Mestre [...] Paris, 65, rue de Richelieu, (1947). In-4 ? (270 x 210), 11 p. autographié. (U.F.O.D. Cours techniques de documentation. Leçon no. 1). [BN cat FRBNF31872693].” Ver: <http://people.ischool.berkeley.edu/~buckland/Brietwebbib.pdf>

4. Malclès, Louise-Noëlle. *Les sources du travail bibliographique*. Genève: Droz, 1950, t. 1, p. 3, 4.

5. Henry Evelyn Bliss (1970–1955). Foi bibliotecário do City College of the City University of New York e autor da *Bibliographic classification* (BC) conhecida como classificação de Bliss.

6. Paul Otlet (1868–1944). Fundador, com Henri La Fontaine, do Institut International de Bibliographie, em 1895, em Bruxelas, posteriormente Federação Internacional de Documentação. Criador da Classificação Decimal Universal (CDU) que seria utilizada numa bibliografia de âmbito global, o Répertoire Bibliographique Universelle. Seu livro mais importante é o *Traité de documentation* (1934). Mais informações sobre Paul Otlet e seus projetos em: <http://archives.mundaneum.org/fr/historique>.

7. Samuel Clement Bradford (1878–1948). Os resultados de suas pesquisas sobre dispersão bibliográfica encontram-se em *Documentation*, editado em 1953, do qual existe tradução brasileira: *Documentação*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

8. Robert Pagès (1919–2007). Considerado o pai da psicologia social na França e um dos pioneiros das modernas técnicas de documentação nesse país. Colaborou com Suzanne Briet em cursos na UFOD. Mais informações em: Deconchy, J.-P. *Hommage à Robert Pagès (1919–2007): un libetaire législateur. Psychologie Française*, v. 52, n. 3, p. 257-263, sept. 2007.

9. Francis Bacon (1561–1626). Filósofo. Na obra *Novum organum scientiarum* (1620) escreveu sobre a metodologia a ser seguida na busca do conhecimento da verdade nas ciências.

10. Andrew Carnegie (1835–1919). Magnata da indústria siderúrgica e importante mecenas que apoiou a construção de mais de 2 500 bibliotecas públicas nos Estados Unidos e no Reino Unido.

11. Fénelon, François de Salignac de la Motte-(1651–1715). *Lettre à l'Académie Française par Fénelon*. Paris: 1886, p. 23. [“L’ordre est ce qu’il y a de plus rare dans les opérations de l’esprit”.]

12. Mecanografia, no caso, significava o emprego de máquinas que efetuavam operações lógicas, como as que no Brasil eram genericamente denominadas *hollerith*.

13. Henri Verne (1880–1949). Diretor (1926–1939) dos museus nacionais e do Musée du Louvre, o qual passou por uma grande reforma quando de sua administração.

14. Eugene Paul Wigner (1902–1995). Físico húngaro radicado nos Estados Unidos. Prêmio Nobel de física de 1963.

15. John Ely Burchard (1902–1995). Formado em engenharia arquitetô-

nica foi professor do Massachusetts Institute of Technology (MIT) do qual chegou a ser diretor de bibliotecas. A citação está no artigo “The Waterloo of science,” que ele publicou na *Revue de la Documentation*, v. 16, p. 94-97, 1949.

16. Jean Thibaud (1901–1960). Físico nuclear francês.

17. Professor da Faculté des Sciences de Rennes e do Institut Polytechnique de l'Ouest (IPO) de 1934 a 1944. Diretor-geral do ensino técnico da França (1944–1947).

18. O texto original de Julian S. Huxley (1887–1975) “The uniqueness of man” foi publicado em 1941. Encontra-se reproduzido em Beebe, William, ed. *The book of naturalists: an anthology of the best natural history*. Princeton: Princeton University Press, 1988, p. 404.

19. Louis Raguey (1895–1970). Diretor do Conservatoire National des Arts et Métiers (1940–1965).

20. *Servus servorum scientiae* parece que foi usada pela primeira vez por Paul Otlet em seu *Traité de documentation* (1934), p. 393: “Le Bibliothécaire remplira son rôle social en faisant remplir pleinement sa fonction à la Bibliothèque elle-même. Il sera un agent actif de la culture intellectuelle dans son milieu. Il aura l’amour de son métier et sera l’auxiliaire de la science, le “*Servus Servorum Scientiae*.” Le “*Serviteur des Serviteurs de la Science*.”” Compare-se com *servus servorum dei* (servo dos servos de deus), título usado pelo papa e com o qual se iniciam as bulas papais desde o século IX.

21. A École des Chartes foi fundada em 1821 para a formação de arquivistas-paleógrafos e bibliotecários. Atualmente École Nationale des Chartes, vinculada à Sorbonne. O curso para obtenção do Diplôme Supérieur de Bibliothécaire foi instituído em 1950 e funcionava na Bibliothèque Nationale.

22. ISA era a sigla da International Federation of National Standardization Associations, que durou de 1926 até a Segunda Guerra Mundial. Em 1947, foi substituída pela International Organization for Standardization (ISO).

23. Comité Français de Documentation, 1939.

24. O Institut International de Coopération Intellectuelle (1926) era um órgão da Liga das Nações. Terminada a Segunda Guerra Mundial e criada a Organização das Nações Unidas (ONU), surgiu em seu lugar a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), em 1945.

25. A Convenção ou Convenção Nacional corresponde, na história da Revolução Francesa, ao período que vai de 20 de setembro de 1792 até 26 de outubro 1795.

26. British Library, a partir de 1973.

27. Deutscher Gesamtkatalog: o catálogo coletivo alemão, de 1935 a 1945.

28. Jacques-Charles Brunet (1780–1867). Bibliógrafo e livreiro, especialista em livros antigos e raros. A *table méthodique* que adotou em sua obra máxima, o *Manuel du libraire et de l’amateur des livres* (1810), foi

muito utilizada durante o século XIX. Ficou conhecida como Classificação de Brunet.

29. James Duff Brown (1862–1914). Bibliotecário, pioneiro na implantação do sistema de livre acesso às estantes no Reino Unido, autor da Subject Classification (1906).

30. Shiyali Ramamrita Ranganathan (1892–1972). Matemático e bibliotecário indiano. É dele a Colon Classification (1933), isto é, a classificação dos dois pontos.

31. Trata-se, provavelmente, de: Chauvin, Yvonne. *Les règles du répertoire alphabétique pour le classement des documents commerciaux*. Paris: Y. A. Chauvin, 1938.

32. *Vocabularium bibliothecarii: English/anglais, French/français, German/allemand, begun by / commencé par Henri Lemaitre revised and enlarged by / revue et augmenté par Anthony Thompson*. Paris: Unesco, 1953.

33. Lewis Mumford (1895–1990): “our capacity to go beyond the machine rests upon our power to assimilate the machine”. Em seu *Technics and civilization*. Chicago: University of Chicago Press, 1934. Na edição de 2010 a citação está na p. 363.

34. Talvez fossem duplicadores. Havia um fabricante cuja marca era Ormig e outro, Everest. Foi impossível encontrar o significado de *entocé*. Seria um produto da empresa holandesa Océ, tradicional fabricante de copiadoras desde o século XIX?

35. Trata-se, provavelmente, de: Reizler, Stanislas; Van den Berg, René; Ariès, Philippe; Le Minor, Mathieu. *Fonctionnement d'un centre de documentation, instructions générales rédigées pour les instituts de recherches coloniaux*. Paris: Société d'Éditions Techniques Coloniales, 1946.

36. Charles Delacour Le Maistre (1874–1953). Engenheiro elétrico. Um dos fundadores do que hoje é a Organização Internacional de Normalização (ISO). Conhecido como o ‘pai da normalização internacional’.

37. Pedro Rosselló (1897–1970). Diretor assistente do Escritório Internacional de Educação (IBE), órgão da UNESCO, de 1929 a 1969, período em que o diretor era Jean Piaget.

38. René Pouteau. Identificação encontrada: “Ancien agent départemental de la Régie du Dépôt Légal en Seine-et-Marne, na autoria do artigo “Les agents du dépôt légal dans les départements; leur nomination et leur éducation professionnelle”, publicado em *Archives et Bibliothèques*, n. 1, p. 41-46, 1937–1938. O congresso de 1937 citado foi o Congrès Mondial de la Documentation Universelle, Paris, de 16 a 21 de agosto de 1937, no âmbito da Exposição Internacional de Artes e Técnicas na Vida Moderna. Esse congresso, patrocinado pelo Institut International de Bibliographie, é reconhecido como um marco importante na história da biblioteconomia/documentação. Briet e seu chefe, Julien Cain, são mencionados na Wikipédia como participantes do evento, cuja figura mais conspícua era certamente Paul Otlet. Mais detalhes em: https://en.wikipedia.org/wiki/World_Congress_of_Universal_Documentation#cite_note-doccong-12.

39. Charles Braibant (1889–1976). Arquivista-paleógrafo, formado pela École Nationale des Chartes. Diretor dos Archives de France (1948–1959). Presidente do Conseil International des Archives (1950–1954).

40. *Bulletin Analytique*, de 1940 a 1955. A partir de 1956, *Bulletin Signalétique*.

41. Library of the Surgeon General's Office (1836–1922), depois Army Medical Library até 1956 quando passou a ser a National Library of Medicine.

42. A autora se referia à biblioteca do United States Department of Agriculture, fundada em 1837, e que, em 1962, passou a ser a National Agricultural Library.

43. Jesse Hauk Shera (1903–1982). Bibliotecário, professor, contribuiu grandemente para o desenvolvimento da teoria da biblioteconomia.

44. Luther Harris Evans (1902–1981). Diretor da Library of Congress (1945–1953). Diretor-geral da Unesco (1953–1958).

45. Edward Julian Carter (1902–1982). Bibliotecário e arquiteto. Bibliotecário do Royal Institute of British Architects (RIBA) e depois chefe da divisão de bibliotecas da Unesco.

46. Jaime Torres-Bodet (1902–1974). Escritor, político e diplomata mexicano. Diretor-geral da Unesco (1948–1952).

47. Também conhecidos como cupons da Unesco. Com valor nominal em dólares norte-americanos.

48. A biblioteca de Valognes, na Normandia, fundada em 1715, foi atingida por bombardeios em junho de 1944, a menos de um ano do fim da Segunda Guerra Mundial. Seis anos depois, continuava em situação de abandono. Em julho e agosto de 1950, 38 voluntários dinamarqueses, sendo dois bibliotecários e dois encadernadores, que pagaram suas despesas de estadia, estiveram em Valognes, sob o patrocínio da Unesco, para iniciar a recuperação do acervo e sua catalogação. Possui mais de 24 000 volumes, inclusive uma bela coleção de manuscritos medievais e mais de 200 incunábulos. Cf. <http://unesdoc.unesco.org/images/0016/001624/162467fb.pdf>.

49. McColvin, Lionel R. *El servicio de extensión bibliotecaria en la biblioteca pública*. Paris: Unesco, 1950.

50. Danton, J. Periam. *La formación profesional del bibliotecario*. Paris: Unesco, 1950.

51. Paul Perrier (1886–1965). Arquivista-paleógrafo pela École des Chartes. Bibliotecário da Bibliothèque Nationale (1920–1946).

52. García Calderón, V. Actualité de l'UNESCO. *Revue des Deux Mondes*, fév. 1951, p. 1.

53. A citação está nos versos de Arthur Rimbaud, em *Une saison en enfer*: “J'ai horreur de tous les métiers. Maîtres et ouvriers, tous paysans, ignobles. La main à plume vaut la main à charrue. – Quel siècle à mains!” [Detesto todos os ofícios. Chefes e operários, tudo campônios, ignóbeis. A mão na pena vale a mão no arado. — Que século de mãos!] (*Uma temporada no inferno*, trad. de Paulo Hecker Filho (L&PM, 2002, p. 21).

A
501379
1

Collection de documentation A 501379

SUZANNE BRIET

**QU'EST-CE QUE
LA
DOCUMENTATION ?**

1951

ÉDIT

ÉDITIONS DOCUMENTAIRES
INDUSTRIELLES ET TECHNIQUES
17, Rue de Grenelle, PARIS (7^e).

Anexos

SYLVIE FAYET-SCRIBE

Mestre de conferências e orientadora de pesquisas da Université Paris 1. Pesquisadora em história da documentação e das ciências da informação. Para saber mais: <https://www.univ-paris1.fr/unites-de-recherche/crhix/membres/fayet-scribe-sylvie/>

Vocês conhecem Suzanne Briet? **p. 45**

Do original: Connaissez-vous Suzanne Briet? *Bulletin des Bibliothèques de France*, n. 1, p. 40-44, 2012. Disponível em: <http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-2012-01-0040-007>

MARY NILES MAACK

Professora da Graduate School of Education and Information Studies da University of California, Los Angeles. Para saber mais: <https://pages.gseis.ucla.edu/faculty/maack/index.htm>

A dama e o antílope: a contribuição de Suzanne Briet ao movimento pela documentação na França **p. 56**

Do original: The lady and the antelope: Suzanne Briet's contribution to the French documentation movement. *Library Trends*, v. 52, n. 4, p. 719-747, Spring 2004. Disponível em: <https://www.ideals.illinois.edu/bitstream/handle/2142/1704/Maack719747.pdf?sequence=2>

Vocês conhecem Suzanne Briet?

Sylvie Fayet-Scribe

Desconhecida na França, celebrada nos Estados Unidos

Em sua introdução à edição na internet, em 2008, do manifesto de Suzanne Briet (1894–1989), *Qu'est-ce que la documentation?*,¹ Laurent Martinet ressalta, de saída, que “foi do estrangeiro que veio a luz” para o reconhecimento dessa eminente documentalista, especialista em ciências da informação e pioneira em muitas áreas ligadas às profissões da informação.

Com efeito, ainda grandemente desconhecida, na década de 1990, da maioria dos pesquisadores franceses de ciências da informação, Suzanne Briet gozava, muito antes disso, de notável reputação nos países anglo-saxões. Há cerca de 20 anos, ela era reconhecida, nos Estados Unidos, como uma líder da modernização das bibliotecas na França e uma pioneira das ciências da informação.

Com sua colega Louise-Noëlle Malclès, Suzanne Briet elaborou, nos anos de 1930, alguns instrumentos emblemáticos do progresso francês em matéria de acesso à documentação, tendo sido o primeiro deles a criação da sala de bibliografia da biblioteca da Sorbonne em 1935, e o segundo, quase na mesma época, a instalação da sala de catálogos e bibliografias da Bibliothèque Nationale.

Todos os dois, ambição banal hoje em dia, ‘modernos’ na época, almejavam facilitar a consulta de ferramentas de acesso à informação (bibliografias, catálogos, índices, dicionários, enciclopédias, repertórios, etc.) até então conservadas em estantes

fechadas. Suzanne Briet ampliou, de fato, a indexação para todas as formas de documentos e desenvolveu um serviço de referência para os leitores da Bibliothèque Nationale de Paris.

A título de simples exemplos dessa influência contemporânea, duas obras recentes, *Le document à la lumière du numérique*,² e *Dispositifs infocommunicationnels, questions de médiations documentaires*,³ reconhecem a concepção de documento desenvolvida por Suzanne Briet, isto é, uma definição ampliada que abarca os objetos naturais, na medida em que são indexados e utilizados como elementos de comprovação. Presente em seu livro-manifesto, a definição não envelheceu, pois deve uma parte de sua fortuna ao talento pedagógico de Suzanne Briet que propõe, se isso for necessário, catalogar um antílope.

Algumas informações sobre a vida de Suzanne Briet

Suzanne Briet foi criada numa família católica, em Paris, no bairro do Marais, com a irmã Alice, cinco anos mais velha, à qual permanecerá sempre ligada. A família é originária de Charleville-Mézières e seu primo, de quem é chegada, chama-se André Dhôtel, romancista, ganhador do prêmio Fémina de 1955 com o livro *Le pays où l'on arrive jamais*.⁴ Ela é muito bem-sucedida nos estudos e, de início, pensa em seguir o magistério. Tira a licenciatura em história e inglês e depois o certificado de habilitação para a função de professora de letras. Durante três anos (1917–1920) ensina na cidade de Annaba, na Argélia, e depois muda de rumo na vida, voltando-se para as bibliotecas. De início, recebe o certificado de habilitação para a função de bibliotecário (CAFB: *certificat d'aptitude aux fonctions de bibliothécaires*), em 1924, e, no mesmo ano, é uma das três primeiras mulheres bibliotecárias de profissão a serem nomeadas para a Bibliothèque Nationale. Em 1925, casa-se com Ferdinand Dupuy, professor de letras em Toulouse. Oito anos depois se divorciam.

As principais realizações profissionais de Suzanne Briet na Bibliothèque Nationale são bastante representativas do interesse que ela atribuía às noções de serviço e de modernização. Ela

planeja, implanta e dirige, de 1934 a 1954, a sala de catálogos e bibliografias instalada num subsolo reformado da biblioteca. É nesse lugar que, durante o terrível e glacial inverno de 1940, Aline Payen, nascida Puget (1901–1994), comparecia todos os sábados, a fim de elaborar um fichário de regras de catalogação estrangeiras. Aline Puget, formada na American Library Association School, de Paris, por Margaret Mann, conhecia-as bem. Esse trabalho de normalização, paciente e pouco visível, iniciado pelas duas mulheres, será continuado sem esmorecimento por Suzanne Briet, sozinha, e será utilizado mais tarde pela Association Française de Normalisation (AFNOR).

Desde o fim da década de 1920, ela participa ativamente, tanto no plano nacional quanto internacional, do que então se denomina ‘documentação’. Participa da criação, em 1931, e mais tarde da direção da Union Française des Organismes de Documentation (UFOD), e será vice-presidente da Federação Internacional de Documentação (FID). Antes da guerra, lança as bases da formação profissional nesse campo, e, em 1950, ao ser fundado o Institut National des Techniques Documentaires (INTD), ela se torna sua primeira diretora de estudos.

Por fim, sempre naquela famosa sala de catálogos, onde ela vê passar toda a profissão, terá como estagiário Paul Poindron (1912–1980), egresso da École des Chartes, que se tornará seu continuador na AFNOR, na FID e no INTD. Em 1951–1952, faz uma viagem aos Estados Unidos, onde se interessa pelas ‘bibliotecas especializadas’ (como se chamavam os serviços de documentação nos Estados Unidos) e, de regresso à França, publica um manifesto: *Qu’est-ce que la documentation?* Além disso, será nomeada presidente da Union des Femmes Européennes. Entrevistada por Renée Lemaître e Mary Maack na década de 1980, Suzanne Briet mostra grande dificuldade em se abrir, inclusive sobre sua condição de mulher: sua educação lhe ensinara a reserva e a modéstia. A intelectual, mulher de ação, ainda não é aceita nos anos 1920–1930: “Suzanne Briet não tinha medo de agir, mas tinha medo de ser mal julgada por ter ousado fazer, ela, uma mulher, diante de homens que não haviam sabido empreender.”⁵

Em 1954, aos 60 anos, pede aposentadoria e começa uma segunda carreira como historiadora especializada em Rimbaud e nas Ardenas francesas.

Quando, em 1976, com 80 anos, Suzanne Briet publica, pela Société des Écrivains Ardennais, da qual faz parte, organizadas em ordem alfabética de palavras-chave, suas memórias, estas parecem, à primeira vista, anedóticas, excluindo de modo singular toda a riqueza intelectual vivida no campo da documentação. Ela não menciona nem suas leituras, nem seus contatos prestigiosos nos Estados Unidos ou na França. No entanto, a leitura de *O que é a documentação?* mostra o espírito inovador e fundador de sua autora.

Não seria preciso, então, reconstruir por meio de uma segunda leitura o universo cultural que, de fato, foi o seu? Algumas vidas, mais que outras, exigem que sejam decodificadas, e Suzanne Briet, muito discreta, talvez não tenha revelado todos seus segredos.

Um manifesto: *O que é a documentação?*

O livro de Suzanne Briet, *O que é a documentação?*, editado em 1951, é um texto breve de 48 páginas — uma tomada de posição, um manifesto. Atravessa mais de meio século e visa a fazer conhecer ideias novas num domínio mal conhecido na França do pós-guerra: a documentação.

O título — *O que é a documentação?* — lembra outro que se tornou célebre, *Qu'est-ce que le tiers état?* [O que é o terceiro Estado?], panfleto do abade Sieyès, de janeiro de 1789, publicado como prelúdio à convocação dos Estados Gerais. O objetivo era, ao mesmo tempo, pragmático e revolucionário: definir o terceiro Estado em função de sua utilidade social. Estaria Suzanne Briet a dar um aceno bibliográfico para o passado quando a opinião de um povo reivindicava seu lugar na sociedade?

Este texto é formado por três partes quase iguais: “uma técnica do trabalho intelectual”, “uma profissão distinta” e “uma necessidade de nosso tempo”. O estilo é claro, a argumentação metódica. Leva, concluída a leitura, ao objetivo perseguido:

A acolhida de Suzanne Briet nos Estados Unidos

Suzanne Briet encontrou-se, quando de sua viagem aos Estados Unidos em 1951–1952, com inúmeros profissionais norte-americanos, principalmente do meio de organizações internacionais (FID, IFLA, UNESCO). Num primeiro momento, as ideias muito avançadas de Suzanne Briet sobre documentação e documento, “objeto que informa qualquer que seja sua forma material”, foram mal compreendidas por especialistas norte-americanos. O influente Jesse H. Shera resume as teorias dela, mesmo contra a verdade, ao escrever, em 1952, que a teoria de Suzanne Briet era “mais materialista que funcional”. Essa declaração, além de comentários um pouco condescendentes, fizeram com que a influência de Suzanne Briet permanecesse incerta até a década de 1980. Graças a Mary Maack (textos de 1983 e de 2004) e a Michael Buckland (texto de 1995) ela foi finalmente reconhecida como líder da modernização da biblioteconomia na França e como uma das raras mulheres pioneiras das ciências da informação. Esse reconhecimento coincidiu com um novo interesse, nos anos de 1990, pela história e a teoria das ciências da informação, principalmente com as atividades do Special Interest Group in History and Foundations of Information Science da American Society for Information Science and Technology. Dois artigos que retomavam as ideias de Suzanne Briet foram amplamente lidos pelos alunos das escolas de biblioteconomia e ciência da informação. A ideia de que um antílope exposto num zoológico pudesse tornar-se um documento estimulava a imaginação dos estudantes! Camisetas com o antílope de Suzanne Briet tornaram-se populares na universidade...

Michael Buckland.

mostrar que, fora das bibliotecas, mas também nas bibliotecas, existe todo um setor novo, o de uma informação especializada, científica, técnica, administrativa, que se manifesta em territórios limitados (empresas, associações, poderes públicos, para-estatais, etc.) e cuja forma é não enciclopédica.

Esses setores situam-se fora da biblioteconomia tradicional e merecem um tratamento documentário diferenciado, sem o qual não podem avançar em suas atividades. “O professor norte-americano Burchard [John Ely Burchard (1898-1975), do Massachusetts Institute of Technology], embora reconhecendo o dinamismo e a eficiência das bibliotecas de seu país, acha que a ciência encontrou seu Waterloo nas bibliotecas”, diz ela. Esse tratamento documentário se aplica a suportes heterogêneos: estampas, fotografias, jornais, revistas, filmes, etc., o que implica também novas atribuições de função e de gestão nas bibliotecas.

Suzanne Briet sintetiza a evolução de três fenômenos concomitantes nesses meados do século xx:

- Coleta e tratamento de todos os tipos de suportes que cada vez mais tendem a se miniaturizar: “Uma gorda pasta de arquivo desaparece, microfilmada, no bolso do casaco. Uma biblioteca inteira cabe numa bolsa. A pesquisa científica se estende às unidades documentárias de toda espécie: documentos iconográficos, metálicos, monumentais, megalíticos, fotográficos e transmitidos por rádio ou televisão.”
- Multiplicação dos locais destinados a serviços documentários.
- Ampliação da leitura pública.

O documento torna-se uma das condições indispensáveis ao “instrumental do trabalho mental” e “os instrumentos do trabalho intelectual transformaram profundamente o comportamento do estudioso”. “A mão serviu ao espírito, a ferramenta desenvolveu o cérebro. O cérebro em troca guiou a mão. Tal é a onipresença da inteligência.” Suzanne Briet cita Robert Pagès

(1919–2005), que dirigiu o laboratório de psicologia social da Sorbonne de 1951 a 1985: “A documentação está para a cultura assim como a máquina está para a indústria.” Diríamos hoje ‘tecnologias intelectuais e cognitivas’ ou ‘tecnologias da inteligência’: esses conceitos repercutem os trabalhos de André Leroy-Gourhan e dos atuais engenheiros do conhecimento... A relação entre o homem e a máquina é lembrada sem complexo, com um verdadeiro humanismo, que sustenta o princípio de que a máquina está a serviço do homem e não o inverso. É por isso que, quando Suzanne Briet fala das aptidões a serem adquiridas, tanto técnicas quanto organizacionais, ela não esquece as aptidões humanas: “Sentido social, afabilidade, prestimosidade e zelo na pesquisa, [...] comportamento extrovertido”, “dinamismo do documentalista.” E aspira a uma formação para todos: “A educação obrigatória e gratuita deverá incorporar os elementos da pesquisa documentária.” E ela lembra várias vezes “a tarefa da ‘coletivização’ dos conhecimentos” que não deve poupar nem os pesquisadores, nem mesmo os simples usuários-cidadãos.

A última parte de seu opúsculo insiste no desenvolvimento institucional da documentação, em âmbito social, nacional e sobretudo internacional. Ela se coloca na escala da produção mundial de conhecimentos — como seu pai espiritual Paul Otlet, que ela qualifica de ‘mago’ em seus escritos. Não estaria, porém, a destruir simbolicamente seus mestres?

Na introdução que escreveu para a publicação deste manifesto na internet, Laurent Martinet acha que a maior parte das intuições de Suzanne Briet são confirmadas pelo surgimento da Web. Esta poderia tornar-se aquele “serviço público de informação” do qual anuncia a implantação. Ronald E. Day⁶ mostra quanto Suzanne Briet atribui à documentação um papel de líder cultural que tem a tarefa ao mesmo tempo de difundir seus próprios conteúdos e uma ideologia: a da ciência triunfante associada à indústria capitalista mundial.

Ele denuncia a visão internacionalista de Suzanne Briet que, depois da Segunda Guerra Mundial, “consiste em levar o chamado ‘primeiro mundo’ ao chamado ‘terceiro mundo’ [...] e a

e levar este último ao nível do desenvolvimento industrial do primeiro”. Essa representação do mundo carece, segundo ele, de perspectiva crítica, perpetua em sua ética profissional a afirmação de uma modernidade positiva do capitalismo industrial mundial sem intervir nas bases conservadoras projetadas por esse modelo de sociedade.

Resta, no entanto, estudar mais adiante, com a ajuda de arquivos e sem anacronismo, quais relações internacionais estão aqui em causa: internacionalismo do progresso social e da democratização da cultura ou globalização do lucro e das finanças? Suzanne Briet, sem dúvida, viveu diretamente a herança esquecida da ‘primeira globalização’,⁷ a qual nos interroga hoje energicamente, e isso não é um mérito de somenos. Seu segundo mérito é nos ter legado uma concepção renovada de documento, uma oportunidade para fazer face às interrogações e dúvidas diante das formas atuais e futuras do documento digital.

O que é um documento?

“Uma estrela é um documento? Um seixo rolado pela correnteza é um documento? Um animal vivo é um documento? Não, mas são documentos as fotografias e os catálogos de estrelas, as pedras de um museu de mineralogia, os animais catalogados e expostos num zoológico.”

Ao apresentar uma definição de documento por meio de exemplos concretos e vivos, Suzanne Briet procura rejeitar a visão tradicional em que o documento é assimilado a um texto e a uma prova que sustenta um fato. Ela abandona a hipótese positivista em que o documento, matéria válida e viva da ciência, serve de quadro de referência para uma construção ordenada e presa a um momento dado. Ela deixa atrás de si o documento que estabelece a verdade definitiva segundo o método mais rigoroso possível.

Em lugar disso, ela substitui objetos, materiais — como uma antropóloga — e seres que abrem contextos de utilização diversificados que não se encontram em bibliotecas, mas, por exemplo, em museus ou zoológicos.

Nessa perspectiva, é a percepção do objeto (e essa interpretação é totalmente compatível com a semiótica moderna em que o objeto é tomado como signo) que vai transformar o documento em uma forma de substituto do real em mediações múltiplas. É então possível mediante um mesmo exemplo (e Suzanne Briet nos dá o exemplo de um antílope num zoológico) adaptá-lo a instituições sociais bem distintas: jornais, rádio, comunicação científica feita num congresso, enciclopédia, cinema, disco, etc. Assim, diz ela, “o antílope catalogado é um documento primário e os demais são documentos secundários ou derivados”. Dessa maneira, o documento adquiriu seu valor documentário (quer dizer, sua catalogação, que é uma forma de indexação) por seu contexto de recepção.

Por que Suzanne Briet nos conta essa história de uma indexação? Porque ela acha que a definição de documento dos filósofos e dos linguistas é “[...] a mais abstrata e, portanto, a menos acessível”. Analisemos por partes: um documento “é todo indício concreto ou simbólico, conservado ou registrado, com a finalidade de representar, reconstituir ou provar um fenômeno físico ou intelectual”.

Será que essa definição atualmente ainda é pertinente para o documento digital? Sem dúvida, pois ela não constrói sistemas de classificação fixos, mas se move sobre um terreno em movimento constante e que muda segundo a variabilidade dos lugares de recepção. Ela não mais classifica, ela projeta e atribui um contexto; é uma indexação que cria uma permanência documentária. Ora, mesmo atualmente, com uma estrutura hipertextual, o documento digital não muda de conteúdo informacional, é seu contexto de recepção que migra.

O exemplo do antílope no zoológico não é anedótico. Ele inaugura uma ruptura e questiona antigas confusões que podiam marcar o meio, a mensagem e o significado. As fronteiras do documento digital são agora mais que nunca atuais. E sem dúvida as ocorrências de citações da definição de Suzanne Briet na internet se explicam pela necessidade de retornar a um texto fundamental para esclarecer os questionamentos do presente em relação ao documento digital.

Uma vida apaixonada

Se Suzanne Briet é conhecida principalmente por causa de *O que é a documentação?*, texto conciso e que pode ser lido rapidamente, ela ainda publicou um grande número de artigos no estrangeiro, para organizações internacionais, e também para associações militantes da documentação, e até de crítica literária.

Segundo a opinião corrente, a vida dos bibliotecários e documentalistas, não só em seu trabalho, mas também fora dele, nada teria de apaixonada, muito menos de apaixonante, e passaria sem choques nem bloqueios pessoais. Mesmo hoje muitos ainda conservam essa imagem tradicional.

Ao contrário, como mostrei em meu romance,⁸ que se ocupa em grande parte da vida e das atividades de Suzanne Briet, ela (como muitos outros profissionais, certamente) não corresponde em nada a esses preconceitos e a essa visão reducionista. Ela soube, ao contrário, desenvolver sua ação em muitos caminhos diferentes, alguns ligados à documentação, outros não, mas num conjunto coerente, o de uma vida devotada à construção de nossa sociedade do conhecimento, e isso em múltiplas direções, que podemos esquematizar, com traços largos, da seguinte forma.

De início, a participação de Suzanne Briet nos grupos associativos constitui a ossatura de seu percurso, tanto nas associações criadas para constituir e defender a documentação, como a UFOD (Union Française des Organismes de Documentation), quanto nas associações que lutavam pelo reconhecimento do direito das mulheres. Assim, ela colocou muito de si na causa da profissionalização das mulheres. Cria uma espécie de 'Rotary Club' feminino, que conta com quase 8 000 membros. Essa e outras associações são os germes de uma construção coletiva do conhecimento.

A atuação de Suzanne Briet poderá ser considerada obsoleta? Essas duas causas teriam sido ganhas? Ora, a inegável feminização de nossas profissões prova, ao contrário, a atualidade das batalhas encetadas. O famoso 'teto de vidro', metáfora de

nossas carreiras bloqueadas na parte inferior da escala hierárquica, sempre existe.* Quanto à cultura da informação e da documentação para todos, ela está longe de ser uma realidade pedagógica adquirida da escola à universidade.

Ao longo de toda sua carreira, Suzanne Briet manifestou a vontade de estar, no serviço público, para ouvir os *desiderata* dos usuários, o que significa ‘necessidades’ na linguagem da época. Seu objetivo era formar os ‘usuários’, bem como os futuros profissionais, naquilo que hoje se denomina ‘cultura da informação’. É desnecessário sublinhar quanto essas intuições eram, nos anos de 1930, premonitórias. Para Suzanne Briet ontem, como para inúmeros profissionais de hoje, trata-se de democratizar para cada cidadão o aprendizado e o manejo dos instrumentos de informação: ela vê a documentação e sua utilização tanto como metodologias individuais do trabalho intelectual, como também uma organização coletiva da gestão da informação.

Além de tudo, ela trabalhou durante mais de trinta anos na Bibliothèq̃ue Nationale e deu provas, durante toda sua carreira, de sua capacidade de viver simultaneamente em diferentes formas de cultura, a fim de auferir todos os benefícios possíveis, e, principalmente, a cultura empresarial, onde ela afirma sempre o crescimento e o papel de uma gestão científica e técnica da documentação nas empresas francesas. Ao mesmo tempo, essa cultura do privado se mistura com a do serviço público, herdeira da vontade republicana do progresso científico e industrial para todos e das esperanças militantes da educação popular. Suzanne Briet possui também uma cultura profundamente cristã onde a fé, embora permaneça sendo do domínio privado, se exprime na ação cotidiana: “Sou católica e francesa e a palavra documentação está em minhas preces como em minha profissão”, escreveu em suas memórias.

* Expressão ‘teto de vidro’ refere-se à discriminação contra as mulheres nos locais de trabalho, em relação a suas possibilidades de progressão e remuneração. Ver Vaz, Daniela Verzola. O teto de vidro nas organizações públicas: evidências para o Brasil. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 22, n. 3, p. 765-790, dez. 2013.

Conclusão

A obra de Suzanne Briet ainda está em grande parte para ser descoberta, e um acontecimento talvez venha a propiciar aos pesquisadores essa oportunidade. Com efeito, como consequência de uma mudança de local, a midiateca Voyelles da comuna de Coeur d’Ardenne, situada em Charleville-Mézières, cidade de origem dos antepassados de Suzanne Briet, encontrou um legado deixado por Suzanne Briet, que continha, além de sua biblioteca particular, uma caixa de papelão, usada para arquivo, com uma advertência intrigante: “Abrir somente depois de 50 anos do falecimento de Julien Cain.”

Ninguém duvida que esse arquivo, convenientemente estudado, permitirá examinar a ‘segunda carreira’ dessa especialista em Rimbaud, historiadora das Ardenas francesas, crítica literária, que marcou a história da documentação, mas até hoje permanece, principalmente em seu país natal, como alguém a revelar e a celebrar.

Dezembro de 2011.

1. Laurent Martinet, prefácio à edição de *Qu’est-ce que la documentation?* na internet: <http://martinetl.free.fr/suzannebriet/questcequeladocumentation>

2. C & F éditions, 2006.

3. Hermès-Lavoisier, 2009.

4. Éditions Horay, nova apresentação, 2005. [Em português: *O país inatingível*. Trad. de Virgínia Mota. Lisboa: Livros do Brasil, 1959.]

5. Carta enviada por Renée Lemaître a Sylvie Fayet-Scribe, em 14 de julho de 1994, comentários da entrevista de Suzanne Briet.

6. Ronald E. Day, Tropes, histoire et éthique dans le discours professionnel et la science de l’information, séminaire de l’Institut National des Techniques de la Documentation au CNAM, Paris, 4 de dezembro de 1998. [Tradução de Laurent Martinet.] <http://martinetl.free.fr/suzannebriet/questcequeladocumentation>

7. Suzanne Berger, *La première mondialisation, leçons d’un échec oublié*. Paris: Éditions du Seuil, 2003.

8. *La table des matières*. Paris: Éditions Panama, 2007. 454 p.



Suzanne Briet nas estantes da sala de catálogos e bibliografias da Bibliothèque Nationale. (Fonte: Mary Niles Maack em <https://pages.gseis.ucla.edu/faculty/maack/BrietPrePress.htm>.)

A dama e o antílope: a contribuição de Suzanne Briet ao movimento pela documentação na França

Mary Niles Maack

Resumo. Durante seus trinta anos na Bibliothèque Nationale (BN), Suzanne Briet (1894-1989) deu importantes contribuições teóricas, organizacionais e institucionais para o movimento pela documentação na França. Este artigo procura situar no contexto da reforma de largo alcance das bibliotecas francesas a obra por ela desenvolvida no campo da documentação, com especial atenção para a transformação da BN. Como seus colegas das bibliotecas especializadas, Briet abraçou a modernidade e a ciência. Devido a sua forte orientação para os estudos humanísticos, para ela o serviço de documentação e orientação bibliográfica era um aperfeiçoamento e não rejeição das tradições eruditas da biblioteca nacional. Este artigo se concentrará nos esforços por ela despendidos visando a integrar na prática da biblioteconomia na Bibliothèque Nationale as ideias inovadoras do movimento pela documentação.

Introdução

Defronto-me agora com uma das dificuldades do autor ao escrever suas memórias [...] Elas deixam de fora a pessoa sobre quem as coisas aconteceram. O motivo disso está em que é tão difícil descrever qualquer ser humano. Por isso, dizem: ‘Foi isso o que aconteceu’; mas não dizem como era a pessoa com quem isso aconteceu. (Woolf, 1985, p. 65).

Suzanne Briet reconhecia a necessidade de legar uma autobiografia que oferecesse um registro do que ela era como pessoa, uma obra que expressasse suas ideias e crenças. Ao refletir sobre sua longa existência, Briet escreveu, “Quando tinha 20 anos, meu lema era: ‘Chorar às vezes, mas jamais odiar’. Aos 40, era: ‘Servir’. Aos 80, po-

deria ser: ‘Voltar ao Espírito’” (*l’Esprit*) (1976, p. 30).¹ Esses três lemas exprimem sucintamente o que ela sentia como mais importante em sua vida pessoal e em sua carreira — dedicação a servir e profundo compromisso com os valores humanísticos e a fé católica. Em 1976, quando tinha 82 anos, Briet publicou *Entre Aisne et Meuse et au-delà*,² uma autobiografia bastante insólita tanto no conteúdo quanto na forma. Deixando de lado a estrutura narrativa comum, Briet apresenta suas reminiscências sob palavras-chave dispostas em ordem alfabética. No prefácio, intitulado “*Ouvrir sur l’alphabet*” (Abrir para o alfabeto), ela declara que não tem a intenção de escrever uma autobiografia nem de apresentar documentação disposta num quadro cronológico. De fato, ela abre mão completamente de datas. É com uma ironia intencional que essa mulher, formada (*licenciée*) em história e que devotara toda sua carreira à organização racional da informação opte por apresentar sua própria vida “sem qualquer ordem sistemática” (1976, p. 30).

À primeira vista, *Entre Aisne et Meuse* se assemelha a uma obra de referência, formada por uma sequência de anotações em ordem alfabética letra por letra. A escolha que ela faz das palavras-chave é, contudo, totalmente idiossincrática: inclui nomes próprios, lugares, um provérbio ocasional e palavras comuns (como casa, mão e luz) que evocam lembranças profundamente pessoais. Alguns amigos próximos e membros da família aparecem sob seus prenomes, outras pessoas são apresentadas em histórias específicas enquanto outras somente se mostram como iniciais. Embora a escolha dos verbetes desafie a lógica, Briet prende o leitor em passagens de pura poesia entremeada de prosa muitas vezes comovente ou intensa; alguns verbetes narram acontecimentos corriqueiros que a impressionaram, enquanto outros termos servem de trampolim para comentários espirituosos e cortantes ou divertidos. Por acreditar que, na velhice, “o passado está mais presente quando a vida é menos premente”, o objetivo de Briet é evocar “algumas das horas mais extraordinárias e alguns dos contatos humanos mais significativos”.³ Ela conclui o prefácio declarando “ficaria feliz se alguns leitores enxergassem o meu olhar (*mon regard*)

através do pontilhismo deste autorretrato” (1976, p. 9-10). (Ao citar a seguir essa obra, a remissão será feita à palavra-chave do verbete e ao número da página.)

Recorrendo ao seu autorretrato tão original e a suas publicações profissionais, este artigo procurará situar suas contribuições tanto num contexto pessoal quanto histórico. Nascida em 1894, Briet fez parte de uma geração de jovens mulheres que cresceram numa nação que lutava para enfrentar perdas enormes, importantes mudanças sociais e novos desafios deixados na esteira da Grande Guerra. Embora ela nunca fosse explícita sobre por que escolhera o primeiro lema, o objetivo de ‘jamais odiar’ provavelmente seja um reflexo de sua experiência da Primeira Guerra Mundial. Nasceu nas Ardenas e se criou em Paris, mas permaneceu muito ligada à região onde ela e a irmã Alice passavam as férias na companhia da família. As Ardenas ficavam também no caminho de passagem das tropas alemãs e, durante as hostilidades, seu tio foi deportado, sua aldeia invadida e a casa de seu avô destruída. Suzanne Briet tinha exatamente 20 anos quando a guerra começou, e ela recorda um amigo de infância muito chegado que foi morto, junto com quase dois terços de seus colegas de sala de aula (1976, Kolkhose Manque, p. 59; Maison, p. 71; Marcel, p. 76-77). Apesar dessas perdas — ou talvez por causa delas — Suzanne Briet interessou-se desde cedo pela Liga das Nações e participou de algumas das sessões realizadas em Paris (1976, s.D.N., p. 103). Parece que o interesse de Briet pelo intercâmbio internacional surgiu quando ainda era bem jovem; ela fala com carinho das lembranças de suas três viagens à Inglaterra, para passar férias, quando tinha 14 e 16 anos, e mais tarde, com 19 anos, como professora francesa dos filhos de uma princesa indiana (1976, Inde, p. 52-53); Londres, p. 65-66). Como sua mãe imaginava que Suzanne estivesse destinada a ser professora, ela foi matriculada na École de Sèvres, uma escola de elite para formação de professoras do ensino secundário. Ali continuou o estudo da língua inglesa, além de se formar em história. Briet lecionou durante alguns anos, mas ela é lacônica quanto a essa época de sua vida, exceto ao lembrar⁴ que na sala de aula ela se

sentia como se tivesse sido “lançada às feras” (1976, *Livrée aus Fauves*, p. 64). Embora Briet não explique por que ela escolheu estudar para os exames da biblioteca nacional, ela credita seu êxito a Louis Barrau-Dihigo, notável bibliógrafo-bibliotecário da Sorbonne que ministrou um curso sobre bibliografia para estudantes que se preparavam para obter o certificado. Não só ele a estimulou bastante, como também, depois que Briet lhe informou que somente poderia assistir às aulas aos sábados, ele mudou o horário do curso de modo a permitir sua participação (1976, *Parrains*, p. 90).

Os primeiros anos na Bibliothèque Nationale: um mundo masculino

Quando Suzanne Briet iniciou sua carreira na Bibliothèque Nationale (BN), aos 30 anos de idade, ela estava ingressando num campo que logo seria reformado, na França, pela convergência de dois movimentos: o movimento pela ‘biblioteca moderna’ e o surgimento da documentação como uma profissão autônoma, com suas próprias técnicas, normas e formação. Era também uma época em que a primeira geração de mulheres francesas começava a ingressar nas profissões tradicionais que passavam pelo processo de serem redefinidas sob a força de condições sociais e econômicas radicalmente diferentes. Na BN, Suzanne Briet encontrava-se bem no começo de um salto demográfico, quando as mulheres deixaram de ser somente 10 por cento do pessoal profissional em 1927 e alcançaram mais de 50 por cento quando da Segunda Guerra Mundial (Maack, 1983, p. 434). Durante sua carreira de 30 anos, Briet também testemunhou e participou de uma série de reformas e inovações que acabariam por transformar a BN, de uma instituição limitada pelas tradições elitistas e por um orçamento insuficiente numa biblioteca nacional desempenhando um papel de liderança crucial na França e no exterior. Nesse período, as inovações tecnológicas também desempenharam papel importante na carreira de Briet e nas características do trabalho na Bibliothèque Nationale. Em 1924, o ano de sua nomeação, a

eletricidade foi instalada pela primeira vez no prédio do século xvii da *rue* de Richelieu. No verbete ‘Lumière’ (luz), Briet escreveu: “Assisti ao nascimento da eletricidade na BN. [...] Durante o inverno e quando o céu estava nublado, era impossível qualquer atividade nas salas de leitura e nos gabinetes depois de três horas da tarde. [...] Era um espetáculo inesquecível ver os lampiões verdes desabrocharem nas mesas” (1976, p. 66). Embora o advento da eletricidade marcasse uma nova era, as mudanças da tecnologia e das instalações, bem como dos serviços, vieram gradativamente. Foi somente em 1931 que as áreas das estantes receberam iluminação elétrica, permitindo que a biblioteca continuasse fornecendo livros aos leitores ao final da tarde (Cain, 1936, p. 8).

A modernização da biblioteca foi a primeira prioridade de Pierre-René Roland-Marcel, nomeado administrador-geral da BN em 1924. Embora não tivesse experiência prévia em bibliotecas, ele trouxe para o cargo uma apreciável prática na administração pública, além de estreitas ligações com figuras políticas de destaque. De imediato ele deu início a reformas na legislação que iriam colocar a biblioteca numa base financeira mais sólida, ao mesmo tempo em que ampliava sua autoridade sobre várias das grandes bibliotecas de pesquisa de Paris. A fim de alcançar suas metas ambiciosas, Roland-Marcel precisava recrutar pessoal que tivesse uma visão nova que iria revitalizar o quadro de pessoal que estava então mais voltado para a tradição e a erudição do que para a modernização. Roland-Marcel, quando soube que Suzanne Briet havia conquistado o primeiro lugar no exame nacional para certificação de bibliotecários e era altamente recomendada por seus professores, quis muito contratá-la. Depois de entrevistá-la, Roland-Marcel escreveu para o ministro da educação pública e das belas-artes, em julho de 1924, solicitando autorização para contratar *mlle* Briet imediatamente, que, como ele acreditava, seria um membro valioso do quadro de pessoal porque ela falava inglês fluentemente, tinha conhecimentos práticos e uma inteligência notável. Ainda que Roland-Marcel houvesse concordado em aceitar a aprovação da legislação sobre a BN, que ainda tramitava, antes

de poder nomear novos funcionários, ele não esperou no caso de Suzanne Briet, nomeando-a “como um caso excepcional” (Roland-Marcel, 1924).

A única menção direta a Roland-Marcel que Briet faz em suas memórias refere-se a um incidente no começo de sua carreira quando ela era apenas uma das três mulheres do quadro de profissionais. Ela observa que o administrador-geral “deralhe a honra” de levar ao seu conhecimento uma petição encaminhada a ele por representantes de um clube informal (*amicale*) de funcionários do gênero masculino que reivindicavam que fosse limitada a quantidade de bibliotecárias. O motivo levantado era de que se uma mulher fosse promovida a um cargo de chefia (*conservateur-adjoint*) ela não teria autoridade alguma sobre seus colegas ou subordinados do gênero masculino. Roland-Marcel então “confidenciou-lhe” que a atitude desses representantes lhe fora tão desagradável que ele pretendia adotar a providência oposta (Briet, 1976, *Amicales*, p. 14). Durante os seis anos em que dirigiu a biblioteca, Roland-Marcel realmente conseguiu nomear várias outras profissionais embora só contasse com poucos recursos para pagamento de salários.

Embora nem todos os bibliotecários fossem hostis à nomeação de mulheres, alguns, como E. G. Ledos, que chefiava o departamento de catalogação, reconheceu que havia sensível ceticismo e ambivalência sobre o crescimento do ‘elemento feminino’ no quadro de profissionais. Ledos escreveu em 1936:

Apesar de a carreira [bibliotecária] estar aberta em outros países, há muito tempo, para as mulheres, na França a ideia era muito pouco aceita e notava-se preocupação com o que resultaria dessa experiência. Pela sua inteligência, sua operosidade e sua consciência, as primeiras duas mulheres que foram nomeadas para o catálogo geral [...] dissiparam esses temores e silenciaram os preconceitos infundados” (p. 243).

Embora Briet não trabalhasse na seção de catalogação, Ledos também fazia alusão a ela e elogiava seu trabalho (1936, p. 247, 251). Durante os anos iniciais de sua carreira, Briet certamente tinha bastante consciência da necessidade de demonstrar sua competência e mais tarde revelou que por muito tempo ela lamentou não ter nas-

cido homem porque sentia que as mulheres eram “prejudicadas na vida social” (1976, Femmes, p. 39).

Pouco mais de um ano depois de sua nomeação para a BN, Suzanne Briet casou-se com Ferdinand Dupuy, professor de letras em Toulouse. O casal não teve filhos e, como muitas outras profissionais francesas dessa geração, ela continuou trabalhando em regime de tempo integral mesmo depois do casamento. Além de seu trabalho na BN e das atividades em associações profissionais, ela também escreveu diversos estudos relativos à história de Paris bem como artigos para revistas de biblioteconomia que apareciam assinados como Briet, Dupuy ou Dupuy-Briet. Depois de oito anos de casados o casal se divorciou. Pouco se sabe dessa parte de sua vida, e a autobiografia de Briet não faz qualquer menção a seu marido nem contém um verbete sobre casamento. Sob a rubrica Femmes (mulheres), no entanto, ela narra um incidente, ocorrido perto de encerrar sua carreira, quando o tema das mulheres no trabalho foi levantado numa reunião de diretores (*chefs d'établissements*). Para espanto de todos, ela disse, “O lugar das mulheres é no lar. Se duas guerras não tivessem matado milhões de franceses, as mulheres não teriam sido levadas a entrar na concorrência” (1976, p. 39). Essa era uma atitude típica de famílias conservadoras da classe média alta da geração de seus pais, mas era realmente uma declaração paradoxal partindo de uma mulher que parecia ter escolhido livremente combinar uma carreira exigente com o casamento. Colegas e amigos descreviam Briet como uma feminista engajada, e ela própria se mostra orgulhosa de seu papel como cofundadora da filial de Paris da Zonta Internacional, entidade criada em 1919 como “uma organização de serviços mundial, reunindo dirigentes de empresas e profissionais, acima das fronteiras políticas e sociais, pelo progresso da condição das mulheres no mundo inteiro” (Zonta International, s.d.).

Ao lhe ser perguntado, anos mais tarde, se sofrera alguma discriminação como mulher, Suzanne Briet respondeu que, embora alguns preconceitos fossem “inevitáveis”, ela pessoalmente havia recebido apoio de vários dos mais notáveis bibliotecários eruditos bem como dos administradores-gerais sob

cujas ordens servira (entrevista inédita com Renée Lemaître feita pela autora, em 3 de setembro de 1982). Em sua autobiografia ela zombou de seus colegas do clube exclusivo de homens que se reuniam num café das cercanias chamando-os de “cavaleiros do café com creme” (*chevaliers du café-crème*), mas ela se lembrava afetuosamente de três orientadores eruditos aos quais chamava de *parrains* (padrinhos) (1976, Amicales, p. 14; Parrains, p. 90). Trabalhando sob sua direção, ela adquiriu um profundo respeito pelos estudos bibliográficos. Mais tarde, ao preparar um folheto de divulgação, ela se referiu à “grandeza tradicional da Bibliothèque Nationale” e disse: “Negligenciar esse patrimônio poria em risco sem dúvida a primazia intelectual da França. Seria fracassar em nossos deveres para com o que temos de melhor” (1928, p. 8). Num exemplar desse folheto encontra-se uma anotação manuscrita: “Para os bibliotecários eruditos, homenagem e amizade, 1928, s.B.”

Documentação e orientação na Bibliothèque Nationale

Suzanne Briet reconhecia claramente e respeitava as múltiplas funções exigidas do quadro de pessoal de uma grande biblioteca nacional. Ela escreveu que era dever dos bibliotecários “conservar, catalogar, tornar acessíveis [os materiais] por um lado; orientar e instruir, por outro lado” (1932a, p. 11). Seu ideal era os bibliotecários “trabalhando junto com os pesquisadores, não [...] do outro lado de uma barricada, mas entre eles num verdadeiro espírito de colaboração” (1932, p. 18). Embora Briet tenha começado a trabalhar na seção de doação e intercâmbio, sua carreira teve início numa época em que um novo *éthos* no serviço público estava sendo implantado pelo administrador-geral. Roland-Marcel disse, no relatório de 1925 ao ministério, que as reformas que estavam sendo feitas na BN eram o resultado de uma “estreita colaboração entre a administração e o pessoal”. E continuava, “*Ao poupar o tempo do leitor*, ao oferecer a cada usuário todas as facilidades de pesquisa possíveis, dados nossos materiais antigos, meus colabo-

radores estão provando que sabem equilibrar os deveres de sua profissão” (Roland-Marcel, 1925, p. 121; grifo meu). Na conclusão de seu relatório, Roland-Marcel afirmava que ia longe a época em que a BN podia ser administrada “como um monumento misterioso e solitário” colocada à margem da evolução da sociedade contemporânea (1925, p. 124). Depois de assinalar a importância de salvaguardar os tesouros do passado, ele declarava que era “cada vez mais importante que todas as coleções de obras recentes estejam *facilmente disponíveis* para todo aquele que tiver autorização para usar a biblioteca” (1925, p. 124; grifo meu).

Embora Roland-Marcel defendesse o serviço ao público como um meio de aumentar a eficácia, a visibilidade e o apoio político à BN, ele percebeu que seria necessário buscar ajuda financeira externa para implantar suas reformas, numa época em que tanto os recursos financeiros quanto o pessoal eram limitados. Assim, ele reativou a associação dos amigos da biblioteca nacional [Association des Amis de la Bibliothèque Nationale de France], e em 1926 supervisionou a criação de um centro de documentação que foi colocado sob a égide da associação. Conforme salienta Michael Buckland, “A partir de 1920, ‘documentação’ tornou-se cada vez mais aceito como um termo geral que abrangia bibliografia, serviços de informação especializada [...] gestão de documentos e arquivos” (1998, p. 804). Essa definição está muito próxima das funções do novo órgão de documentação, ao qual foram atribuídas duas responsabilidades separadas mas afins: 1) centralizar os pedidos de informação enviados ao administrador-geral, e 2) oferecer um serviço pago que forneceria cópias, fotografias, traduções, resumos e bibliografias (Briet, 1929, p. 1).

Briet comentava em seguida que os bibliotecários da BN, que já estavam “sobrecarregados”, não podiam atender com eficiência os pedidos de informação que recebiam, porque esse trabalho interrompia o fluxo normal de atividades (Briet, 1929, p. 1). Portanto, em junho de 1928, foi-lhe atribuída a responsabilidade de reunir todos esses pedidos. Ela então distribuía esse trabalho para os especialistas mais qualificados da biblioteca

ou encaminhava para o centro de documentação caso houvesse necessidade de serviços pagos. Terminado o trabalho, ele era 'recopiado' na máquina de escrever e uma via era arquivada na BN, onde se mantinha o registro das pesquisas feitas anteriormente, para que não fossem repetidas, se fosse recebido algum pedido de informação semelhante (Briet, 1929, p. 1). Algum tempo depois, ela comentou: "O Centro [de Documentação] é, todavia, dependente da biblioteca. Baseia-se na existência da biblioteca, sem a qual não poderia funcionar. Em retribuição, o centro doa para a biblioteca o trabalho que executou. A biblioteca nacional se enriquece, assim, com uma coleção de arquivos documentários que podem ser consultados pelo público da mesma forma que suas outras coleções" (Briet, 1932b, p. 3).

Na organização desse novo serviço, Briet foi grandemente influenciada pelas recomendações aprovadas por especialistas em bibliotecas nas reuniões de 1927, em Paris, patrocinadas pelo Instituto de Cooperação Intelectual (ICI) da Liga das Nações. As resoluções das reuniões recomendavam que: 1) cada biblioteca nacional estabeleça um "centro nacional de informação" onde os pesquisadores possam identificar em qual biblioteca ou coleção especializada se encontram os materiais impressos ou a documentação de que precisam; 2) que o centro nacional de informação receba recursos financeiros adequados e conte com catálogos, bibliografias impressas, fontes biográficas, catálogos coletivos e guias de coleções especiais de todo o país; e 3) que esses centros nacionais mantenham estreitas relações entre si, a fim de atender a consultas sobre recursos dentro do próprio país, e centralizar aqueles pedidos de informação dos pesquisadores que precisem ser atendidos por outros países. Já em 1927 Roland-Marcel começou a lançar os alicerces para a criação desse centro na BN, atribuindo a Briet a tarefa de compilar um guia de coleções especializadas existentes nas principais bibliotecas da França. Em 1928 esse catálogo em fichas não apenas continha informações sobre coleções especializadas, mas também relacionava catálogos impressos de bibliotecas francesas e estrangeiras; além disso, possuía uma

seção que servia como uma bibliografia de bibliografias e uma outra que indexava os trabalhos feitos pelo serviço de documentação.

Durante os dois anos seguintes, Briet avançou no planejamento de um centro de orientação (*centre d'orientation*) que prestaria informações aos usuários, tanto no local da biblioteca, como também responderia a consultas escritas recebidas de pesquisadores da França e de outros países. Embora Briet não empregue o termo 'serviço de referência', tanto ela quanto Roland-Marcel tinham conhecimento do tipo de serviços referenciais e de informação existentes em bibliotecas norte-americanas. Os diretores da Paris Library School (criada e administrada pela American Library Association, 1923–1929) mantinham contato regular com Roland-Marcel, que consentia de bom grado que seus alunos fizessem estágio na BN. Ele também visitou bibliotecas dos Estados Unidos e se tornou membro do Comité Français de la Bibliothèque Moderne, um grupo organizado em 1922 por iniciativa de norte-americanos envolvidos com a criação de bibliotecas-modelo em Aisne, uma região no nordeste da França que havia sido devastada pela invasão alemã. A esses filantropos e bibliotecários norte-americanos se associaram vários líderes políticos franceses além de bibliotecários franceses 'modernistas' que de há muito vinham lutando pela reforma das bibliotecas públicas (Maack, 1983, 1986). Dois desses paladinos da biblioteca pública, que mais tarde assumiram importante papel de liderança no movimento francês pela documentação, eram Henri Lemaître (1881–1946) e Eugène Morel (1869–1934), bibliotecário da BN, que era tanto um aberto defensor da biblioteca pública quanto, depois de 1929, um líder essencial no Bureau Bibliographique de France (BBF) (Fayet-Scribe, 2000, p. 64). O BBF era o membro francês do Institut International de Bibliographie (IIB) fundado na Bélgica por Paul Otlet e Henri La Fontaine. Uma vez que esse organismo internacional era uma força central do movimento internacional pela documentação, Morel acrescentou, na BN, mais esse vínculo com as novas ideias.⁴

Conforme Sylvie Fayet-Scribe demonstra em sua obra

inspiradora sobre a história da documentação na França durante os anos de 1920 a 1930, havia um intenso intercâmbio intelectual e fecundação cruzada de ideias entre os defensores da biblioteconomia ‘moderna’ e os líderes do emergente movimento em prol da documentação (Fayet-Scribe, 2000, p. 56-74). Não apenas inúmeros dos líderes mais progressistas da biblioteconomia atuavam a favor do movimento pela documentação, mas também artigos sobre biblioteconomia pública e documentação eram publicados juntos em periódicos que abarcavam todos os aspectos do que poderíamos chamar ‘as profissões da informação’. Henri Lemaître, que era o editor da revista especializada *Revue des Bibliothèques* e de sua sucessora os *Archives et Bibliothèques* (1935–1938), publicou alguns dos primeiros trabalhos de Suzanne Briet. Artigos dela sobre a modernização do serviço de informação na BN também apareceram na *Revue du Livre*, editada por Georgette de Grolier, bibliotecária de biblioteca pública que estudou na American Library School de Paris. Essa revista servia como órgão oficial de diferentes associações empenhadas na reforma bibliotecária, na bibliografia e na documentação. Embora alguns artigos tratassem da política e outros das técnicas de organização da informação, um tema central comum a todos era o foco no usuário (Fayet-Scribe, 2000, p. 59, 143).

Ao mesmo tempo em que esses *modernistes* pugnavam pela reforma das bibliotecas públicas, havia também uma crescente preocupação com as necessidades dos cientistas, que fazia muito tempo, se queixavam de que as bibliotecas das universidades e instituições de pesquisa francesas não se importavam com a literatura científica contemporânea. As novas técnicas da documentação, especialmente a indexação e os resumos, estavam, contudo, sendo aplicadas em toda a França em instituições especializadas do governo francês, empresas comerciais envolvidas em pesquisas e organizações profissionais. Na vanguarda estava o campo da química e um dos defensores mais atuantes das novas técnicas de documentação era Jean Gérard, que era o responsável pelo centro de documentação da *Maison de Chimie* (uma instituição que reunia tanto associações

científicas quanto representantes da indústria química). Jean Gérard e Suzanne Briet são reconhecidos como cofundadores, em 1931, da Union Française des Organismes de Documentation (UFOD), instituição que Buckland descreveu como a “análoga francesa da ASLIB” (Association of Special Libraries and Information Bureaux), que fora fundada no Reino Unido sete anos antes (1995, p. 236). À semelhança da ASLIB, o quadro de associados da UFOD era inicialmente limitado a membros institucionais (ou seja, os centros de documentação de organizações dos setores público e privado). Na França esses centros de documentação representavam uma larga faixa de campos, e embora predominassem as organizações que realizavam pesquisas científicas e tecnológicas, também havia instituições que atuavam na economia, no comércio, na educação e nas humanidades. Embora fosse Suzanne Briet quem representava a BN, Bruno Delmas observa que “o apoio de Julien Cain, administrador-geral da Bibliothèque Nationale foi decisivo” para a jovem organização (Delmas, 1993, p. 186).

Julien Cain, embora tivesse estudado bibliografia histórica na Sorbonne e história da arte na École du Louvre antes de se voltar para uma carreira na administração pública, seus interesses não excluía a ciência e a tecnologia. Durante os anos em que ocupou o cargo de administrador-geral (1930–1940 e 1945–1964), Julien Cain esteve ligado muito de perto à UFOD, inicialmente como vice-presidente e mais tarde como presidente honorário. Fayet-Scribe sugere que Cain “tinha de navegar (*naviguer*) constantemente entre os bibliotecários e os documentalistas” (2000, p. 179), opinião corroborada por Thérèse Kleindienst, sua assistente na BN, que lembra que Cain declarava que seu princípio norteador era “manter um respeitoso equilíbrio entre dois pontos de vista igualmente necessários: o respeito aos valores do passado e a disposição de responder às exigências do presente” (1993, p. 161). O compromisso de Cain com as necessidades do presente incluía apoiar a nova abordagem de Suzanne Briet em relação aos serviços, e foi ela a quem ele atribuiu a responsabilidade de levar a cabo um levantamento dos centros de documentação franceses e

compilar um guia dessas organizações. Esse levantamento foi executado muito no espírito das recomendações da reunião de 1932 do comitê de especialistas em bibliotecas formado pela Organização de Cooperação Internacional da Liga das Nações. O relatório que Gérard apresentou ao comitê sobre a UFOD, no entanto, pode tê-los influenciado para que chamassem a atenção para a “necessidade urgente de estimular novas relações entre centros de documentação de um mesmo país” (Rayward, 1983, p. 201). Em 1935, quando Briet publicou o guia francês (*Répertoire des centres de documentation en France*), ela havia conseguido identificar e descrever os serviços de 73 centros, dos quais mais de 40 eram membros da UFOD (Delmas, 1992, p. 186).

Apesar de esses guias jamais poderem ser considerados exaustivos, a publicação de Briet representou um passo importante para a concretização da primeira meta da UFOD: “elaborar um inventário de todas as organizações da França cujo propósito fosse a produção e distribuição de documentação relativa a *todos os ramos do conhecimento humano*” (Fayet-Scribe, 2000, p. 187; grifo meu). A amplitude do campo de atuação da UFOD é também evidente em seus dirigentes. Além de Jean Gérard, Julien Cain e o secretário-geral Armand Boutillier du Retail, bibliotecário do ministério do comércio, o primeiro comitê executivo incluía o diretor do arquivo nacional, o ex-presidente da sociedade de engenheiros civis, o diretor do escritório central para o acetileno [Office Central de l’Acétylène et de la Soudure Autogène] e o diretor do serviço nacional de meteorologia [Office National Météorologique]. Embora Suzanne Briet não fosse membro do conselho executivo original (que era masculino em sua totalidade), Bruno Delmas sugere que, desde o começo, ela, Jean Gérard e Armand Boutillier du Retail eram os líderes dos quais dependia a organização (Delmas, 1993, p. 187). Posteriormente, Briet veio a ser a secretária-geral da UFOD, e isso a colocou numa posição crucial no mundo da documentação francesa, tornando-a a mulher mais visível nesse campo.

Na mesma época em que trabalhava na preparação do guia

da UFOD, Briet provavelmente percebeu que esse trabalho era uma extensão lógica do arquivo em fichas sobre coleções especializadas nas bibliotecas francesas que ela já havia compilado na BN. Em 1930, seu centro de orientação estava instalado numa sala especial provida de catálogos impressos e bibliografias selecionadas além dos índices em fichas antes mencionados. Como, porém, o espaço era inadequado, seu trabalho foi prejudicado pela falta de acesso fácil às bibliografias, catálogos e outros recursos impressos. Por solicitação de Julien Cain, Briet começou a planejar a expansão dos serviços bibliográficos e de documentação, a qual seria possível executar quando fossem concluídas as obras das novas instalações. E, em 1933, ela foi enviada pelo ministério em missão especial a Berlim, onde estudou a organização e os serviços do *Auskunftsbureau* [escritório de informação] da biblioteca estadual prussiana [*Preussische Staatsbibliothek*]. Finalmente, em 1934 Briet conseguiu transferir seu centro de orientação para um local onde foi possível criar o tipo de serviço que ela há muito vinha imaginando para atender às necessidades dos cientistas franceses e internacionais.

A construção de novas dependências para a BN em Paris e em Versalhes era parte de um ambicioso plano de desenvolvimento da capital realizado na década de 1930 por meio de verbas especiais do governo para obras públicas (semelhante ao que era feito pela *Works Progress Administration* nos Estados Unidos). Julien Cain trabalhou muito de perto com o arquiteto e conseguiu ampliar o espaço no edifício do século xvii com a construção de um porão que acomodaria uma nova sala para o catálogo e as bibliografias (*Salle des Catalogues et Bibliographies*). Suzanne descreveu o local com palavras de entusiasmo: “Colunas e paredes de mármore polido, amplas superfícies luminosas no piso de mosaicos, luzes deslumbrantes refletindo-se em todos os lados, estantes austeras de carvalho escuro que [...] põem em relevo as encadernações mais comuns [...] tudo isso faz com que se perca o fôlego quando se acaba de sair do pavimento térreo com suas abóbodas do Segundo Império, suas colunas de bronze, iluminação bruxuleante e afrescos des-

botados” (Briet, 1938, p. 8; para uma fotografia que capta essa imagem, ver Kleindienst, 1992, p. 90). Suzanne Briet abraçou com entusiasmo a austeridade moderna e o esplendor desse novo território que iria presidir pelos próximos vinte anos. No entanto, ela percebeu claramente que novos serviços para os leitores e acesso fácil à coleção de bibliografias eram uma novidade tão grande quanto o ar-condicionado e a iluminação moderna.

Uma vez que o monumental catálogo impresso da BN ainda não fora completado (em 1930 somente haviam sido publicados os volumes até o nome de autor ‘Liell’), Briet sabia que pouparia o tempo do leitor se tivessem à mão referências bibliográficas exatas antes de consultar um dos vários catálogos suplementares que trariam o número de chamada do livro. Antes da abertura da sala de catálogos e bibliografias em 1934, no entanto, muitas bibliografias importantes eram postas na ordem de classificação que remontava a Luís XIV e colocadas em estantes no terceiro piso do armazém central onde somente os bibliotecários podiam consultá-las (Briet, 1976, Q, p. 95). Quando essas obras, junto com outras bibliografias do salão principal de leitura, foram colocadas em novas dependências, Briet observou que era como se a coleção “como a Bela Adormecida, tivesse despertado de um longo sono e uma nova vida começasse para ela” (1934, p. 171). Em 1936, depois de muita resistência, o pessoal da BN decidiu adotar as fichas catalográficas no formato internacional, que ocupavam muito menos espaço, no lugar dos catálogos suplementares em volumes de folhas soltas. Para permitir essa mudança, bem como abrir espaço para o crescente número de obras de referência impressas, uma segunda extensão do porão foi concluída em 1938. Em 1940 a sala de catálogos e bibliografias recém-ampliada continha quase 7 000 volumes de bibliografias e 3 600 volumes de catálogos (Cain, 1947, p. 31). José Meyer, bibliotecário norte-americano que trabalhava em Paris para a Library of Congress (LC), descreveu essa notável coleção de “materiais bibliográficos anteriormente dispersos nas várias seções e estantes da Bibliothèque Nationale” como sendo “única na Europa” (1942, p. 811).

Além de tornar disponíveis essas bibliografias retrospectivas, o serviço de Briet também fazia um catálogo em fichas conhecido como “índice central de documentação” (Meyer, 1942, p. 811). Organizado na forma de catálogo-dicionário, continha fichas para todos os catálogos de exposições da BN, bem como bibliografias de coleções especiais; também incluía informações sobre outras bibliotecas e centros de pesquisas na França, indicando se produziam bibliografias temáticas ou indexavam periódicos correntes em suas especialidades.⁵ A partir de 1931, o serviço de Briet tinha criado listas de bibliografias correntes, e mais tarde incluiu a indexação de 80 periódicos de bibliografia e biblioteconomia, franceses e estrangeiros. Além do índice central de documentação, havia diversos catálogos em fichas das coleções da própria BN (catálogos suplementares de autor e também catálogos de assuntos e de obras anônimas). E, depois de intensas negociações, a BN também recebeu como depositária um conjunto de fichas catalográficas da Library of Congress de Washington. Era 1,5 milhão de fichas que ocupavam 26 catálogos, ordenadas pelos números da classificação da LC, com tradução para o francês de suas principais subdivisões (Fayet-Scribe, 2000, p. 30).

Briet admitia que fosse natural que as humanidades e a história ocupassem um lugar privilegiado na sala de catálogos e bibliografias, mas ela salientava que a ciência não era mais tratada como um “primo pobre” (1934, p. 171). Depois de observar que a instalação de eletricidade possibilitara construir a nova dependência e a utilização dos tubos pneumáticos logo iria permitir a seu serviço comunicar-se com os outros pavimentos da biblioteca, ela declarou que a ciência e a eficiência haviam se aliado para a modernização dessa veneranda biblioteca. No entanto, a visão que ela tinha de um dia os leitores poderem usar a documentação reunida por seu serviço “para se orientar facilmente na imensidão da literatura de todos os tempos e lugares” não se vinculava à nova tecnologia, mas, antes, às novas técnicas que estavam sendo desenvolvidas para organizar a informação (1934, p. 173).

Em seu relatório para os anos de 1935–1940, Julien Cain

observa que, depois que foi instalado em suas dependências ampliadas, o centro de orientação bibliográfica de Briet passou a ser incumbido de: 1) oferecer informações sobre as coleções e serviços da BN; 2) orientar os pesquisadores quanto às melhores coleções existentes em Paris e, se necessário, as das províncias; 3) fornecer informações sobre institutos de pesquisa e centros de documentação e sobre as pessoas mais qualificadas para orientar ou realizar determinado tipo de pesquisa; 4) encaminhar o leitor para acervos bibliográficos especializados; e 5) participar de certas publicações bibliográficas (1947, p. 122). Cain não somente fala detidamente sobre esse trabalho, como também dedica todo um capítulo de seu relatório à “criação de diversos serviços de documentação”. Depois de afirmar que “a Bibliothèque Nationale não pode ignorar o ‘movimento pela documentação’, que se espalhava na França”, Cain cita então que a definição da UFOD para centro de documentação é:

Um serviço combinado em que a documentação, seja geral ou especializada, completa ou parcial, é organizada de forma sistemática para ser colocada à disposição dos usuários [...] Fundamentalmente, exige a colaboração de (1) um serviço que reúna, registre e classifique documentos (arquivos, bibliotecas, cinematecas, discotecas, museus, etc.); (2) um serviço que indexe os documentos e deles extraia todos os elementos passíveis de utilização na preparação de guias, revisões da literatura e resumos, etc.; (3) um serviço que coloque a documentação à disposição do público, por meio de informação, comunicação, publicação, reprodução, tradução, etc. (1947, p. 121).

Em seguida, Cain destacava o trabalho de Briet na produção de fichários e índices impressos, guias e bibliografias como exemplos de serviço de documentação na BN. Essas publicações incluíam o *Index Bibliographicus* patrocinado pelo IIC, um catálogo coletivo de periódicos estrangeiros recebidos por bibliotecas de Paris e uma bibliografia de catálogos de exposições.

Além de apoiar a UFOD e os projetos encetados por Briet, Julien Cain também era presidente do novo organismo criado oficialmente por decreto ministerial em 1939: o Comité Français de Documentation. Os outros membros nomeados para esse comitê incluíam arquivistas e bibliotecários bem como delegados da comissão francesa de cooperação intelectual e

da federação de associações científicas. Em 1938, antes mesmo que o novo comitê francês de documentação fosse oficialmente aprovado, ele aparentemente substituiu a UFOD como a instituição designada para representar a França na Federação Internacional de Documentação, que naquele ano se tornara a sucessora do Instituto Internacional de Bibliografia. Embora não se saiba com certeza qual foi a influência que Cain teve na nomeação dos membros da delegação oficial francesa junto à FID, é claro que a comunidade de documentação na França incluía uma ampla gama de disciplinas e técnicas e não estava focada exclusivamente na informação científica ou em métodos tecnológicos para armazenamento e recuperação da informação. Embora equipamentos de microfilmagem de última geração tivessem sido adquiridos em 1937 pela BN, Cain revelava preocupação com o alto custo dos aparelhos de leitura de microfilmes que dificultavam a difusão de seu uso na França. Ele concluía, contudo, que a BN “desde o início se colocou decididamente no centro das pesquisas sobre o microfilme e suas aplicações” (1947, p. 127).

Guerra e paz

Ao escrever sobre o desenvolvimento da Bibliothéque Nationale de 1930 a 1940, José Meyer afirma: “Esse período pode ser mais bem caracterizado como de mudanças materiais, técnicas e intelectuais de longo alcance, em que as últimas definem as primeiras, como condiz como uma instituição científica” (1942, p. 807). Esses anos de renovação e inovação na BN foram dominados por Julien Cain, cujo papel dinâmico na modernização da biblioteca foi brutalmente interrompido pela guerra e pela ocupação alemã. Cain, intelectual judeu,⁶ foi demitido de seu cargo em julho de 1940 pelo governo de Vichy, e em fevereiro do ano seguinte foi preso pelos alemães, que acabaram por mandá-lo para o campo de concentração de Buchenwald. Um autor sugere que, embora ausente, Julien Cain “nunca estivera tão presente”, continuando a exercer influência moral e intelectual sobre os que resistiam a colaborar com

os alemães (Kühlmann, 1992, p. 225). Algumas das iniciativas de Cain tiveram continuidade durante a ocupação, e Bernard Faÿ, professor do Collège de France, que foi nomeado administrador-geral pelo governo de Vichy, demonstrou apoiar o trabalho no emergente campo da documentação. A abordagem de Faÿ, contudo, era típica da ‘política de Vichy’, caracterizada por “uma mistura de conservadorismo, obscurantismo e modernização democrática” (Kühlmann, 1992, p. 242). Posteriormente detido por causa de suas atividades contrárias à maçonaria, que levaram ao encarceramento ou deportação de inúmeros cidadãos franceses, Faÿ foi condenado a trabalhos forçados em 1946.

Alguns funcionários da BN, que trabalharam junto com Faÿ, foram subsequentemente presos acusados de colaboracionismo; no entanto, alguns outros foram deportados durante a ocupação, e um pequeno grupo de bibliotecários que permaneceu em Paris mereceu reconhecimento mais tarde por seu trabalho na resistência (Chabrier, 1945). Embora Suzanne Briet não fosse identificada como participante da rede de resistência na BN, ela conta um incidente durante a ocupação quando um dia ela chegou para trabalhar e soube que 22 funcionários haviam sido presos como comunistas, inclusive seu secretário e seu principal bibliotecário. Ela dirigiu-se então ao chefe de polícia e lhe garantiu que eram inocentes. Conseguiu sua soltura, porém ela não pôde obter a reintegração deles ao quadro de pessoal, o que só aconteceu depois da libertação (Briet, 1976, *Mains (les) Propres*, p. 71). Durante os anos da guerra a BN também recebeu certa quantidade de trabalhadores temporários contratados como ‘intelectuais desempregados’ com base num programa de pleno emprego adotado pelo governo de Vichy. Uns trinta desses indivíduos foram lotados junto a Briet e ela os colocou para arquivar as fichas no catálogo da Library of Congress que a BN recebera como depositária (Briet, 1976, *Maquis*, p. 75). No relatório de Faÿ para 1940–1942, entretanto, registra-se que eram necessários três bibliotecários para supervisionar e orientar esses trabalhadores e para ajudar os leitores na sala de catálogos e bibliografias. Os profissionais

necessários para prestar serviço ao público deveriam possuir ampla cultura geral, terem treinamento na utilização de materiais de referência e estar familiarizados com os diferentes serviços da BN (Faÿ, 1944, p. 354).

Apesar de a BN estar impedida de receber livros e outros materiais de países situados fora das regiões controladas pelo Eixo, suas atividades continuaram em curso no índice central de documentação e em outros projetos similares, como a ampliação do fichário onde se registravam os catálogos impressos de bibliotecas do interior da França. Além disso, foi preparado um guia para leitores, como um manual de pesquisa documental, que foi coeditado pela BN e a UFOD. O relatório de 1940 a 1942 conclui:

Apesar de várias dificuldades, o serviço de catálogos e bibliografias cumpriu a missão que lhe foi confiada. Ademais, ao oferecer a toda sua variada clientela a possibilidade de trabalhar num ambiente marcado pelo trabalho tranquilo e metucioso, o serviço conseguiu, durante esse trágico período, assegurar um aspecto pacífico, o que tem sido muito elogiado (Faÿ, 1944, p. 354).

Embora essa seção do relatório não seja assinada por Briet, parece provável que, de fato, ela o redigiu. Um sentimento similar ecoa em sua autobiografia sob a palavra-chave Paix (paz), onde ela escreve sobre o salão de leitura com 300 leitores “tranquilos com seus livros. Paz pelos livros” (1976, p. 87).

Num clima de medo, censura, opressão e penúria física, parece que a biblioteca proporcionava um refúgio onde ainda restava certa aparência de vida normal. O pessoal da BN também merece ser louvado pelo fato de ela ter ficado fechada somente 14 dias em junho de 1940 no momento da invasão alemã e novamente durante dez dias em agosto de 1944, na batalha pela libertação de Paris (Chabrier, 1945). Terminada a guerra, quando Briet redigiu uma breve publicação para a UNESCO sobre danos sofridos pelas bibliotecas, ela elogiou “a solidariedade internacional dos bibliotecários” (Briet, 1949, p. 19). Briet assinalou que, em Paris, o serviço alemão de proteção de bibliotecas (Bibliothekschutz), chefiado por Hugo Andres Krüss (que ela conhecera em Berlim quando ele era

diretor da Staatsbibliothek), protegeu bibliotecas contra os desmandos dos militares alemães. Tanto na Bélgica quanto na França os responsáveis alemães pelas bibliotecas também ajudaram jovens bibliotecários ao evitar que fossem deportados e condenados a trabalhos forçados. Briet credita essa espécie de ajuda entre colegas às reuniões internacionais que haviam sido realizadas no período entre as duas guerras (1976, H.A.K., p. 49; 1945, p. 19).

A própria Briet havia participado de numerosas conferências nas décadas de 1920 e 1930, e durante a guerra também esteve numa conferência sobre documentação em Salzburgo, organizada por documentalistas alemães. Como um dos delegados da França (junto com Jean Gérard e Bernard Fay), Briet escreveu um relatório onde registrou que documentalistas alemães tinham adaptado para uso local alguns métodos franceses desenvolvidos pela UFOD (Briet, 1943, p. 78). Com o fim das hostilidades, organizações como a FID começaram gradativamente a retomar suas atividades, e Suzanne Briet, como secretária-geral (1944) e depois como vice-presidente da UFOD, voltou a atuar bastante no movimento internacional pela documentação. Na sua função de secretária-geral da UFOD, Briet também ajudou a dar continuidade à organização durante o difícil período de transição posterior à libertação da França. Acusado de colaboracionismo com os alemães, o presidente fundador da UFOD, Jean Gérard, foi condenado a seis meses de prisão (Richards, 1992, p. 300). Henri Lemaître, que foi então eleito presidente, trabalhou junto com Frederick Joliot-Curie no sentido de garantir que a UFOD fosse colocada sob a responsabilidade do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), a instituição científica francesa que havia lançado um importante serviço de indexação e resumos durante a guerra (Briet, 1951a, p. 21). Com a morte inesperada de Lemaître em 1946, o diretor do arquivo nacional francês tornou-se presidente da UFOD. Depois que o CNRS encerrou seu apoio, a sede da organização transferiu-se finalmente para a BN, onde a UFOD mantinha um centro de documentação nas áreas de normalização, classificação, cooperação intelectual e

‘documentologia’. A UFOD também retomou seu programa de publicações editando uma série de manuais de pesquisa documentária na França.

O retorno de Julien Cain à BN em outubro de 1945 significou também a retomada de projetos de documentação que tinham começado antes da guerra e o lançamento de novas iniciativas. Uma delas dizia respeito à preparação de um guia de serviços de documentação franceses. Em 1949 Cain atribuiu essa tarefa a Briet e seu pessoal, que fizeram um levantamento do qual resultou uma lista de 309 centros de documentação — um aumento significativo em comparação com o levantamento que ela fez em 1935 para o guia da UFOD quando somente foram identificados 73 centros. Embora predominassem as coleções científicas, 22 dos arquivos franceses departamentais ou especializados haviam criado centros de documentação, e havia também centros de documentação relativos a uma ampla gama de campos das humanidades, como, por exemplo, teatro, pré-história, Egito antigo, liturgia católica e artes (*Répertoire*, 1951). Esse novo repertório, que seguiu de perto o modelo da obra de Briet feita em 1935, foi publicado sob os auspícios da UNESCO e da Direction des Bibliothèques de France, um órgão que fora criado fazia pouco com a incumbência de promover a expansão e coordenação das bibliotecas públicas e universitárias daquele país. Depois de um ano de seu retorno ao cargo de administrador-geral da BN, Julien Cain também assumiu a chefia dessa nova diretoria de bibliotecas. Embora um colega observasse que Cain “demonstrara sua profunda tristeza com a separação entre bibliotecas e centros de documentação”, as bibliotecas públicas também adotaram alguns dos métodos esposados pela UFOD (Fayet-Scribe, 1998, p. 190). Durante os anos do pós-guerra, Julien Cain continuou trabalhando junto à UFOD e, mesmo sem fazer parte do conselho executivo, foi nomeado um de seus presidentes honorários.

Julien Cain foi também favorável aos esforços da UFOD no sentido de patrocinar um programa de capacitação de documentalistas. Suzanne Briet teve uma função importante no planejamento desse curso de tempo parcial, que durava um

período de dois anos. O primeiro ano de instrução era ministrado por arquivistas, bibliotecários, museólogos e chefes de centros de documentação. A maioria dos alunos já trabalhava em centros de documentação, vários dos quais como chefes de serviço, enquanto outros cuidavam da elaboração de resumos ou indexação de materiais ou executavam funções mais administrativas. Durante o primeiro ano os alunos de todos os níveis recebiam uma introdução básica sobre “conservação, comunicação e produção de documentos, bem como sobre organização e administração de centros de documentação” (Briet, 1947, p. 2). No segundo ano os cursos eram ministrados por especialistas de vários campos do conhecimento, e a matrícula somente era permitida a quem já possuísse um diploma de curso universitário; todo aluno do curso avançado devia também escrever um trabalho de pesquisa (*mémoire*), amiúde sobre um assunto que dizia respeito ao seu serviço.

Em dezembro de 1950, esse programa de qualificação de que a UFOD foi pioneira tornou-se oficialmente parte do Conservatoire Nationale des Arts et Métiers (CNAM) e Suzanne Briet foi nomeada primeira diretora de estudos desse novo instituto de documentação — o Institut Nationale des Techniques de la Documentation (INTD). O INTD procurava tratar de várias questões que alcançavam um amplo espectro de profissões da informação, e em seu conselho encontravam-se representantes da direção de serviços de bibliotecas e da direção de arquivos, além da UFOD e do CNRS (Renoult, 1992, p. 437). À semelhança do curso inicial da UFOD, o programa do INTD tinha também a duração de dois anos. O primeiro ano incluía uma introdução geral à seleção, aquisição, catalogação, classificação, indexação, difusão, utilização e reprodução de documentos. O segundo ano focalizava a pesquisa e a documentação em campos especializados, inclusive as ciências sociais e a economia, além da ciência e a tecnologia. Briet em muito contribuiu na elaboração do programa de estudos, além de lecionar regularmente. Em sua autobiografia ela se diz orgulhosa por ter podido contar entre seus antigos alunos um beneditino, um diretor de biblioteca, dois professores universitários, um membro da

Académie des Sciences, e um especialista da UNESCO (1976, *Élèves*, p. 33).

Briet também tinha grande interesse pela formação profissional em outros países, e em 1950 ela elaborou um inquérito internacional sobre formação de bibliotecários e documentalistas que lhe fora encomendado pela UNESCO. No ano seguinte, recebeu uma bolsa do programa Fulbright para visitar os Estados Unidos (outubro de 1951–fevereiro de 1952). Um de seus objetivos era estudar “a formação de profissionais em algumas das mais importantes escolas de biblioteconomia, a fim de eventualmente formular recomendações internacionais” (1953, p. 300). No relatório que publicou, ela concluiu que as escolas norte-americanas de biblioteconomia não ofereciam treinamento satisfatório para bibliotecários especializados (1954, p. 340). O que ela queria dizer com isso fica um tanto ambíguo, mas parece refletir sua insistência em que os documentalistas deviam dominar o conhecimento numa área ou disciplina em que trabalhassem além do treinamento especializado em técnicas documentárias. Ela comentou ainda que a maioria dos profissionais norte-americanos que trabalhavam em bibliotecas especializadas ou eram formados em biblioteconomia ou pós-graduados em suas especialidades, mas não possuíam dupla qualificação. Antes, ela havia declarado enfaticamente que “o documentalista deve sobretudo ter conhecimento da especialidade que ele profissionalmente apoia e poder assim reunir a bibliografia, ou melhor, a *documentographie* acumulada pelos próprios pesquisadores”. *Documentographie*, que não possui equivalente em inglês, é definida por Briet como a “enumeração e descrição dos diversos tipos de documentos”; exemplos que ela apresenta incluem descrições de pedras megalíticas, de corpos astronômicos ou de inscrições antigas em pedra (1951b, p. 23). Embora Briet acreditasse que os programas de ensino de biblioteconomia nos Estados Unidos não proporcionava a instrução em técnicas documentárias voltadas para especialistas capazes de realizar esse trabalho, ela de fato reconheceu que nas áreas de “psicologia da leitura, organização de bibliotecas, relações públicas e serviços

para crianças” as escolas de biblioteconomia dos Estados Unidos estavam mais desenvolvidas do que os programas de capacitação franceses (1954, p. 338). Mais adiante observou que as escolas de biblioteconomia que visitou abrangiam “aquilo que se poderia chamar de documentação geral” (1954, p. 338). Essa afirmação sugeriria que Briet comparava “documentação geral” não com a recuperação da informação ou a reprodução documentária, mas com uma introdução mais genérica à organização da informação e aos serviços de referência.

Durante sua extensa viagem pelos Estados Unidos — de Nova York a Los Angeles e de Boston a Nova Orleans — um dos objetivos de Briet era “compreender qual o significado de ‘serviço de referência’ tanto em bibliotecas gerais quanto especializadas” (1953, p. 300). Antes de começar a viagem ouvira dizer que o serviço de referência nos Estados Unidos correspondia ao que se chamava documentação na França. Briet admirou os serviços de referência que viu em bibliotecas, e nas visitas que fez a bibliotecas universitárias e especializadas ela muitas vezes observou se o pessoal tinha formação em biblioteconomia ao invés ou além de outras qualificações profissionais ou diplomas de pós-graduação. A pessoa com quem Briet manteve mais contato foi Ruth Vormelker, ex-presidente da Special Libraries Association e diretora do Business Information Bureau da Cleveland Public Library. Briet considerou essa biblioteca como o ponto alto de sua viagem e assinalou especialmente que Vormelker havia consultado líderes do comércio e da indústria sobre quais os tipos de serviços que gostariam que a biblioteca lhes oferecesse. Briet ficou também impressionada com a coleção de recursos de informação com que contava Vormelker, que incluía dossiês sobre empresas, recortes de jornais, informações sobre personalidades dos negócios e coleções de catálogos de fabricantes e relatórios de empresas (1953, p. 304). Briet também comentou sobre o emprego de microformas em algumas bibliotecas e se referiu aos primeiros esforços para automatizar os serviços técnicos. Além disso, conheceu equipamentos de última geração em diferentes ambientes e chegou a visitar a IBM em Manhattan, onde ela viu

um jovem matemático calculando a posição da Lua com um computador de grande porte que ocupava toda uma sala. No entanto, o foco de Briet eram as técnicas e não a tecnologia; os serviços de referência e não a recuperação da informação; e os usuários ao invés dos equipamentos.

Buckland sugere que Briet foi um dos poucos visitantes estrangeiros a reconhecer que “o vigor do movimento das bibliotecas especializadas nos Estados Unidos” tornava-o de certa forma análogo ao movimento pela documentação na Europa. E ele acrescenta: “Essa percepção faz com que seus relatos de viagem, curiosamente, fujam da prática usual de traçar distinções forçadas entre documentação e biblioteconomia” (Buckland, 1995, p. 236). Pouco antes de viajar, Briet escreveu: “Os termos *special librarian, library, bibliography* têm ali acepções diferentes das que têm em em nosso país, onde se dispõe [dos] neologismos [...] *documentaliste, centre de documentation, documentographie*” (1951b, p. 40). Briet aparentemente acreditava que o emprego dessa nova terminologia representava uma reconceitualização do serviço de informação e assim correspondia “a uma etapa de desenvolvimento” da França que, “se não era mais desenvolvida” do que a biblioteconomia especializada do mundo de língua inglesa, “pelo menos era teoricamente mais elaborada” (*doctrinalement plus élaborée*) (1951b, p. 40).⁷ Na descrição de sua visita aos Estados Unidos, Briet frequentemente destaca exemplos de bibliotecas públicas que adotavam técnicas similares às que estavam sendo desenvolvidas pelos documentalistas na França, e ela comentava sobre bibliotecas especializadas ou centros de informação que se encontravam em universidades, bem como os de órgãos governamentais e estabelecimentos comerciais. Escreveu: “Visitei grande número de bibliotecas especializadas e também serviços de documentação que não se chamavam bibliotecas” (1953, p. 302). A viagem de Briet ocorreu durante importante período de transição nos Estados Unidos quando os termos ‘biblioteconomia especializada’ e ‘documentação’ podem ter sido empregados às vezes como sinônimos. Entretanto, os líderes envolvidos no American Documentation Institute já começavam a con-

centrar sua atenção nas soluções tecnológicas, como as microformas e, mais tarde, em sistemas de informação baseados em documentos (Rayward, 1985, p. 125).

Ao término de sua excursão, Briet observou que, tendo em vista que as bibliotecas públicas norte-americanas eram de origem relativamente recente, elas não estavam afogadas pelo “peso de imensas coleções do passado” e podiam, ao contrário, dedicar-se ao serviço de referência, “oferecendo a seus leitores a informação de que precisam, mas que não dispõem de [...] meios para conseguir por si próprios” (1954, p. 339). Portanto, nos Estados Unidos era “natural” empregar o termo ‘bibliotecas’ para serviços análogos em ambientes comerciais ou industriais. Ela então observava que na França o termo ‘centro de documentação’ era usado para essas coleções e serviços porque “sentimos de maneira muito mais aguda do que os norte-americanos a necessidade de um novo tipo de instituição cultural, [...] mais dinâmica e mais bem adaptada às necessidades atuais e mais distantes do passado” (1954, p. 339). Como Briet estava bem ciente, o trabalho dos documentalistas na França era bastante próximo das atividades desenvolvidas pelos bibliotecários especializados nos Estados Unidos. A abordagem dos documentalistas franceses divergia, contudo, da de seus correlatos norte-americanos, que conseguiam adaptar práticas já existentes (como o serviço de referência, a indexação de periódicos e os arquivos de recortes de jornais) que haviam sido desenvolvidos fazia muito tempo por personalidades importantes das bibliotecas públicas e universitárias. Em compensação, o movimento francês pela documentação ocorria simultaneamente com a reforma da *Bibliothèque Nationale* e das grandes bibliotecas de pesquisa francesas e estava intimamente ligado ao movimento concomitante que visava a reconceituar e modernizar as bibliotecas públicas (Maack, 1993; Fayet-Scribe, 2000). Como os líderes ‘modernistas’ das bibliotecas públicas que procuravam substituir a palavra *bibliothèque* pela expressão *la lecture publique* (traduzida literalmente como ‘leitura pública’), Briet e seus colegas preferiam *centre de documentation* ao invés de *bibliothèque spécialisée*.

Embora Briet apreciase o importante papel que tanto as bibliotecas municipais quanto a nacional tiveram na conservação do rico patrimônio da França, ela criticava os métodos de trabalho das bibliotecas por carecerem de flexibilidade, e acreditava que os sistemas de classificação bibliográfica existentes eram excessivamente rígidos (1951b, p. 41). Por outro lado, ela afirmava que a documentação representava uma abordagem nova e dinâmica caracterizada por ênfase na informação e não nos livros e seu foco estava no trabalho em equipe que envolvia estreita colaboração entre documentalistas e usuários. Além disso, Briet salientava que os documentalistas devem assumir a produção de ‘documentos secundários’ empregando várias ‘técnicas intelectuais’ (inclusive, enumeração, descrição, elaboração de resumos, indexação — análise e síntese —, bem como reprodução de documentos primários). Exemplos desses ‘documentos secundários’ incluíam fichários, catálogos, arquivos verticais, fotografias, enciclopédias e guias. Para Briet a criação desses documentos secundários, personalizados de modo a atender às necessidades de usuários individuais ou grupo de usuários encontrava-se “no cerne” da documentação (1951b, p. 24-25).

Briet começou seu artigo de 1953 sobre a visita que fez aos Estados Unidos perguntando se “é possível falar de métodos documentários num país onde a palavra ‘documentação’ é usada raras vezes”, e concluía afirmando que sua viagem norte-americana tinha confirmado que “não existem fronteiras entre biblioteconomia e documentação, não mais do que as que se encontram em outras atividades afins, como a arquivologia e a museologia” (1953, p. 299). Por fim, ela via todos esses campos como “profissões independentes com problemas comuns” (1953, p. 308). Embora cada campo seja diferente no que tange à forma predominante dos materiais com que lidam (livros, relatórios, manuscritos, objetos, fotografias) e também ao ambiente institucional, Briet acreditava que arquivistas, bibliotecários, museólogos e documentalistas estavam todos envolvidos nas atividades de documentação, uma vez que seu objetivo comum era fornecer informações para outrem (1951b, p.

9, 15). Como Briet empregou o termo ‘documentalista’ (*celui qui documente autrui*) para abarcar os quatro campos, o significado que ela atribuiu pode ser vertido de forma mais apropriada em inglês contemporâneo para o termo genérico *information professional*. De maneira um tanto paradoxal, Briet sugere que, embora a documentação como *profissão* tenha se originado em campos afins, como a biblioteconomia (que ela chamava de “profissão pré-documentalista”), o campo da documentação na França, enquanto *domínio intelectual*, abrangia o conhecimento nuclear e as técnicas subjacentes a todas as profissões da informação. Esse domínio intelectual que Briet mapeou para a documentação em 1951 é similar a definições da disciplina da ciência da informação que foram amplamente adotadas no mundo anglófono quase duas décadas mais tarde.

Briet expressa essa inclusividade e amplitude de visão em sua publicação *Qu’est-ce que la documentation?* [*O que é a documentação?*] (1951b), um breve mas prestigioso ‘manifesto’ em que ela procura definir a natureza do novo campo que havia sido o foco de sua carreira. Na primeira parte, Briet amplia a definição de documento para além dos textos, de modo a incluir qualquer forma material de evidência física. Na segunda parte, ela argumenta que os documentalistas surgiram como um grupo profissional independente, separado, porém ainda intimamente relacionado com os arquivistas e bibliotecários. Finalmente, na terceira parte ela desenvolve uma agenda para serviços dinâmicos de documentação/informação centrados no usuário e não orientados pela tecnologia. Enquanto os temas que Briet explora na primeira e na segunda parte repercutem ideias anteriormente articuladas por Otlet, o enfoque centrado no usuário defendido por Briet deve muito de sua inspiração ao trabalho de Morel, ao do casal de Grolier, Lemaître e outros destacados defensores da reforma das bibliotecas públicas na França. Além de apresentar uma síntese incomparável das ideias que eram discutidas na França havia algum tempo, Briet oferece ainda ideias inovadoras próprias. Não somente acentua a importância de trabalhar junto aos usuários, mas também conclama as escolas a que incluam em seu programa

de ensino ‘elementos de pesquisa documentária’. “Porque não basta saber ler para compreender; é preciso ainda saber encontrar os documentos e saber utilizá-los. O dinamismo da documentação [...] une-se ao dinamismo do espírito na sua busca da verdade. [...] Em todos os graus de ensino, o método da documentação [...] deverá ser universalmente difundido” (1951b, p. 44). As ideias que Briet formulou em 1951 antecederam em quase 25 anos a criação de bibliotecas/centros de documentação (*bibliothèques centres de documentation*, BCD) nas escolas primárias francesas e antecipavam os princípios fundadores da ‘competência informacional’ [*information literacy*] quatro décadas antes de esse conceito ser amplamente discutido.

A década de 1950 marcou, de muitas formas, o auge da carreira de Suzanne Briet, e, em 25 de outubro de 1950, Julien Cain condecorou-a com a cruz da Légion d’Honneur na sala de catálogos e bibliografias que ela tinha dirigido durante tantos anos. Muito mais tarde foi com carinho que ela recordou esse acontecimento: “Estava cercada de familiares, amigos e colegas. Afogada em flores e todos me chamavam ‘Madame Documentation’” (1976, Légion d’Honneur, p. 62). A obra de Briet era respeitada não apenas na França mas internacionalmente, sendo atuante na FID e na Federação Internacional de Associações de Bibliotecários (IFLA), além de trabalhar em projetos para a UNESCO. Ao mesmo tempo em que lecionava no INTD e desenvolvia inúmeros projetos e atividades associativas, ela continuava a supervisionar os serviços da sala de catálogos e bibliografias da BN. Além disso, Julien Cain atribuiu-lhe a responsabilidade pela organização de uma exposição na Bibliothèque Nationale para comemorar o centenário de Arthur Rimbaud (1854–1891), brilhante poeta das Ardenas aparentado com a família de Briet. Ela mais tarde lembraria que, depois de ler seus primeiros estudos sobre o poeta, Cain observou, “Você vai dar uma face nova a Rimbaud” (1976, Rimbaud, p. 101). A exposição do centenário foi uma de suas últimas realizações na BN e sinalizou uma transição para a próxima etapa de sua vida.

Contribuições, paradoxos e legados

Em 1954, Suzanne Briet aposentou-se precocemente com a idade de 60 anos, e embora colegas seus sugiram que ela saiu ao sentir-se desestimulada por uma resistência geral a novas ideias, em sua autobiografia ela revela bastante orgulho por suas realizações e nenhum rancor por causa das batalhas em que se envolveu durante sua inovadora carreira (Lemaître e Roux-Fouillet, 1989, p. 55; Briet, 1976). Quaisquer que fossem seus sentimentos, Briet mudou-se de Paris para Mont-de-Jeux, localizada entre as Ardenas e Argonne. A partir dessa época, ela deixou de escrever sobre documentação, dedicando-se, porém, a trabalhos históricos sobre as Ardenas e a seus estudos literários sobre Arthur Rimbaud. Avesa à inatividade, escreveu mais de 20 publicações relativas a Rimbaud, além de dezenas de artigos históricos sobre outros temas (*Titres et travaux*, 1979). Briet também reativou a Société des Amis de Rimbaud e se tornou editora de uma revista dedicada ao poeta. Doze anos depois que se aposentou, Suzanne Briet regressou à região de Paris para ficar com sua irmã mais velha que enviuvara. Em 1989, ela morreu em Boulogne, com a idade de 95 anos.

Briet deixou-nos um legado complexo que ainda não foi totalmente avaliado. No verbete ‘Légion d’Honneur’, Briet descreve sucintamente as três realizações que a fizeram merecedora dessa alta honraria. A primeira foi seu papel como uma das pessoas que fundaram a associação francesa de documentação. A segunda, seu trabalho de criação de um programa de capacitação de documentalistas. E a terceira, seu êxito ao organizar um serviço de orientação bibliográfica na BN. Era esse último feito que aparentemente mais a orgulhava. Ela lembra: “Fora autorizada a abrir, em caráter experimental (*à titre d’essai*), um serviço de informação e orientação bibliográfica que se tornaria uma instituição indispensável na sala de catálogos e bibliografias. Eu havia dotado a grande biblioteca [*la grande Maison*] com um serviço que seria visto como um modelo no mundo inteiro” (1976, p. 62). Essa obra realmente foi um legado duradouro, pois não apenas Briet transformou o con-

ceito de serviço de referência e bibliografia funcionando numa biblioteca nacional, como também implantou um recurso altamente aclamado que continuou a servir aos pesquisadores franceses e estrangeiros durante muito tempo depois que ela se aposentou. Quando a BN se mudou para seus novos edifícios, foi criada uma sala dedicada a pesquisas bibliográficas e serviço de referência (*salle x*) como ‘herdeira’ da sala de catálogos e bibliografias que Briet havia instalado (Bibliothèque Nationale de France, Département de Recherche Bibliographique, s.d.).

Embora o impacto da obra de Suzanne Briet tenha ultrapassado, no tempo e no espaço, os limites da *rue* de Richelieu, onde ela fez sua carreira, foi sua posição na Bibliothèque Nationale que lhe permitiu desempenhar um papel ímpar na França e em outros países. Apesar dos graves problemas enfrentados pela BN no começo de sua carreira, o prestígio e a autoridade da biblioteca nacional num país altamente centralizado colocaram Briet no próprio eixo da biblioteconomia francesa numa época de transformação crítica. Como mulher num enclave masculino, como estudante de línguas modernas ao lado de funcionários impregnados de paleografia latina, Briet era uma forasteira, que alimentava profundo respeito pelas tradições eruditas, mas que não estava apegada a práticas e processos do passado. O papel de Briet como formadora de opinião devia-se em parte à sua capacidade de atuar como intermediária entre as diferentes visões de mundo das humanidades, que ela caracterizava como conservadoras e voltadas para o passado, e as ciências, que ela via como revolucionárias e orientadas para o futuro. Ela escreveu em 1951: “A evolução dos conhecimentos humanos é um compromisso permanente entre duas atitudes do espírito. A invenção e a explicação, a reflexão e a hipótese partilham o campo do pensamento. A documentação é sua serva” (1951b, p. 10). Ao mesmo tempo em que reconhecia a importância de pesquisas meticulosas na confecção dos catálogos impressos da BN, ela reivindicava a adoção de métodos mais flexíveis para atender às necessidades dos usuários. Nisso ela incluía guias, catálogos em fichas, traduções, fotografias e cópias, bem como informações transmitidas verbalmente ou por correspondência (1932a, p. 7).

O serviço aos usuários é um tema central dos escritos de Briet e, em 1932, na época em que era a primeira a desenvolver o centro de orientação bibliográfica da BN, ela escreveu que na “nova Bibliothèque Nationale” a responsabilidade dos bibliotecários de “orientar e instruir leitores” exigia um tipo de serviço inovador que estivesse “atento às necessidades do público, conhecesse os recursos disponíveis para atender a essas necessidades e que fosse acessível para todos” (1932a, p. 19). Ao centralizar informações bibliográficas esse serviço também forneceria um meio de encaminhar os usuários para coleções especializadas existentes em outros locais. Ela concluía esse artigo afirmando que o bibliotecário deve ser “o amigo do leitor” (1932a, p. 20). Quase 20 anos depois, ao descrever a função social do documentalista, ela afirmou no mesmo diapasão: “Altruísmo, espírito de equipe, aptidão para chefiar, psicologia dos usuários, faculdade de adaptação às necessidades de um grupo ou de um pesquisador individual, sentido social, afabilidade, prestimosidade e zelo na pesquisa são algumas de tantas outras manifestações do comportamento extrovertido do documentalista” (1951b, p. 44).

Briet não teria podido implantar na BN sua nova visão de um serviço de documentação centrado nos usuários se não tivesse contado com o excepcional apoio administrativo, primeiro, de Roland-Marcel e depois de Julien Cain. Ambos esses dirigentes lhe proporcionaram atribuições desafiadoras, mas foi Julien Cain quem conseguiu buscar apoio e instalações adequadas que possibilitaram o tipo de serviço inovador defendido por Briet. Num tributo a Julien Cain, um colega disse que o administrador-geral tinha uma visão clara dos problemas a serem resolvidos, além de tenacidade, capacidade de liderança e a confiança das autoridades administrativas (Josserand, 1966, p. 64). O mesmo se pode dizer, e muito, de Briet, que também era dotada de tenacidade e facilidade para solucionar problemas, bem como capacidade de inspirar outras pessoas a se reunirem no emergente movimento pela documentação. E ela se encontrava no lugar certo na hora certa, trabalhando com administradores que compartilhavam sua visão, proporcionavam apoio material e a desafiavam a conquistar seus objetivos.

Além de criar novos serviços bibliográficos e de referência na BN, outro legado institucional de Suzanne Briet foi a criação de um programa de treinamento para documentalistas numa época em que não havia na França programa algum de formação de bibliotecários que tivesse patrocínio do governo, com exceção do diploma da famosa École des Chartes, cujo foco eram os arquivos e a pesquisa histórica. Com o apoio de Louis Ragey, diretor do Conservatoire Nationale des Arts et Métiers, os cursos de documentação que Briet e seus colegas da UFOD haviam começado como um programa não oficial e experimental transformaram-se no Institut National de Techniques de la Documentation (INTD). Buckland (1995) denomina esse programa como uma das primeiras escolas de documentação/ciência da informação do mundo. De 1951 a 1954, quando Briet era diretora de estudos, aproximadamente 15 estudantes se formavam por ano no curso de dois anos de duração (Renoult, 1992, p. 439). Cinquenta anos depois de se aposentar, o INTD continua sendo um dos seus legados mais vigorosos. Ainda localizado no CNAM, o instituto conta atualmente com 500 alunos matriculados em seus vários cursos de documentação (L'Institut National des Techniques de la Documentation, s.d.).

Outro importante legado de Suzanne Briet é sua impressionante lista de publicações históricas, literárias e profissionais. Suas contribuições para a literatura biblioteconômica foram multifacéticas e incluem: guias e bibliografias; artigos sobre seu trabalho na BN; relatórios sobre o trabalho na UFOD e em conferências internacionais; e discussões sobre a natureza da documentação e a formação de documentalistas. Embora muitas de suas publicações sejam de notável interesse histórico, é o seu manifesto de 1951, *Qu'est-ce que la documentation?*, que atraiu o interesse de autores contemporâneos, como Ron Day, que a ele se refere como um “livro extremamente importante” (2001, p. 21). Como Day sugere, na era pós-moderna, quando os determinantes culturais da ciência entraram em evidência, muitas das ideias de Briet assumem nova pertinência. E numa era cada vez mais dominada pelo acesso a recursos digitais

e hipertexto, uma nova consciência dos problemas comuns compartilhados por arquivistas, museólogos, bibliotecários e cientistas da informação também fez renascer o interesse pela obra teórica de Briet. Como ela escreveu em 1951:

Não é raro o documentalista encontrar-se à frente de uma instituição com uma biblioteca especializada, uma seção de pesquisas, um boletim analítico e/ou bibliográfico, um serviço de microfilmagem, uma sala de exposições, recortes de jornais e traduções. Arquivista, bibliotecário e conservador de museu, nosso documentalista é tudo ao mesmo tempo. É necessário portanto — ao lado da especialização cultural inicial — que conheça as técnicas das profissões com as quais de fato se relaciona (1951b, p. 20).

Paradoxalmente, embora Briet advogasse fortemente a especialização temática para os documentalistas, ela também via o trabalho deles como parte de um “novo humanismo”. Com isso ela queria dizer que o documentalista deve oferecer o “corretivo da especialização” ao orientar os pesquisadores que tenham experiência muito pouco abrangente para obras que estejam nas “fronteiras” de seu campo de conhecimento (1951b, p. 14). Dessa forma, o documentalista teria uma função produtiva, intelectual e cultural, a desempenhar na criação de novos conhecimentos.

Ron Day também chama atenção para o fato de que para Otlet, Briet e seus colegas que escreviam nas décadas de 1920 e 1930, “a documentação era obviamente um fato *cultural* que possuía metas e efeitos políticos definidos, inclusive o de moldar o futuro — e a possibilidade para o futuro — de determinada maneira” (2001, p. 35). Tanto em termos de seu enfoque teórico quanto de sua agenda política, os líderes do movimento pela documentação na França tinham objetivos muito diferentes daqueles do Institut International de Bibliographie que Otlet e La Fontaine haviam fundado na Bélgica em 1895. Muitos documentalistas franceses, como seus colegas das bibliotecas, opunham-se abertamente à ideia de um Repertório Bibliográfico Universal centralizado, que viam como grandioso e impraticável; entre esses opositores estavam Barrau-Dihigo, o mentor de Briet, bem como Gérard (Rayward, 1975, p.

290-291, 357-358). Em seu manifesto de 1951 Briet afirmava que “a documentologia nada perdeu ao se desfazer de um Repertório Bibliográfico Universal, que todo mundo considerava uma quimera”. Ao invés disso, ela defendia o desenvolvimento na França de uma rede de centros de documentação, descentralizada mas coordenada, cada um deles fornecendo serviços personalizados e indexação e resumos e também desenvolvendo coleções de diversos tipos de documentos pertinentes às necessidades de seus usuários (1951b, p. 9). Para a organização dos materiais nesses centros de documentação, Briet rejeitava o uso de “classificações enciclopédicas”, como a Classificação Decimal Universal (CDU), e propunha, ao contrário, que o documentalista deveria “construir inteiramente uma classificação própria que leve em conta interesses principais e secundários” dos usuários do centro de documentação, fossem esses usuários eruditos, cientistas ou pesquisadores de empresas comerciais ou industriais (1951, p. 24).

Michael Buckland chama a obra de Briet de 1951 “um manifesto notável sobre a natureza da documentação” e afirma que embora “esse opúsculo possa parecer de início ser uma hipérbole entusiástica, [...] a primeira parte permanece importante por ainda ser um desafio a opiniões ortodoxas relativas à esfera de ação da ciência da informação” (1995, p. 235). No começo de seu manifesto, Briet define documento como “prova em apoio a um fato”. Ela desenvolve essa ideia ao descrever um documento como “todo indício, concreto ou simbólico, conservado ou registrado, com a finalidade de representar, reconstituir ou provar um fenômeno físico ou intelectual” (1951b, p. 7; Buckland, 1998, p. 217). Buckland observa que a abordagem de Briet “lembra as discussões sobre como uma imagem se transforma em arte ao ser enquadrada como arte”. Depois de reconhecer que “as regras de Briet para definir quando um objeto se torna um documento não são esclarecidas”, Buckland passa a inferir dos argumentos por ela formulados que um documento deve apresentar: (1) Materialidade: somente objetos físicos e signos físicos; (2) Intencionalidade: isto é, ele é criado para servir como prova; (3) O objeto deve ser processado; (4)

O objeto deve ser percebido como um documento (a atitude fenomenológica) (1998, p. 217).

Como Briet dedica a primeira parte de seu manifesto a Julien Cain, é possível que ele tenha influenciado de alguma forma suas ideias. De qualquer modo, sua experiência na BN moldou sua concepção de documentos como sendo objetos e também textos. Além de departamentos de manuscritos e livros impressos, a BN contava com um importante departamento de medalhas que colecionava moedas e outros objetos e um departamento de estampas e gravuras que colecionava imagens visuais. Briet afirma: “Porque a presença, numa biblioteca, de bustos, medalhas, cartas geográficas e objetos pessoais exigiria que se usasse doravante a palavra ‘documentografia’” ao invés de bibliografia (1951b, p. 20). Embora seja um voo de imaginação estender a ideia de ‘documento’ de uma moeda numa vitrina a um antílope num zoológico, em ambos os casos os princípios de identificar, colecionar, classificar e justapor podem ser empregados para permitir aos usuários o acesso à informação relativa a objetos animados ou inanimados.

O último legado de Briet foi sua autobiografia, *Entre Aisne et Meuse*. Do mesmo modo que seus esforços para definir documentação, essa obra também deixa o leitor com inúmeras perguntas sem respostas, referências ambíguas e omissões inexplicáveis, bem como desafios a quaisquer ideias preconcebidas sobre ela. Essa autobiografia, eloquente ainda que não convencional, oferece, não obstante, lampejos de compreensão do turbulento período em que ela viveu e também lança luz sobre a estreita relação com sua mãe e com a irmã, seu destemor diante da opressão durante a ocupação alemã, e seu senso de humor e dotes poéticos. Apesar de nos ter deixado um autorretrato que tanto revela quanto oculta seu olhar, ela nos presenteou não apenas com uma imagem do que aconteceu, mas também uma impressão de “como era a pessoa a quem isso aconteceu” (Wolff, 1985, p. 65).

Notas

1. Todas as traduções do francês foram feitas pela autora, exceto das fontes francesas citadas e traduzidas em Buckland em 1995 e 1998.

2. “Entre o Aisne e o Meuse e além” – dois rios que delimitavam a parte das Ardenas que era sua terra ancestral.

3. Suzanne Briet era leitora de Virginia Woolf; embora possa não ter visto a autobiografia em que Woolf procura definir “momentos do ser”, Briet aproximou-se dessa ideia quando fala de “quelques des heures les plus extraordinaires”.

4. Briet não cita diretamente Otlet ou Morel, porém grande parte do que ela escreveu leva de fato a marca das ideias deles.

5. A informação sobre serviços de indexação era muito importante na França, onde não havia serviços comerciais com essa finalidade, como os que a empresa H.W. Wilson fornecia nos Estados Unidos.

6. Cain também fora ligado ao governo socialista do *front populaire* e era amigo do ex-primeiro ministro Léon Blum.

7. Não se sabe ao certo até que ponto Briet leu publicações de biblioteconomia norte-americanas. Em seus textos ela se refere a vários autores norte-americanos (como Jesse Shera, Luther Evans e Periam Danton), mas raramente faz citações diretas deles.

Referências

Bibliothèque Nationale de France. Département de recherche bibliographique. <http://www.bnf.fr/pages/zNavigat/frame/collections.htm> accessed 12/17/03).

Briet, S. (1928). La Bibliothèque Nationale. Paris, Bibliothèque Nationale.

Briet, S. (1929). Le centre français d'orientation. Résumé de la communication présentée au Congrès des Bibliothèques, Rome, 1929. Mimeo. Fundo 1929. Archives de l'Association des Bibliothécaires Français, Paris, France.

Briet, S. (1932a). L'activité bibliographique et documentaire à la Bibliothèque Nationale. *Revue des bibliothèques*, 42, 7-19.

Briet, S. (1932b). Le centre français d'orientation. [Separata; sem informação de editora.]. Suzanne Briet, Dossier de Personnel, Archives de la Bibliothèque Nationale, Paris, France.

Briet, S. (1934). La nouvelle salle des catalogues à la Bibliothèque Nationale. *Revue du Livre*, 2 (7), 170-178.

Briet, S. (1938). La nouvelle salle des catalogues à la Bibliothèque Nationale. *Bulletin du Bibliophile et Bibliothécaire* (Octobre), 437-442.

Briet, S. (1943). La conférence de documentation de Salzbourg, 21-24 septembre 1942. *Sources* 1(1), 75-79.

Briet, S. (1945). *Bibliothèques en détresse*. Paris: UNESCO.

- Briet, S. (1947). Enseignement de la documentation en France. [Separata; sem informação de editora]. Suzanne Briet, Dossier de Personnel, Archives de la Bibliothèque Nationale, Paris, France.
- Briet, S. (1950). Enquiry concerning the professional education of librarians and documentalists; final report presented to the Joint Committee of the International Federation of Library Associations and of the International Federation for Documentation. Paris: UNESCO.
- Briet, S. (1951a). La documentation en France de 1945 à 1950. *A.B.C.D. Archives, Bibliothèques, Collections, Documentation* (n° 13) 337-340.
- Briet, S. (1951b). *Qu'est-ce que la documentation?* Paris: EDIT, 1951.
- Briet, S. (1953). Bibliothèques et centres de documentation technique aux États-Unis. Notes d'un voyage de quatre mois (Octobre 1951–Février 1952). *A.B.C.D. Archives, Bibliothèques, Collections, Documentation* (n° 11) 299-308.
- Briet, S. (1954). La formation professionnelle des bibliothécaires aux États-Unis. *A.B.C.D. Archives, Bibliothèques, Collections, Documentation* (n° 13) 337-340.
- Briet, S. (1976). *Entre Aisne et Meuse... et au delà*. Charleville-Mezières: Société des Écrivains Ardennais. (Les cahiers ardennais 22).
- Briet, S. (1982). Entrevista com Mary Niles Maack and Renée Lemaître, September 3.
- Buckland, M. (1995). The centenary of “Madame Documentation”: Suzanne Briet, 1894–1989. *Journal of the American Society for Information Science*, 46(3), 235-237; (rascunho) <http://www.sims.berkeley.edu/~buckland/brietjas.html>.
- Buckland, M. (1998). What is a “document”? In: Buckland, M.; Hahn, T.B. (eds.) *Historical studies in information science*. (ASIS Monograph Service, p. 215-220). Medford, NJ: Information Today. (Reimpressão de *Journal of the American Society of Information Science*, 48(9), 804-809, Sept. 1997.
- Cain, J. (1936). *Les transformations de la Bibliothèque Nationale et le Dépôt annexe de Versailles*. Paris: Éditions des Bibliothèques Nationales.
- Cain, J. (1947). *Rapport sur le fonctionnement des divers services de la Bibliothèque Nationale pendant les années 1935 à 1940*. Paris: Bibliothèque Nationale. [Relatório redigido em 1940 mas que só foi publicado em 1947.]
- Chabrier, M. (1945) La Bibliothèque Nationale 1940–44. *Journal of Documentation*, 1(3), 136-150.
- Day, R. (2001). *The modern invention of information: discourse, history, and power*. Carbondale, IL: Southern Illinois University Press.
- Delmas, B. (1992). Une fonction nouvelle: genèse et développement des centres de documentation In: Poulain, M. (éd.) *Histoire des bibliothèques françaises*. [Vol. 4.] *Les bibliothèques au xx^e siècle. 1914–1990*,

- p.178-193. Paris: Promodis-Éditions du Cercle de la Librairie.
- Delmas, B. (1993). L'INTD et son rôle dans la formation des documentalistes en France 1932-1993. *Documentaliste* 30(4/5), 218-226.
- Faÿ, B. (1944). *Rapport sur la Bibliothèque Nationale présenté au Maréchal de France, Chef de l'État*. Paris: Bibliothèque Nationale.
- Fayet-Scribe, S. (1998). The cross-fertilization of the U. S. public library movement and the French documentation model (IIB, French Correspondent of FID) through the French professional associations between World War I and World War II. In: Buckland, M.; Hahn, T.B.(ed.) *Historical studies in information science*. Medford, NJ: Information Today. (ASIS Monograph Service, p. 181-192)
- Fayet-Scribe, S. (2000). *Histoire de la documentation en France. Culture, science et technologie de l'information 1895-1937*. Paris: CNRS Éditions.
- L'INSTITUT National des Techniques de la Documentation, Conservatoire National des Arts et Métiers. *Les activités de l'INTD*. <http://www.cnam.fr/instituts/INTD/activités.html>.
- Josserand, P. (1966) L'oeuvre de Julien Cain au département des imprimés. *Gazette des Beaux-Arts* (juillet), 60-64.
- Kleindienst, T. (1992). Les transformations de la Bibliothèque Nationale. In: Poulain, M. (éd.) *Histoire des bibliothèques françaises*. [Vol. 4.] *Les bibliothèques au xx^e siècle. 1914-1990*. (p. 85-104). Paris: Promodis-Éditions du Cercle de la Librairie.
- Kleindienst, T. (1993). Cain, Julien (1887-1974). *World encyclopedia of library and information science*. 3rd ed. Chicago: American Library Association.
- Kühlmann, M. (1992). Les bibliothèques dans la tourmente. In: Poulain, M. (éd.) *Histoire des bibliothèques françaises*. [Vol. 4.] *Les bibliothèques au xx^e siècle. 1914-1990*. (p. 85-104). Paris: Promodis-Éditions du Cercle de la Librairie.
- Ledos, E.G. (1936). Histoire des catalogues des livres imprimés de la Bibliothèque Nationale. Paris: Éditions des Bibliothèques Nationales.
- Lemaître, R.; Roux-Fouillet, P. (1989). Suzanne Briet (1894-1989). *Bulletin d'Informations de l'Association des Bibliothécaires Français*, (n. 144), 55-56.
- Maack, M. N. (1983). Women librarians in France: The first generation. *Journal of Library History* 18 (4), 407-449.
- Maack, M. N. (1986). Americans in France: cross-cultural influence and the diffusion of innovations. *Journal of Library History* 21(2), 315-333.
- Maack, M. N. (1993). L'Heure Joyeuse, the first children's library in France: its Contribution to a new paradigm for public libraries.

- Library Quarterly* 63, 257-281 (July).
- Meyer, J. (1942). The Bibliothèque Nationale during the last decade: fundamental changes and constructive achievement. *Library Quarterly* 12(4), 805-825.
- Rayward, W. B. (1975). The universe of information: the work of Paul Otlet for documentation and international organization. Moscow: FID 520.
- Rayward, W. B. (1983). The International Exposition and the World Documentation Congress, Paris, 1937. *Library Quarterly* 53, 254-268.
- Rayward, W. B. (1985). Library and information science: an historical perspective. *Journal of Library History* 20 (1), 120-136.
- Renoult, D. (1992). Les formations et les métiers. In: Poulain, M. (éd.) *Histoire des bibliothèques françaises*. [Vol. 4.] Les bibliothèques au xx^e siècle. 1914-1990. (p. 85-104). Paris: Promodis-Éditions du Cercle de la Librairie.
- Roland-Marcel, P. (1924) Carta ao Ministre de l'Instruction Publique et des Beaux-Arts, juillet 12. Suzanne Briet, Dossier de Personnel, Archives de la Bibliothèque Nationale, Paris, France.
- Roland-Marcel, P. (1925) Bibliothèque Nationale. Rapport sur le fonctionnement de ses services. *Bulletin de l'Association des Bibliothécaires Français* (juillet-décembre 1925), 112-127.
- Répertoire des bibliothèques de France: Centres et services de documentation. (1951) Paris: Bibliothèque Nationale.
- Richards, P. S. (1992). Scientific information in occupied France, 1940-44. *Library Quarterly* 62(3), 295-305.
- Titres et travaux de Madame Suzanne Briet. (1979). Suzanne Briet, Dossier de Personnel, Archives de la Bibliothèque Nationale, Paris, France.
- Woolf, Virginia (1985). *Moments of being*. New York: Harcourt Brace & Co.
- Zonta International <http://www.zonta.org/site/PageServe> (Acesso em 12/12/03.)